



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

Jaguarão

Novembro, 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

HISTÓRIA – LICENCIATURA

- ♣ **Reitor:** Roberlaine Ribeiro Jorge
- ♣ **Vice-Reitor:** Marcus Vinicius Morini Querol
- ♣ **Pró-Reitora de Graduação:** Claudete da Silva Lima Martins
- ♣ **Pró-Reitor Adjunto de Graduação:** Pedro Fernando Teixeira Dorneles
- ♣ **Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação:** Fabio Gallas Leivas
- ♣ **Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação:** Ana Paula Manera Ziotti
- ♣ **Pró-Reitor de Extensão e Cultura:** Paulo Rodinei Soares Lopes
- ♣ **Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura:** Franck Maciel Peçanha
- ♣ **Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários:** Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ♣ **Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários:** Bruno dos Santos Lindemayer
- ♣ **Pró-Reitor de Administração:** Fernando Munhoz da Silveira
- ♣ **Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura:** Viviane Kanitz Gentil
- ♣ **Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura:** Fabiano Zanini Sobrosa
- ♣ **Pró-Reitor de Gestão de Pessoas:** Alexandre Antônio dos Santos Nino
- ♣ **Procurador Educacional Institucional:** Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ **Diretor do Câmpus:** Prof^a Dr^a Silvana Maria Gritti
- ♣ **Coordenador Acadêmico:** Prof. Dr. Everton Ferrer
- ♣ **Coordenador Administrativo:** Tatiane Marques de Oliveira
- ♣ **Coordenador(a) do Curso:** Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
- ♣ **Coordenador(a) Substituto(a):** Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz
- ♣ **Organização e elaboração do Projeto:**
Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam, Profa. Dra. Débora Clasen de Paula, Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz, Prof. Dr. Jônatas Marques Caratti, Profa. Dra. Letícia de Faria Ferreira, Prof. Dr. Rafael da Costa Campos, Profa. Dra. Renata Dal Sasso Freitas, Prof. Dr. Vagner Silva da Cunha, TAE Tonia Ribeiro.

♣ **Núcleo Docente Estruturante:** Prof. Dr. Rafael da Costa Campos (Presidente) , Profª Drª Renata Dal Sasso Freitas, Prof. Dr. Edison Bisso Cruxen, Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz, Profª Drª Débora Clasen de Paula.

♣ **Revisor(es):** Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam, Profa. Dra. Débora Clasen de Paula, Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz, Prof. Dr. Jônatas Marques Caratti, Profa. Dra. Letícia de Faria Ferreira, Prof. Dr. Rafael da Costa Campos, Profa. Dra. Renata Dal Sasso Freitas, D. Edison Cruxen, TAE Tonia Ribeiro.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Carga Horária do curso de História-Licenciatura em conformidade à distribuição de Grupos conforme a Resolução CNE/CP 02/2019	64
Tabela 2 - Eixos integrador e sub-eixos do curso de graduação em História-Licenciatura	67
Tabela 3 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	75
Tabela 4 - Matriz Curricular do Curso	76
Tabela 5 - Matriz Curricular em grade	84
Tabela 6 - Atividades Complementares de Graduação	88
Tabela 7 - Migração curricular A - Medidas resolutivas.....	97
Tabela 8 - Migração curricular B - Medidas resolutivas.....	101
Tabela 9 - Migração curricular C - Medidas resolutivas	101
Tabela 10 - Membros do NDE.....	172

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alunos Formados Curso de História-Licenciatura entre 2013 e 2023/01 38

Gráfico 2 - Alunos do curso de História-Licenciatura evadidos entre 2010 e 2023/01.

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	9
APRESENTAÇÃO	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.1 Contextualização da Unipampa	12
1.2 Contexto da inserção regional do câmpus e do Curso	18
1.3 Concepção do Curso	27
1.3.1 Justificativa	30
1.4 Apresentação do Curso	39
1.4.1 Administração do Câmpus Jaguarão	39
1.4.2 Funcionamento do Curso	41
1.4.3 Formas de Ingresso	42
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	51
2.1 políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso	47
2.1.1 Políticas de Ensino	47
2.1.2 Políticas de Pesquisa	48
2.1.3 Políticas de Extensão	49
2.2 Objetivos do Curso	51
2.3 Perfil do Egresso	55
2.3.1 Campos de Atuação Profissional	56
2.3.2 Habilidades e Competências	57
2.4 Organização Curricular	60
2.4.1 Requisitos para integralização curricular	71

2.4.2 Matriz curricular	73
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais	83
2.4.4 Flexibilização Curricular	83
2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação	85
2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação	85
2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica	93
2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos	94
2.4.4.5 Outras formas de flexibilização	95
2.4.5 Migração curricular e equivalências	95
2.4.6 Prática como Componente Curricular	104
2.4.7 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios	105
2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso	115
2.4.9 Inserção da extensão no currículo do curso	119
2.5 Metodologias de Ensino	120
2.5.1 Interdisciplinaridade	124
2.5.2 Práticas Inovadoras	124
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	125
2.5.4 - TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem.	126
2.5.5 Avaliação da aprendizagem:	130
2.5.6 Apoio ao discente	132
2.6 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa	134
3 EMENTÁRIO	136
4 GESTÃO	172
4.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	172

4.2 Coordenação e Comissão do Curso	173
4.3 Corpo docente	174
4.4 Espaços de trabalho	178
4.5 Biblioteca	179
4.6 Laboratórios	179
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICES	186
APÊNDICE A - NORMATIVA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	187
APÊNDICE B - REGULAMENTO DE ESTÁGIOS	197
APÊNDICE C - APROVEITAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I, II E II NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA O CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA	209
APÊNDICE D - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA	213
APÊNDICE E - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	216

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Índice Geral de Cursos (IGC): 4
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-100
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS JAGUARÃO

- ♣ Endereço: Conselheiro Diana S/N.
- ♣ Cidade: Jaguarão/RS.
- ♣ CEP: 96300-000
- ♣ Fone: +55 (53) 3261-4269

- ♣ E-mail: jaguarao@unipampa.edu.br
- ♣ Site: <https://unipampa.edu.br/jaguarao/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- ♣ Área do conhecimento: (de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais (CINE Brasil): 0114H01.
- ♣ Nome do curso: História
- ♣ Grau: Licenciatura
- ♣ Código e-MEC: 1103739
- ♣ Titulação: Licenciado(a) em História.
- ♣ Turno: Noturno.
- ♣ Integralização: (*Integralização mínima em semestres, conforme dados do e-MEC*): 8 semestres, 4 anos.
- ♣ Duração máxima: 100% da integralização
- ♣ Carga horária total: 3.365h
- ♣ Periodicidade: anual
- ♣ Número de vagas (pretendidas ou autorizadas): 50
- ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU).
- ♣ Data de início do funcionamento do Curso: 2010
- ♣ Portaria de Reconhecimento do Curso: n. 211, de 31 de outubro de 2014.
- ♣ Página web do curso: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia>
- ♣ Contato: jahis@listas.unipampa.edu.br.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), resultado da busca pela qualificação do processo de formação de novos docentes de História.

Objetiva-se, com ele, contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes à formação de um profissional observador, questionador, crítico do contexto social, cultural e político em que vive e em que atuará como docente de História.

Além disso, busca-se instrumentalizar, através do curso aqui apresentado, o futuro profissional para atuar nas novas demandas do educador em História, que não mais estão limitadas aos espaços educacionais escolares, mas, igualmente, atingem outros setores do mundo contemporâneo, onde a presença do historiador coloca-se imprescindível: museus, arquivos, memoriais, instituições culturais, órgão de planejamento turístico e culturais, espaços de gestão, avaliação e educação para o patrimônio, entre outros.

Apresenta-se, portanto, as bases pedagógicas e metodológicas do curso, sua justificativa, considerando o contexto em que o Curso de História – Licenciatura está inserido, bem como questões referentes à sua estrutura, funcionamento e organização curricular. Destaca-se, contudo, que este documento é fruto de uma construção coletiva que envolveu a Comissão de Curso e o NDE - Núcleo Docente Estruturante.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa foi marcada por intencionalidades que englobam, principalmente, o direito à educação superior pública e gratuita por parte de grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em uma região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento reflete a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas. Assim sendo, as expectativas das comunidades que lutaram por sua criação atravessam as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram as premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

- MISSÃO - A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.
- VISÃO - A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, para contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.
- VALORES
 - ♣ Ética;
 - ♣ Transparência e interesse público;
 - ♣ Democracia;
 - ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
 - ♣ Garantia de condições de acessibilidade;

- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana

Logo, a Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que está inserida — um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior —, a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, num primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; câmpus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); câmpus Caçapava do Sul: Geofísica; câmpus Dom Pedrito: Zootecnia; câmpus Itaqui: Agronomia; câmpus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); câmpus Santana do Livramento: Administração; câmpus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; câmpus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; câmpus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, tiveram início as atividades acadêmicas nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para que tais atividades fossem viabilizadas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova instituição. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei n.º 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dada posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros haviam sido eleitos ao final do ano anterior. Composto para garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Nele, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional.

Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web. Atualmente, encontram-se em funcionamento 66 cursos presenciais e 06 a distância:

Câmpus Alegre: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados);

Câmpus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).

Câmpus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico).

Câmpus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados).

Câmpus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura).

Câmpus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).

Câmpus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados).

Câmpus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Direito, Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados).

Câmpus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Fruticultura (Tecnólogo); Ciências Biológicas (Licenciatura).

Câmpus Uruguaiana: Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (Licenciaturas); Enfermagem, Engenharia de Aquicultura, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 18 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Câmpus Bagé: Gestão de Processos Industriais Químicos; Ensino de Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB).

Câmpus Caçapava do Sul: Educação Científica e Tecnológica; Gestão e Educação Ambiental.

Câmpus Dom Pedrito: Agronegócio; Produção Animal; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.

Câmpus Itaqui: Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos.

Câmpus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas.

São Borja: Mídia e Educação (UAB).

Câmpus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena; Fisioterapia, Neonatologia e Pediatria; Gestão em Saúde (UAB); Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Os cursos de mestrado e doutorado ofertados são, por sua vez:

Câmpus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Câmpus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

Câmpus Caçapava do Sul: Mestrado em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática em Rede Nacional.

Câmpus Jaguarão: Mestrado em Educação.

Câmpus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Câmpus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

Câmpus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

Câmpus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

No Censo de 2022, Jaguarão teve sua população estimada em 26.603 pessoas, segundo o IBGE¹. Em comparação com o ano de 2015, em que haviam 28.310 habitantes², o município perdeu cerca de 2.000 pessoas, o que evidencia o êxodo principalmente da juventude na crise econômica e social que se agravou em 2016 e piorou com os impactos da pandemia de COVID-19, que teve seu estopim em março de 2020. Trata-se de uma região extremamente vulnerável estruturalmente, que baseia sua economia na produção agropecuária, destacando-se o plantio da soja e a criação do gado, e no setor de serviços, principalmente vinculados à dinâmica da zona comercial de fronteira.

O município de Jaguarão está situado no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, limitando-se com o município de Arroio Grande ao norte e nordeste; com o município de Herval ao norte e noroeste; com o rio Jaguarão ao oeste, sudoeste e sul, estando o município uruguaio de Rio Branco na outra margem do rio); e com a Lagoa Mirim ao leste e sudeste. Estes conformam uma região de fronteira, território que, à primeira vista, é caracterizado como espaço distante das esferas de influência política e de desenvolvimento econômico propagado a partir dos grandes centros urbanos e capitais estaduais. Estas localidades contam, quase sempre, com interferências bastante tênues dos principais mecanismos de atuação do Estado, à exceção do aparato de fiscalização militar e aduaneiro que controla os fluxos de entrada e saída de bens de consumo provenientes do mercado externo.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada de Jaguarão em 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama> . Acesso em 30 de outubro de 2023.

² HISTÓRIA-LICENCIATURA. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. CAMPUS JAGUARÃO, OUTUBRO, 2018. P. 18.

Nestas localidades, os fluxos econômicos conjunturais ditam a dinâmica das interações entre as cidades fronteiriças, mediante contínuas alterações no gradiente cambial e nos preços dos produtos comercializados, determinando o sentido dos fluxos de mercadorias e os impactos dinamizadores ou retrativos do controle do capital entre as chamadas “cidades-gêmeas”, municípios vizinhos de nacionalidades diferentes e separados geograficamente pela linha territorial política. Neste sentido, Jaguarão relaciona-se com a cidade uruguaia de Rio Branco, e esta tem observado desde o ano de 2003 uma profunda transformação política e socioeconômica, com a inauguração de uma zona de livre comércio. Basicamente agrícola, a economia da região contava, até o final da década de 1990, com certo predomínio de uma pequena atividade comercial do lado brasileiro em que os uruguaios – até então privilegiados pela variação cambial – eram responsáveis pelo aquecimento econômico do setor. Entretanto, a partir do referido ano, a valorização da moeda brasileira fez com que boa parte dos comerciantes uruguaios e inclusive brasileiros transferissem sua atuação para os “free-shops”, em Rio Branco. O setor de serviços se fortaleceu, tornando-se majoritário na economia local e acompanhando, assim, o cenário estadual e nacional. Seu crescimento foi vertiginoso e alavancou os dados econômicos de Jaguarão, mesmo com a estagnação do campo e da indústria.

A partir de 2015, no entanto, com a crise econômica, e somada à crise política de 2016, o dólar passou a aumentar seu valor em relação ao real, tornando cada vez menor a especulação em relação ao comércio de free-shops na fronteira. Com a pandemia da COVID-19 em 2020, muitos comércios tanto em Rio Branco, quanto em Jaguarão fecharam, acarretando desemprego e perda de renda. A precariedade econômica e social ampliou-se na região, trazendo novos desafios para a permanência de estudantes, tanto da cidade como de outras regiões do país, pois o município não oferece estrutura ou alternativa de trabalho para a juventude. Essa situação torna imprescindível, portanto, um plano de assistência estudantil robusto para fortalecer a permanência de estudantes no campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, em 2022 segundo o IBGE, tinha PIB per capita em R\$ 28.190,69, ocupando a posição de 350º lugar dos municípios do Estado num total de 497º. Na chamada região geográfica imediata, classificada pelo Instituto, de 17 municípios, configurava a posição 5º, conforme o IBGE.

Observa-se que a economia local está limitada ao setor de serviços, o que acarreta uma carência de oportunidades de trabalho, especialmente para os mais jovens, já que a cidade e suas proximidades não contam com indústrias, ou com outras fontes alternativas de trabalho. A má distribuição de renda ainda se configura como um entrave para a melhora da qualidade de vida dos moradores da cidade. No atual momento observa-se também que o contingente populacional está em um certo declínio, provavelmente pela falta de oportunidades na região no momento atual, principalmente para a juventude.

Segundo o Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2021 haviam 40 instituições de ensino na cidade, sendo 13 privadas e 27 públicas. Destas 1 federal, 7 estaduais e 19 municipais. Quanto ao quadro docente haviam 329 professores/as trabalhando na educação básica. As escolas públicas somavam, no mesmo ano, 130 docentes nos Anos Finais e 84 no Ensino Médio.

Os resultados da pesquisa do INEP referentes às matrículas iniciais no ano de 2021 em Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais e municipais, somam em Jaguarão, o número de 5183 estudantes³. Segundo o IBGE, que fez uma síntese histórica das matrículas do ensino fundamental, em 2008 haviam 4.458 matrículas e, em 2021 houve um decréscimo neste número para 3.1118 estudantes. Essa queda foi progressiva no acumular dos anos⁴ de forma que Jaguarão ocupa o 78º lugar no ranking dos municípios.

Em relação ao ensino médio, as matrículas decaíram a partir de 2010, recuperando um pouco o número de inscrições em 2021, quando fecharam 945⁵, ou seja, 72º no ranking dos municípios de um total de 497.

Quanto ao número de docentes no município alocados no ensino fundamental, houve um decréscimo entre os anos 2008 e 2021 de 240 para 209 docentes, deixando-o no 74º lugar no ranking dos municípios. Já em relação ao número de docentes no ensino médio, verifica-se um pequeno aumento de 77 professores em 2008, para 93 professores em 2021⁶, deixando o município em 64º lugar no ranking.

Há uma notória defasagem em relação ao número de docentes necessários se compararmos com o número de estudantes matriculados na educação básica. Este problema se acentua quando observamos os impactos das políticas de austeridade fiscal nos últimos anos pelos governos que limitaram os concursos para professores efetivos no estado e nos municípios. Um desafio para a educação pública brasileira, sendo fundamental a abertura de concursos públicos para professores/as efetivos no município e no estado, qualificando o ensino, com a garantia de carreiras estruturadas e que evidenciem reconhecimento ao trabalho docente. Sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental nos Anos Finais, em 2005 era 2,9, em 2017 passou para 4,2 e, em 2021, para 3,9. Uma oscilação para baixo que se explica pela falta de políticas públicas em educação, que valorizem o trabalho docente, que banquem estrutura digna para as escolas e também ofereçam um cenário de oportunidades para os/as jovens da região.

Enfim, esta contextualização permite que se enxergue um cenário regional e local sob diferentes aspectos, onde os indicadores demográficos, sociais, e especialmente, educacionais, revelam grandes carências, algumas históricas e mais amplas, próprias a toda a área de abrangência da UNIPAMPA, outras recentes e específicas de Jaguarão e de seus municípios vizinhos, demarcadas pelas relações econômicas estabelecidas com o outro lado da fronteira política. Em outras palavras, convergem importantes demandas educacionais, profissionais e sociais, para a formação de profissionais qualificados que possam intervir diretamente nesta realidade e criar alternativas que busquem a superação dessas dificuldades, apontando para um desenvolvimento regional sustentável, calcado na autonomia e no compromisso com a cidadania e a justiça social.

As atividades da UNIPAMPA devem estar igualmente apoiadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, que leva em conta a viabilidade das ações econômicas, com justiça social e prudência quanto à questão ambiental. Essa será a forma empregada para que, a partir da apreensão da realidade e das suas potencialidades, contribua-se para o enfrentamento dos desafios, com vistas à promoção do desenvolvimento regional. Mais especificamente, um profissional vinculado diretamente à educação, área que concentra grande parte das carências da região, que contemple os interesses e características regionais, mantendo elos de aproximação com a comunidade local, de modo especial com os sistemas de ensino públicos e privados dos municípios e órgãos de educação municipais e estaduais, buscando, a partir da realização de um diagnóstico da realidade e da aproximação com o contexto escolar, contribuir para o desenvolvimento humano, socioeconômico e político dos sujeitos e para a sua participação plena na sociedade.

Para além de suas funções enquanto educador que vivencia integralmente a experiência escolar, exercendo seu ofício dentro e fora de sala de aula, estabelecendo relações com os agentes públicos que compõem a estrutura educacional dos municípios, este profissional deve atender à necessidade de problematizar a realidade em que está inserido. Esta extrapola o ambiente escolar e educativo, profundamente marcada pelo contexto fronteiriço, constituído de processos permeados de tensões e aproximações nas relações entre brasileiros e uruguaios, e de interações sociais contraditórias, tanto de um lado da fronteira quanto do outro. A importância do tema do ensino de História atrelado ao de Fronteira remete às problemáticas já aqui abordadas relacionadas ao lugar sede deste curso, e que podem proporcionar uma singularidade interessante, de formar educadores na área de História, que sejam capazes de dar conta das especificidades e complexidades das relações sociais dos territórios fronteiriços.

Agregar valores positivos às trajetórias destes lugares proporcionam reflexões que podem provocar transformações nas subjetividades da população local e fundamentalmente, que possam, a partir de trabalhos de pesquisa, se enxergarem como sujeitos na produção científica e do ensino de História. Assim, almeja-se colaborar com um melhor entendimento das noções de nação e cidadania, por exemplo, produzindo a singularidade de um Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA em Jaguarão.

É fundamental ressaltar que, ao identificar demandas específicas à região da fronteira sul e se propor a aceitar o desafio de intervir neste contexto, o Curso de História – Licenciatura igualmente abarca todo o território atendido pela UNIPAMPA, uma vez que a realidade fronteiriça do Rio Grande do Sul se constitui em um *continuum*, guardadas as particularidades locais. Em outras palavras, a permanente reflexão e problematização a respeito da região da fronteira – e do pampa, termo que engloba aspectos geográficos, culturais, econômicos e históricos —, enquanto espaço historicamente construído, contribui para a concepção da Universidade em geral e do Curso de Licenciatura em História em particular.

Além disso, o fato do curso em questão ser uma licenciatura permite que se estabeleça um diálogo com outras graduações da Universidade voltadas ao campo de conhecimento das “Humanidades” e/ou à formação de profissionais do ensino, abrindo possíveis caminhos de trocas interdisciplinares e mobilidade docente e discente. Dessa forma, propicia-se o aproveitamento da formação pedagógica mediante projetos e parcerias entre os campi, não esquecendo também que os futuros licenciados gabaritam-se ao atendimento das demandas educacionais que não são exclusivas da realidade regional imediata.

Desse modo, o curso vai diretamente ao encontro dos objetivos estabelecidos – e já referidos anteriormente – do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 da Universidade, e na missão de “promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional”⁷.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de História-Licenciatura oferece a titulação de Licenciado(a) em História, tendo uma carga horária total de 3.365h (três mil e trezentas e sessenta e cinco horas, o que está de acordo com a resolução CNE/CP nº. 2 de 20 de dezembro de 2019. A carga horária do curso pode ser integralizada em no mínimo 4 (quatro) anos – 8 (oito) semestres – e, no máximo, 8 (oito) anos – 16 (dezesesseis) semestres. O curso é ofertado na modalidade presencial, em turno de funcionamento noturno e com oferta anual de 50 (cinquenta) novas vagas.

O Curso de História - Licenciatura tem como objetivo primordial a formação de professores aptos à docência de História na Educação Básica. Enquanto o pressuposto básico é similar a qualquer outra licenciatura, a especificidade desta graduação está no fato de que a formação dos/das licenciados/as se dá em contato direto com o contexto da fronteira. De modo geral, trata-se de uma formação propositiva e crítico-reflexiva, a partir do conhecimento formal e temático das experiências vividas por diferentes sociedades e culturas, em tempos e espaços diversos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O resultado esperado é a produção e a disseminação do conhecimento histórico em ambiente educacional mediante uma postura socialmente engajada e transformadora da realidade.

O Projeto Pedagógico do Curso de História- Licenciatura foi estruturado de acordo com a legislação nacional vigente para formação de professores para a Educação Básica, em cursos de licenciatura, bem como em atenção aos documentos institucionais da própria Universidade. Dentre estes citamos o PDI 2019-2023, as Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa, a Resolução n. 329/2021, que dispõe sobre os estágios na instituição, a Resolução nº. 317 de 29 de abril de 2021 que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, e as normas acadêmicas estabelecidas pela Resolução 29, de 29 de abril de 2011 (Alterada pela Resolução 78, de 28/08/2014, pela Resolução 203, de 30/07/2018, pela Resolução 205, de 30/08/2018 e pela Resolução 225, de 25 de outubro de 2018).

Este Projeto Pedagógico foi concebido a partir de diálogos entre a Comissão de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), mediante a realização de uma série de leituras, debates e avaliações conjunturais, discutidas em reuniões realizadas entre os anos de 2020 e 2023. Estas reflexões deram origem às premissas do curso, suas definições, os compromissos acerca da História como área de conhecimento e seu papel social na formação de novos docentes para a Educação Básica, tendo em mente o contexto regional e local calcado na fronteira. Neste sentido, a concepção e a articulação dos componentes curriculares apresentados se constituem como resultado das discussões acerca do contexto de inserção do curso e da caracterização dos futuros egressos.

O Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura identifica-se com as premissas de uma concepção educativa que almeja à consolidação da cidadania, da democracia, da autonomia e da liberdade para produção intelectual e outros meios de expressão. O foco deste curso está centrado na formação de professores e professoras de História a partir de uma realidade regional/local, a fronteira, cujo contexto cultural, econômico, social e político da fronteira faz parte da concepção do curso. Este espaço, assim como a própria noção do que é a disciplina histórica, não é concebido a partir de sua naturalização. Pelo contrário: ambos são problematizados, dotando-os de historicidade, ou seja, percebidos através de sua contínua construção histórica por diversos sujeitos, não somente pela atuação de autoridades estatais e “homens notáveis”, associadas ao senso comum do que é História. Ao contrário, considerando a ação cotidiana de trabalhadoras e trabalhadores, populações nativas, comunidades afrodescendentes, em suas diferentes interações, busca-se não apenas entender como se constrói o espaço geográfico no qual o historiador está inserido, mas também a constituição de suas próprias práticas disciplinares

Considerando, portanto, a própria historicidade da disciplina na qual o egresso irá atuar e as transformações do entendimento do que é a História e quem são seus agentes, o presente Projeto Pedagógico de Curso busca, através da articulação das dimensões de ensino, pesquisa e extensão, contribuir para uma visão desnaturalizada dos processos históricos, a nível local e global. Sendo assim, espera-se que o egresso seja capaz de refletir, problematizar e desconstruir,

junto aos seus futuros educandos, aqueles elementos históricos tangíveis à vida dos mesmos, permitindo-os a percepção da temporalidade de sua existência em distintas esferas, sem, contudo, produzir apenas uma história de identidade ou temporalmente linear e teleológica. Entende-se aqui, que a fim de compreender a si próprio, é necessário o constante contraste com o diferente, a alteridade, o não familiar.

Antes um gênero literário associado à formação de governantes e homens públicos, a disciplina histórica se constituiu como campo autônomo do conhecimento no século XIX⁸. se estabelecendo como uma disciplina de formação universitária específica no século XX, principalmente no Brasil⁹. Como evidente em diversos textos considerados clássicos para se compreender a disciplina¹⁰, neste último século, o campo disciplinar da História passou por transformações a partir de um intenso diálogo com as Ciências Sociais, o que se reflete em uma tendência à interdisciplinaridade em seu fazer. O presente Projeto Pedagógico de Curso, portanto, também contempla a formação interdisciplinar, oferecendo componentes de outras áreas, como a Sociologia, a Antropologia, os Direitos Humanos, bem como a reflexão teórica em diálogo com a Filosofia e outros campos das chamadas Ciências Humanas.

Por se tratar de um curso de Licenciatura, o Curso está em consonância — embora não acrítica — com as novas Diretrizes Nacionais Curriculares, estabelecidas através da Resolução N° 2/2019, que estabelece diferentes Eixos formadores visando uma formação interdisciplinar dos professores do Ensino Básico, principalmente no que tange aos componentes próprios da área de Pedagogia.

⁸ Koselleck, R. et al. O conceito de história. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁹ Guimarães, Manoel Luís Salgado. Historiografia e nação no Brasil - 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011

¹⁰ Ver, por exemplo: Bloch, Marc. A apologia da história ou o ofício do historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; Braudel, Fernand. Escritos sobre a história. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira. São Paulo: Perspectiva, 2014; Thompson, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987; Hobsbawm, Eric. Sobre a história. Trad. Cid. Knipel. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; Ricoeur, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Trad. Alain François, et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

1.3.1 Justificativa

Iniciativas como a expansão do Ensino Superior, através da criação de novas instituições, como as Universidades e os Institutos Federais estabelecidos nas primeiras duas décadas deste século no Brasil, podem ampliar os caminhos que levam ao entendimento e valorização do ambiente cultural e social de diferentes comunidades. Como parte deste contexto específico, o Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA, Campus Jaguarão, se propõe como um ambiente para a troca de experiências, promoção de debates, e iniciativas de formação extensiva em projetos e ações que contemplem a formação de educadores.

Especificamente, para além de sua contextualização geopolítica, e acrescentando os aspectos multiculturais e o conjunto patrimonial que as caracterizam — o que inclui a adesão da cidade ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, em 2013, —, a cidade de Jaguarão e a região do Pampa se caracterizam por outros aspectos: para além de estar na fronteira com o Uruguai, trata-se também de uma fronteira de culturas e visões de mundo, de etnicidades, do próprio entendimento da História como disciplina e da historicidade do ser humano, nas diferentes acepções do termo.

Em um ambiente de fronteira, que não é imutável e tampouco redutível, pode-se perceber como as sociedades se encontram, se embatem e se confrontam em processos muitas vezes conflituosos, e constantemente balizados pelo esforço de mediação do eu em relação ao outro. Logo, o termo “fronteira” deve ser entendido muito mais como “zonas de contato”, um espaço com diferentes manejos de acordo com o lugar social dos indivíduos, território de interação entre diferentes culturas do que apenas limites geopolíticos entre países e regiões. Este processo é, assim como antropológico e sociológico, profundamente histórico, cujas concepções emergem não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas também pelo abismo histórico que as separa.

Portanto, mediante esta breve reflexão e análise do contexto local/regional, o Curso de História - Licenciatura do Campus de Jaguarão justifica-se pela necessária formação de profissionais que sejam sujeitos atentos a essas demandas e críticos de sua realidade social e educacional, assim como dos processos

históricos e das violências a eles inerentes, muitas vezes naturalizados em espaços institucionais como a própria escola e outras instituições de memória. A UNIPAMPA e o seu Curso de História - Licenciatura possuem a particularidade de atuar num posicionamento geopolítico privilegiado para as interações sócio educacionais e culturais marcadas por fronteiras binacionais. Neste âmbito, a produção do conhecimento e a formação profissional encontram um terreno fértil para interações e transformações regionais, em que conceitos pertencentes à sociedade contemporânea, pós-moderna e globalizada são tensionados com as distintas realidades socioculturais locais e suas visões de mundo.

Em um momento marcado pelas as possibilidades de acesso, intervenção e disseminação da produção de conhecimento e informação através de distintos dispositivos tecnológicos, assim como as exigências de uma prática pedagógica criativa e crítica em relação aos documentos e recursos didáticos utilizados e à historiografia, demanda-se cada vez mais a familiaridade dos professores de História, bem como de todo o ambiente escolar, com os instrumentos e as práticas de investigação típicas dos pesquisadores. Enquanto referencial crítico e transformador da consciência individual e coletiva, a disciplina histórica tem por característica a busca do questionamento perene dos principais elementos que afetam o tempo presente, agregando às interpretações dos eventos humanos, às análises dos paradigmas e dos preceitos concernentes aos valores éticos, bem como à construção da cidadania na sociedade contemporânea.

Portanto, para além das necessidades específicas ao contexto fronteiriço, há uma demanda educacional e de atuação pública geral em relação aos historiadores e professores de história que o presente Projeto Pedagógico de Curso busca contemplar. Em Jaguarão, do grupo de educadores que atuam no ensino de História nas escolas, somente uma pequena parcela possui formação específica nesta área. A partir do ano de 2016 com a EC 95, chamada de Teto dos Gastos, as políticas de austeridade nos governos municipais e estaduais acabaram precarizando a realização de concursos e a estrutura dos planos de carreira de docentes das escolas públicas e intensificando os problemas na educação pública. Desde então, são raros os concursos para docentes efetivos e privilegia-se contratos temporários, representando uma maior precarização do trabalho docente e da realidade do ensino nas escolas. Somado à Reforma da BNCC e a Reforma

do Ensino Médio, há a diminuição da carga horária da disciplina História em sala de aula, demonstrando a pouca importância dada a esse campo do saber pelas entidades responsáveis por pensar a educação brasileira na contemporaneidade.

A conjuntura específica detalhada acima tem levado a um baixíssimo aproveitamento de egressos no campo de trabalho. O curso de História-Licenciatura tem pautado nos últimos dez anos estes ataques de políticas públicas reacionárias, denunciando-os inclusive às gestões superiores através do Fórum de Licenciaturas da UNIPAMPA¹¹ e em outros espaços públicos. Ainda assim, temos buscado problematizar e preparar estudantes para este cenário que não tem sido fácil, estimulando a entenderem a importância da luta pela carreira docente e pela realização de concursos públicos.

Para além disso, em uma tendência que repete os processos de saturação e encolhimento da oferta de trabalho na área da docência em países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália no final do século XX¹², o Brasil tem visto recentemente o surgimento do campo da História Pública como alternativa de inserção no campo profissional para os egressos dos cursos de graduação em História. Hoje tema de publicações e eventos acadêmicos específicos, a História Pública se conforma enquanto campo que busca articular as formas das diferentes sociedades se relacionarem com o passado, com a história e com a memória às técnicas e métodos que caracterizam a prática historiográfica, de maneira horizontal¹³. No Curso de História-Licenciatura, o corpo docente tem explorado e debatido as oportunidades dos egressos trabalharem em outros campos, além da sala de aula, estimulando a busca por novos espaços de trabalho, ao mesmo tempo que reconhece e problematiza as limitações e o caráter precário de muitos desses espaços.¹⁴

¹¹Dinardi, A. J et. al. A BNCC e os currículos das licenciaturas: avanços ou retrocessos na formação inicial de docentes?. In: Martins, M. A. R.; Alves, E. F & Cruz, C. R. (Org.). Diálogos no fórum das licenciaturas e a formação de professores da UNIPAMPA. Bagé: Unipampa, 2023, p. 31-48.

¹²Liddington, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: Almeida, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. SP: Letra e Voz, 2011. p.31-52

¹³ Mauad, A. M.; Almeida, J. R.; Santhiago, R. (org). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016

¹⁴ Silveira, Pedro Telles da. "O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. Tempo & Argumento, Vol. 12, n. 30, e204, 2020.

Neste sentido, a oferta desta licenciatura abre não só a possibilidade da formação de novos profissionais aptos a atuarem nesta área, mas uma oportunidade de formação continuada a esses educadores já atuantes, na qual tomam contato com temas, debates, conceitos e métodos produzidos no seio do conhecimento histórico atual. Dessa forma, busca-se contribuir para a qualificação do ensino de História na Educação Básica como um todo. Além disso, a cidade de Jaguarão vislumbra em seu patrimônio histórico e cultural a possibilidade de reflexões e o restabelecimento de uma posição regional significativa, visto que, nos últimos anos, setores da sociedade jaguareense e autoridades locais têm investido na promoção desse patrimônio.

Como já mencionado, durante o processo de criação e reconhecimento do curso, a cidade participou do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC das Cidades Históricas) e teve em 2011 tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio histórico do país o seu Conjunto Histórico e Paisagístico. Esse movimento reflete as preocupações do poder público e da sociedade civil em preservar determinados monumentos, obras arquitetônicas e práticas culturais dentro do termo “patrimônio”, cunhado na Europa ainda no século XIX para designar estruturas e monumentos percebidos de valor histórico para as coletividades no âmbito dos Estados-nacionais modernos. No século XX, houve a expansão do termo para abarcar uma ideia de humanidade universal, através de entidades como a UNESCO, que estabeleceu a denominação de “Patrimônio Mundial Cultural Natural”, em 1972¹⁵. A política patrimonial do Brasil, através do IPHAN, também tem sua historicidade¹⁶ e incide sobre o cotidiano de cidades como Jaguarão e como formas de grupos sociais reivindicarem o reconhecimento e preservação de suas práticas culturais. Logo, a partir desse conceito, abre-se um importante campo de demanda para o licenciado em História, para atuar nas mais diversas áreas relacionadas a este campo, como por exemplo, a educação para o patrimônio, na qual as diferentes formas com que essa noção é aplicada se constitui tanto enquanto objeto quanto como um canal para o ensino de História.

¹⁵ Choay, Françoise. A alegoria do patrimônio. Trad. Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2000.

¹⁶ Chuva, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 34, pp. 1-15, 2012.

Tais tendências se refletem na historiografia principalmente a partir de meados do século XX, em que o conceito de memória ganha força nos meios acadêmicos em detrimento muitas vezes da historiografia propriamente dita. Tal movimento foi sistematizado inicialmente por Pierre Nora com a categoria de “lugares de memória”¹⁷, e que somado às demandas que seguiram os eventos traumáticos do século XX, deram origem a novos horizontes temporais de investigação do historiador, através do campo de “história do tempo presente”¹⁸, com o uso de expedientes metodológicos como a História Oral. No Brasil, essas reflexões teóricas tiveram efeitos principalmente sobre os estudos do período da Ditadura Civil Militar iniciada em 1964, mas foram alargadas para abarcar outros contextos, como o pós-abolição e as histórias de comunidades indígenas e quilombolas. No contexto da região de fronteira em que está localizado o Campus Jaguarão, essas questões aparentemente do passado, mas que afetam o cotidiano e acabam por afetar políticas públicas de diversas maneiras têm matizes bastante específicos.

Sendo assim, levando-se em conta a conjuntura política, econômica, cultural e sócio-histórica brasileira em geral e da região do Pampa gaúcho e uruguaio em particular, bem como as demandas educacionais por profissionais qualificados na área de História, o Curso de História - Licenciatura do Campus Jaguarão da UNIPAMPA tem o desafio de oferecer um posicionamento pedagógico que contemple este cenário local e regional atual que se estende à demandas plurais dos diferentes segmentos da sociedade.

Este posicionamento se concretiza na matriz curricular e nas atividades de pesquisa e extensão por meio dos três eixos integradores que conduzem o curso: Saberes Formativos, Aprofundamento e Investigação e Vivência e Enriquecimento Curricular, considerando as temáticas Ensino de História e Fronteira. Em torno destes eixos e temas, o Curso de História - Licenciatura objetiva a busca de desenvolvimento de competências, mediante a aquisição de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de educadores que problematizem a realidade, partir do contexto da fronteira, por meio de sua prática profissional, instrumentalizando-se para intervir criticamente na sociedade.

Em resumo, o Curso de História – Licenciatura, conjugando o atendimento de demandas locais e regionais no âmbito educacional, justifica-se por objetivar a formação de profissionais qualificados para o ensino de História, mas igualmente para a educação para o patrimônio (atuando em instituições específicas como estabelecimentos de ensino e espaços de memória) e para a pesquisa histórica (engajando-se em projetos de instituições públicas, a exemplo de órgãos governamentais, e entidades privadas).

O profissional titulado pelo Curso de História – Licenciatura poderá exercer a docência na Educação Básica, nos ensinos Fundamental e Médio, seja ele público ou privado. Igualmente, poderá seguir a formação superior em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu em História ou áreas afins, de modo a habilitar-se para a docência no Ensino Superior. Ademais, poderá exercer atividades educativas em museus, associações, centros culturais e outros espaços públicos e privados que contemplem o saber histórico e seu ensino em suas atividades, bem como exercer a pesquisa em órgãos governamentais ou instituições privadas que necessitem de um profissional para esta área, ou cujos propósitos se correlacionem com este saber.

1.3.2 Histórico do Curso

O Curso de História-Licenciatura foi originalmente concebido em 2009. Seus proponentes apresentaram, como motivação principal para sua criação no Campus Jaguarão, a necessidade de formação de profissionais no campo da História e do Patrimônio. O Curso entrou em funcionamento a partir de 2010/1, mesmo sem a existência de um Projeto Pedagógico. Contudo, com a chegada de novos profissionais, em 2011, e a saída de pessoas responsáveis pela proposta inicial, os rumos do projeto pedagógico do curso de História-Licenciatura foram alterados, buscando-se sentidos mais pragmáticos e associados à realidade de Jaguarão e região, especialmente no que tange a desafios no campo educacional.

A implementação do Curso foi aprovada, conforme observa-se em ata número 09, na 9ª Reunião do Conselho de Dirigentes, realizada em 27 de agosto de 2009 e validada pela Portaria de número 1.776, de 07 de dezembro de 2011. O reconhecimento do curso se deu por meio da Portaria nº. 619, de 30 de outubro de 2014.

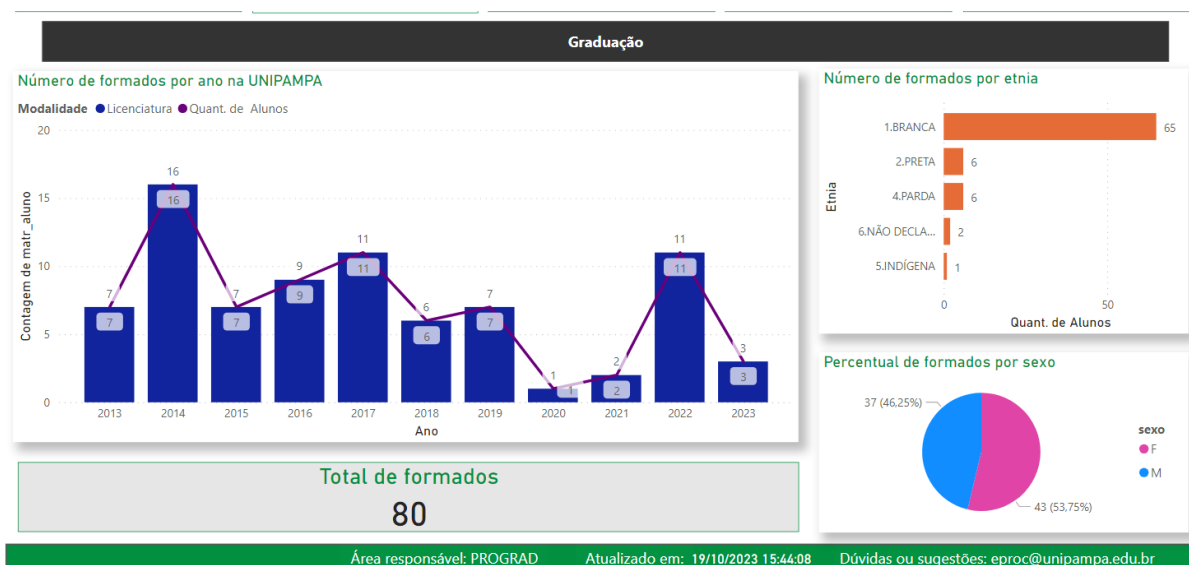
O curso contou até o momento com três Projetos Pedagógicos, que foram sendo alterados conforme as mudanças implicadas nas diretrizes de formação de professores/as: 2013, 2017 e 2018. Esta versão atual corresponde à inserção de 10% da carga horária obrigatória de extensão, conforme a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, e à adequação à Resolução CNE/CP nº. 2 de 20 de dezembro de 2019.

Desde 2013, o curso de História-Licenciatura formou 80 pessoas, 43 mulheres e 37 homens¹⁹. Como podemos observar na imagem abaixo, houve uma queda no número de formandos devido à pandemia de Covid-19, que acarretou a adoção do ensino remoto em caráter emergencial, como disposto pela Norma Operacional nº 4 de 2020²⁰. Pelas dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira, extrapolando as questões internas da universidade, como a precária assistência estudantil, isso acabou gerando uma maior evasão e também dificuldades em ofertar componentes como os estágios obrigatórios.

¹⁹ Informações retiradas do site da PROGRAD: [Microsoft Power BI](#) . Acesso em 30 de outubro de 2023.

²⁰ Norma Operacional Nº 4/2020 - Diretrizes operacionais para a oferta de Atividades de Ensino Remoto Emergenciais (AERES). Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/prograd/files/2020/08/norma-operacional-n-o-4-2020_diretrizes-operacionais-para-oferta-das-atividades-de-ensino-remoto-emergenciais.pdf. Acesso em 5 de outubro de 2022.

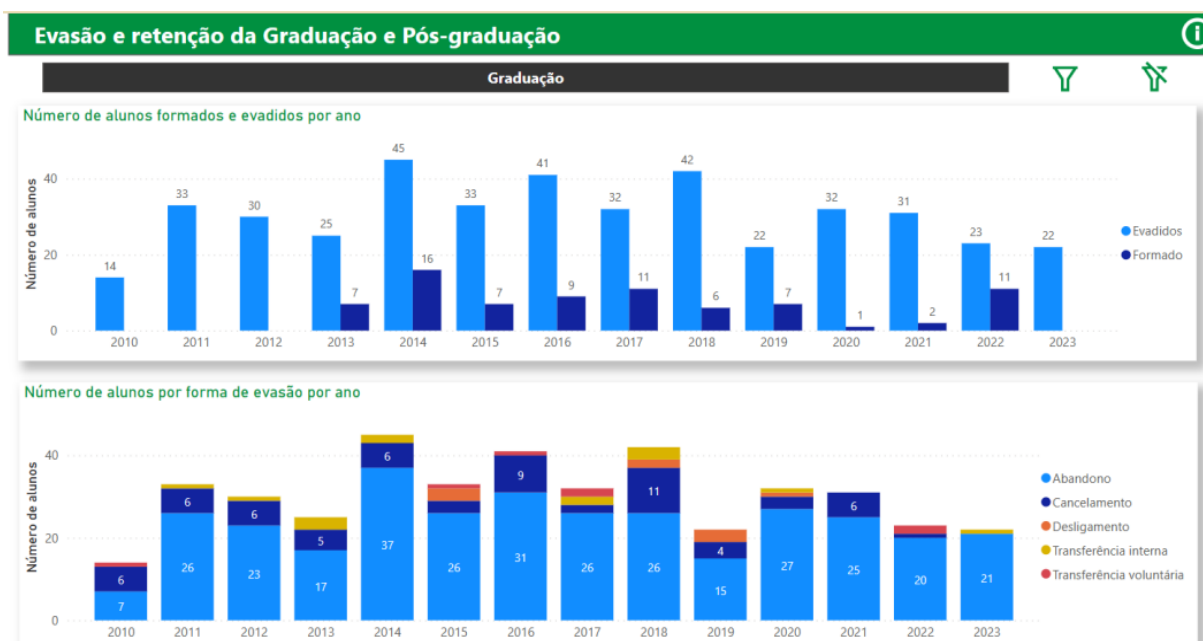
Gráfico 1 - Alunos Formados Curso de História-Licenciatura entre 2013 e 2023/01.



Como podemos ver na imagem²¹, além dos desafios colocados para a comissão de curso relacionados ao número de formados por cada ano, é importante frisar que existem questões estruturais que influenciam na evasão de discentes, como a insuficiente assistência estudantil, o empobrecimento das famílias, a precariedade estrutural oferecida pela cidade — que também possui alto custo — assim como a falta de um horizonte de perspectiva devido a baixa oferta do mercado de trabalho da licenciatura, com a não ocorrência de concursos públicos para efetivo.

²¹ Informações retiradas do site da PROGRAD: [Microsoft Power BI](#) . Acesso em 31 de outubro de 2023.

Gráfico 2 - Alunos do curso de História-Licenciatura formados e evadidos entre 2010 e 2023.



É fundamental, portanto, que haja a reestruturação do orçamento para as universidades, incorporando o investimento na assistência estudantil, para oferecer aos/às estudantes uma permanência digna, já que a cidade apresenta dificuldades estruturais que inviabilizam muitos discentes que vêm de fora do Estado.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Neste tópico serão descritas a administração do campus, as informações sobre o funcionamento do curso e as formas de ingresso.

1.4.1 Administração do Câmpus Jaguarão

Conforme o Regimento Geral da Unipampa²², Resolução nº. 5, de 17 de junho de 2010, que foi alterada pelas resoluções 347 e 348 de 2022, o curso de História-Licenciatura está sob a estrutura organizada do campus. Segundo artigo 66 do Regimento Geral, a coordenação do curso compõe o Conselho do campus, que “[...] é órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da Unidade Universitária”. Ainda, está vinculado a direção da unidade, composta por “[...] por Diretor, Coordenador Acadêmico e Coordenador Administrativo, é o órgão executivo que coordena e superintende todas as atividades do Campus”.

Em cada campus da UNIPAMPA contamos ainda com um corpo técnico-administrativo específico atuante nos seguintes setores: um secretário executivo do campus, três servidores assistentes administrativos na Secretaria acadêmica; dois bibliotecários e um assistente de administração na Biblioteca; um técnico em tecnologias da informação e um analista de tecnologia de informação; um pedagogo, um assistente social, uma psicóloga e dois técnicos em assuntos educacionais, estes últimos pertencentes ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE). O NUDE, por sua vez, tem suas atividades coordenadas e acompanhadas pela Coordenação Acadêmica do Campus. Trata-se, portanto, de um núcleo destinado ao apoio e assessoria didático-pedagógica aos docentes nas adaptações metodológicas com vistas à inclusão e acessibilidade, apoio aos discentes com deficiência e dificuldades de aprendizagem, no desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisas que visem a qualificação dos processos e projetos pedagógicos de qualificação do ensino.

No âmbito do Campus, como parte da estrutura de administração acadêmica, contamos com as comissões de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como com o Conselho do Campus. Estes têm sua composição, funcionamento e atribuições regulamentadas no regimento geral da UNIPAMPA (Resolução nº. 5, de 17 de junho de 2010). Estas comissões são estruturadas a partir de representações de todas as categorias presentes na comunidade acadêmica. O Conselho do Campus, em específico, ainda conta com uma representação da comunidade externa.

²² REGIMENTO GERAL DA UNIPAMPA. [4-regimento-geral-alterado-pela-resolucao-347-e-348-de-2022-1.pdf \(unipampa.edu.br\)](https://unipampa.edu.br/4-regimento-geral-alterado-pela-resolucao-347-e-348-de-2022-1.pdf) . Acesso em 6 de outubro de 2022.

A Coordenação Acadêmica, que coordena o planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades acadêmicas do Campus. É integrada pelo Coordenador Acadêmico, Coordenações de Curso do Campus, Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), Comissões Locais de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, Secretaria Acadêmica, Biblioteca do Campus, laboratórios de ensino, pesquisa e informática e outras dependências ligadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área, que têm por finalidade planejar, avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes;

A Coordenação Administrativa: integrada pelo Coordenador Administrativo, pela Secretaria Administrativa, pelos Setores de Orçamento e Finanças, de Material e Patrimônio, de Pessoal, de Infraestrutura, de Tecnologia de Informação e Comunicação do Campus e Setor de Frota e Logística.

A coordenação do curso de História-Licenciatura também compõe a Comissão de Ensino, que segundo o artigo 82 do Regimento da Unipampa, “[...] tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de ensino do Campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de pesquisa e extensão”. Ainda existem no campus, uma Comissão de Pesquisa e uma Comissão de Extensão.

A comissão de curso, tem por finalidade “[...] viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas”. Segundo o mesmo artigo 82 do Regimento da Unipampa, a composição da Comissão é feita por: “I. o Coordenador de Curso; II. os docentes que atuam no Curso; III. Representação discente eleita por seus pares; IV. representação dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso, eleita por seus pares”.

1.4.2 Funcionamento do Curso

O Curso de História – Licenciatura tem duração de 8 (oito) semestres, seguindo o Calendário Acadêmico definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um.

Número de Vagas: 50 (cinquenta) vagas anuais, no Campus Jaguarão.

O Regime de Matrícula apresenta carga horária mínima por semestre de 08 créditos/ 180h e carga horária máxima por semestre de 32 créditos/ 405h. No primeiro semestre o/a discente deve se matricular em todos os componentes curriculares ofertados pelo Curso.

Periodicidade: anual;

Turno: Noturno;

Carga Horária Total: 3.365 horas sendo

1. 2025 horas componentes curriculares obrigatórios e complementares
2. 400 horas de curricularização da extensão
3. 435 horas de estágios supervisionados obrigatórios
4. 405 horas de práticas como componente curricular
5. 100 horas de atividades complementares de graduação

1.4.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº. 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- II. Chamada por Nota do ENEM;
- III. Ingresso via edital específico.
- IV. Chamada por Notas do Ensino Médio.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

1. Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

- I. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino Superior que dele participarem.
- II. O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.
- III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

- I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
- IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

- I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

- I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
- II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- I. Segundo ciclo de formação - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- II. Reingresso - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;
- III. Conclusão da Primeira Graduação - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;

- IV. Reopção de curso - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;
- V. Transferência voluntária - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;
- VI. Portador de diploma - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

- I. Transferência *Ex-officio* - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo, na forma da Lei n.º 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- II. Programa de Estudantes-Convênio - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;
- III. Matrícula de Cortesia - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal n.º 89.758, de 06 de junho de 1984, e Portaria MEC n.º 121, de 02 de outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

- I. Regime Especial de Graduação - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos, respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;
- II. Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em campus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;
- III. Mobilidade Acadêmica Interinstitucional - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, consoante a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, para identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto à interface do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA).

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

2.1.1 Políticas de Ensino

Como já mencionado, o Curso de História – Licenciatura visa primordialmente a formação de professores aptos à docência de História na Educação Básica. Enquanto pressuposto básico é similar a qualquer outra licenciatura, a especificidade desta graduação - na UNIPAMPA Campus Jaguarão - consiste na formação de licenciados com contato direto com o contexto da fronteira.

Essencialmente, trata-se de uma formação propositiva e crítico-reflexiva, a partir do conhecimento formal e temático das experiências vividas por diferentes sociedades e culturas, em tempos e espaços diversos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O resultado esperado é a produção e a disseminação do conhecimento histórico em ambiente educacional mediante uma postura socialmente engajada e transformadora da realidade.

Para além dos conteúdos e aptidões desenvolvidos nos componentes curriculares, o corpo docente do Curso de História - Licenciatura também desenvolve projetos de ensino articulados com as atividades de pesquisa e extensão coordenadas pelo corpo docente por meio de laboratórios. Tais projetos buscam o aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem de uma temática específica.

Os projetos de ensino atualmente executados cadastrados pelo atual corpo docente do curso são:

- Representações do Mundo Árabe e Islã no Cinema e HQs (LEHMAI)
- Laboratório de Estudos em História e Literatura (LEHL)
- TeoriLab: laboratório de teoria da história e historiografia
- História das mulheres e feminismo: um novo olhar sobre antigas perspectivas de gênero
- Como estudar na universidade
- LAPEH: a construção e organização do Laboratório de Pesquisa em Ensino de História da UNIPAMPA/Jaguarão

O Curso de História também integra o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica, que contribuem para a formação inicial dos estudantes, criando um novo “lugar institucional”, conforme António Nóvoa:

Trata-se de edificar um novo lugar para a formação de professores, numa zona de fronteira entre a universidade e as escolas, preenchendo um vazio que tem impedido de pensar modelos inovadores de formação de professores. [...] Dito de outro modo: é neste lugar que se produz a profissão de professor, não só no plano da formação, mas também no plano da sua afirmação e reconhecimento público²³.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

O egresso do curso de História-Licenciatura deve se preocupar com o sentido das ações humanas em suas causalidades e desdobramentos, nos mais diversos períodos e espaços, questionando, sempre que possível, como a transformação da sociedade ao longo do tempo pode nos auxiliar na compreensão do que somos no presente, do que queremos, e quais são nossos horizontes de expectativas. Essas inquietações devem transcender as especificidades de um saber formal para tornar-se fonte de questionamentos e reflexões cujas finalidades sejam incutir no indivíduo que vive o presente – seja ele pesquisador, professor, cidadão (ou as três coisas) – a noção de que ele é também um agente histórico, isto é, que suas ações e seus pontos de vista críticos podem trazer interpretações sobre si, o passado, e a coletividade em que está inserido. Este exercício de autocompreensão e autopercepção no espaço-tempo corresponde, seja no âmbito profissional-acadêmico ou social, a um saber histórico, e finalmente, à possibilidade de transformação na sociedade.

Esses preceitos se refletem nas atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes do curso, e envolvem a atuação discente nas capacidades de bolsistas de programas de iniciação científica e do Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), além de também encontrarem expressão nos Trabalhos de Conclusão de Curso desenvolvidos pelos discentes. Assim, os projetos e grupos de pesquisa atualmente cadastrados pelos docentes do curso são:

- Grupo de Estudos Sobre Escravidão e Pós-Abolição (LAHISP)
- Livrai-nos do Mal: Estudos sobre Bruxaria, Demonologia, Paganismo e Heresia nas Idades Média e Moderna (LAPEHME)
- Marginálias: Estudos sobre Marginalidade e Subalternidade na Antiguidade e Medievo (LAPEHME/LAHMEA)
- Musicando a História
- Ocupação e Resistência: Estudos sobre a Palestina Contemporânea (LEHMAI)
- Laboratório de História do Mediterrâneo Antigo (LAHMEA)
- Romances biográficos e os limites da imaginação histórica

Desde a formação de sua primeira turma de licenciados em 2014, o curso de História-Licenciatura tem promovido o exercício da pesquisa que resulta nos trabalhos monográficos apresentados no componente curricular de TCC II. Os trabalhos apresentados e aprovados são liberados para acesso público no site do curso.

2.1.3 Políticas de Extensão

O curso de História-Licenciatura atualmente inclui extensão em seu Projeto Político de Curso por meio do Programa de Extensão do Curso de Licenciatura em História, que articula projetos e ações já existentes ou a serem criadas e também mediante componentes curriculares específicos, conforme a Resolução n.º 7 (CNE/2018) e Resolução n.º 317 (CONSUNI/Unipampa). A concepção de extensão, consoante a estas duas resoluções, se caracteriza pela produção, planejamento e execução de ações que valorizem o diálogo entre a universidade e a comunidade externa. Essa aproximação busca a troca de saberes entre as partes no que diz respeito à História, à memória e a representações do passado. Tais ações contribuirão para uma formação integral do estudante, que poderá compreender a realidade em que está inserido.

Segundo a Política Nacional de Extensão, o conceito de programa é

[...] conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), integrando preferencialmente as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, executado a médio e longo prazo²⁴.

²⁴ Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação.

O Programa de Extensão do Curso de História permite a criação de projetos com estratégias amplas e flexíveis, envolvendo o corpo docente do curso em sua totalidade, na forma de revezamento, para evitar a sobrecarga de seus membros. Segundo a Política Nacional de Extensão, o conceito de projeto é a “ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”²⁵.

O Programa abarca projetos e ações a serem executados a partir de três formas distintas: projetos e ações cadastrados durante o ano letivo por iniciativa de membros do corpo docente; dois componentes curriculares obrigatórios de 150 horas distribuídos no terceiro e quarto semestre, ministrados a partir de um projeto conduzido por pelo menos dois docentes; e as atividades executadas no âmbito do Programa Unipampa Cidadã, com 100 horas de carga horária das/dos discentes, a serem oferecidas no quinto semestre, não colidindo com as atividades de estágios, de modo a não sobrecarregar a comunidade discente do curso²⁶. O Curso de História-Licenciatura, desde seu estabelecimento, possui um histórico de atividades de extensão envolvendo a comunidade jaguareense e distintos espaços da cidade e municípios vizinhos, articulados com as práticas de ensino e de pesquisa de seu corpo docente.

Constam entre os projetos de extensão recentemente executados pelo atual corpo docente do Curso, os seguintes:

- “Oficina Territórios Negros em Jaguarão: uma prática pedagógica para o Ensino de História”;
- “Vai ser Bacana - Movimento Cultural Ocupa UNIPAMPA”;
- “Simpósio de História Antiga e Medieval da UNIPAMPA”;
- “Violência de Gênero, Pandemia de Coronavírus e Políticas Públicas”;
- “Questões contemporâneas em sala de aula: reflexões e práticas pedagógicas”;
- “Rede SACCI - Formação de Professores em Ciências e Tecnologias”
- Ciência e Educação: representações e valorização profissional no cinema.
- “Curso de Extensão Universitária LAPEHME”
- “Semana Infernal”
- “Adamastor: clube de leitura em história e literatura”

²⁵ CORRÊA, Edison José (org.). Extensão Universitária: organização e sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007, p. 35.

²⁶ Segundo a Instrução Normativa n.º 18, de 5 de agosto de 2021, trata-se de “um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade”. Assim, pretende-se que os/as discentes realizem “trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade”.

- “Esquinas del Sur”: história, literatura e música latino-americana em perspectiva interdisciplinar

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

A UNIPAMPA, conforme as diretrizes norteadoras da Educação Superior deste país, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 como uma universidade pública, anuncia que:

A formação acadêmica precisa ser pautada pela produção e reconstrução de conhecimento que corresponda às necessidades contemporâneas da sociedade, orientada por uma concepção de ciência que reconheça o conhecimento como uma construção e reconstrução social constituída a partir de diferentes fontes, e que valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais.

Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas, visa à inclusão social, proporcionando o acesso e a continuidade dos estudos, inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e afastados do direito ao ensino superior público e gratuito. Além disso, precisa ser planejada na estruturação de percursos formativos flexíveis, respeitando a diversidade e liberdade de pensamento e expressão, sem discriminações²⁷.

O Curso de História – Licenciatura, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA, tem por objetivo geral:

- Uma formação qualificada de docentes para o ensino de História nos anos fundamentais e ensino médio, apoiados pelo contato e experiência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, seja pelas atividades complementares de graduação, ou pela vinculação a projetos institucionais como iniciação científica, iniciação à docência e curricularização da extensão.

Por objetivos específicos, considera-se:

²⁷ UNIPAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, p. 26.

1. Capacitar ao exercício do trabalho de licenciados(as) em História, em todas as suas dimensões, o que supõe domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção, crítica e difusão;
2. Problematizar as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos e a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
3. Busca de competências, mediante o desenvolvimento de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de indivíduos indagadores, criativos e autônomos, que intervenham propositivamente na sociedade;
4. Desenvolver competências e habilidades que proporcionem aos futuros(as) licenciados(as) em História uma prática profissional responsável, ética e comprometida com a qualificação da Educação Básica do país e da região.

O Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura agrega estas peculiaridades à definição do perfil de seu egresso. O principal aspecto deste último consiste em oportunizar mecanismos educacionais para que o egresso possa contribuir para a sociedade brasileira, consoante o Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 205, da Constituição brasileira:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Igualmente, este projeto apoia-se no conjunto de prerrogativas estabelecidas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (LDBEN), Título V, Capítulo IV, Art. 43 que, ao definir a finalidade da Educação Superior, estabelece princípios que poderão auxiliar na composição do perfil do aluno egresso na sua atividade profissional. Do mesmo modo, o projeto apoia-se portaria CAPES 158/2017, propõe a elaboração da Política Institucional de Formação de Professores da Educação Básica, a qual visa indicar os princípios, objetivos e o perfil profissional que devem orientar a formação inicial e continuada de docentes, fortalecendo, assim, o compromisso social da Universidade Pública com a valorização da profissão docente, com a formação de professores e a integração com as redes de ensino.

Mais ainda, o conjunto de objetivos concernente ao projeto pedagógico do curso de História-Licenciatura coaduna-se com os princípios articuladores das relações entre ensino, pesquisa e extensão presentes no PDI institucional, a saber:

- inter e transdisciplinaridade, no qual conhecimento é concebido como rede de conexões multidimensionais, reconhecendo diferentes níveis de realidade no processo cognitivo;
- Intencionalidade, expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas, visando ao envolvimento e a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho;
- Contextualização, compreendido como condição para a reconstrução do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada;
- Flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, para incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos e atividades complementares)²⁸.

²⁸ UNIPAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, p. 26.

Desta maneira, espera-se que a vivência acadêmica do discente permita-lhe – durante a experiência universitária e posteriormente profissional – interagir com e transformar a realidade local, regional e nacional, por meio da orientação, mediação do ensino, e comprometimento com o êxito de uma aquisição e construção significativa de conhecimento para a aprendizagem dos alunos; pela aceitação e conscientização da diversidade existente entre os alunos e os membros da comunidade. Tudo isto por meio do incentivo e da promoção de atividades que coliguem a tolerância, a ética e o respeito às diferenças, por meio do enriquecimento cultural; do desenvolvimento de práticas investigativas, reflexão e enriquecimento das relações sociais e seus componentes culturais. Igualmente, a partir da elaboração e execução de projetos que apoiem e desenvolvam conteúdos curriculares interligados – mediante proposições temáticas que permitam a interação com os saberes prévios da comunidade; e também, por meio da busca consciente de metodologias interdisciplinares, estratégias e materiais de apoio que desenvolvam hábitos de colaboração e trabalho em equipe, e tenham como instância última uma contribuição para a produção de conhecimento significativo que colabore para uma transformação consciente da sociedade.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

Conforme o perfil de egresso apresentado pelo projeto de desenvolvimento institucional 2019-2023:

A UNIPAMPA, como universidade pública, tem o papel de oportunizar uma sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística em seus cursos de formação. Esse papel inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social do conhecimento, competências, habilidades e valores reconstruídos na vida universitária e a habilitação necessária para se inserirem em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática. [...] A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade dos contextos sociocultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da reconstrução do conhecimento. Pretende-se uma Universidade que busque contribuir para formar egressos críticos e com autonomia intelectual, reconstruída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais²⁹.

O Curso de História – Licenciatura, em consonância com o perfil do egresso anunciado pela UNIPAMPA considera as competências e habilidades gerais e específicas apresentadas nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de História (Parecer CNE/CES 492/2001), nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores (Resolução 02/2019), e na Portaria CAPES 158/2017 sobre a Política Institucional de Formação de Professores da Educação Básica na proposição do seu perfil de egresso:

A) Gerais

- A. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- B. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- C. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, assim como sua interrelação;
- D. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;

²⁹ UNIPAMPA. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, p. 27.

- E. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- F. Competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

- A. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- B. Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino³⁰.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

O Curso de História - Licenciatura espera do seu egresso a transmissão e a continuidade das reflexões açambarcadas em sua formação como professor/pesquisador. Para tanto, o seu campo de atuação profissional será tanto o ambiente escolar do ensino fundamental e médio, como espaços não-escolares que contam com aparelhos educativos, como museus, associações e centros culturais. Nestes ambientes, o licenciado em História deverá desenvolver um conhecimento significativo e mediador que estimule a sociedade à reflexão crítica e por uma busca de orientação e sentido dentro da própria contemporaneidade.

Tanto a justificativa do Curso quanto a caracterização do perfil de seu egresso pretendem que o egresso atue com autonomia em sua prática docente por meio da articulação do conhecimento na área com a vivência em comunidade. Igualmente, espera-se que o egresso mantenha uma formação continuada e perene, e para tanto o projeto pedagógico está constituído com elementos formativos para que este possa em um segundo momento ingressar em programas de especialização e pós-graduação. Além disso, o caráter interdisciplinar da disciplina histórica, em seu diálogo com as ciências sociais, com a filosofia e com teorias literárias e da cultura, que se manifesta no Curso de História - Licenciatura através da presença de componentes de outras disciplinas das Ciências Humanas, permite a circulação do egresso em outros campos dessa grande área.

³⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional. 2014-2018. p. 13.

Vale dizer que desde 2019, a profissão de historiador está regulamentada pela Lei 14.038/20³¹, o que amplia as possibilidades de inserção do egresso no mercado de trabalho em outros espaços que não apenas o ensino básico ou superior.

2.3.2 Habilidades e Competências

Às habilidades e competências previstas nas DCNs - citadas na seção Perfil do Egresso - somam-se o que está estabelecido na Resolução CNE/CP 02/2019:

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional; e

III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;

II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;

III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e

IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;

II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;

III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e

IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

³¹ Lei 14.038/20. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14038.htm

em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14038.htm

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.³²

A formação do perfil profissional do egresso encontra ressonância nos componentes curriculares do curso, primordialmente pela necessidade de proporcionar condições e oferecer ferramentas conceituais, educacionais e operacionais, para que os discentes possam compreender de modo crítico a maneira pela qual a realidade social está construída. Aqui salientamos a necessidade de reconhecer esse espaço como atravessado pela presença de conflitos e permeado pela tensão entre inclusão e exclusão social, pelos problemas de tolerância e respeito ao *outro*, à pluralidade identitária, às questões de gênero e pela necessidade de se repensar ações políticas que tratem de delicadas questões envolvendo a vulnerabilidade educacional, disputas políticas arraigadas, dentre outros fatores que informam os processos de cidadania no Brasil.

Como resultado, estes deverão oferecer uma resposta crítica para novas temáticas e problemas que envolvem a formação social, histórica e cultural regional, e fazem da universidade não mais um ambiente distante da comunidade, e sim um polo de reflexão sobre e na sociedade, indo ao encontro da concepção de universidade previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 da UNIPAMPA, que percebe a universidade pública como

uma instância complexa, inerente à sociedade democrática, multicultural, um espaço/tempo adequado para que, através do diálogo com a diversidade, os sujeitos reflitam processual e criticamente sobre a vida, o trabalho, o mundo, encaminhando alternativas de transformações quando a realidade assim o demandar. [...] Conhecimento compreendido como processo e não como produto. Na sua reconstrução, a ação pedagógica do professor se caracteriza pela mediação, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos acadêmicos, compreendidos como sujeitos que vivem na e pela comunidade, percebidos na sua singularidade e cidadania e reconhecidos em sua potencialidade transformadora³³.

³² Resolução CNE/CP 02/2019.

³³ UNIPAMPA, Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, p. 25.

Do mesmo modo, consideramos a construção de um marco referencial pedagógico que lhe permita ultrapassar as barreiras da teoria e prática, e construir uma educação emancipatória. Assim, partindo das particularidades que envolvem o contexto local e regional, os discentes lidarão com conjuntos de referenciais pedagógicos, históricos e historiográficos que atribuam competências para que, ao longo de seu processo de formação, adquiram “condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério na Educação Básica, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc)”³⁴, e que sejam capazes de mobilizar e se mobilizar para a produção e socialização significativa dos mesmos.

Estas ações visam problematizar e desnaturalizar relações sociais que estão em constante mudança. Em um contexto regional e local matizado por disputas políticas, movimentos populacionais e arranjos sociais e econômicos afirmados, solapados e/ou renovados ao longo do tempo, a formação de profissionais críticos e reflexivos é fundamental, pois o desenvolvimento de uma consciência histórica poderá “contribuir para o desenvolvimento humano, socioeconômico e político dos sujeitos e para a sua participação plena na sociedade” requer “compromisso maior da Universidade: **formar sujeitos da própria história**”³⁵. Desse modo, o perfil do egresso vislumbrado pelo Curso de História – Licenciatura do Campus Jaguarão representa um profissional que exerce o ensino de História como ação transformadora da sociedade na oferta Educação Básica pública e de qualidade a todos os cidadãos. Neste bojo de compreensão e intervenção na realidade presente, é fundamental o domínio de conteúdos relativos à História do Brasil e da América, permeados pela dimensão local e regional, bem como do conhecimento e valorização dos elementos africanos e ameríndios que conformam seus processos, tais como postulados pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, ambas resultado de demandas de movimentos sociais negros e indígenas.

A ênfase em tais dimensões geográficas e culturais não pressupõe negligenciar uma história global (e de Ásia e Europa), e sim compreender os elementos nacional e regional, ameríndios e africanos, em relação contínua – e contraditória – com essa história, de mútuas influências e determinações.

³⁴ Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 7. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2012.

³⁵ BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 52.

Consequentemente, o Curso de História – Licenciatura está posicionado em meio a uma conjuntura de reflexão, debate e anseios de transformação de docentes e discentes vinculados ao ambiente universitário. O resultado deste contato – por vias de um Projeto Pedagógico de Curso e da sua execução, visa operar transformações significativas na sociedade, tanto durante a vivência estudantil quanto após a sua habilitação, característica de uma perspectiva educacional humanística que preconiza a continuidade da formação profissional e a manutenção dos vínculos de interação entre comunidade acadêmica e a sociedade na totalidade.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

Eixos temáticos

O currículo do Curso consiste em eixo integrador subdividido em três sub-eixos formativos que visam à formação do(a) licenciado(a) pautada no perfil do egresso anunciado neste documento, bem como pelas diferentes demandas sociais e educativas do contexto de inserção e atuação deste Curso. Os sub-eixos formativos são formados por componentes curriculares obrigatórios e complementares articulados e pelas 100 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACGs), que fomentam a formação específica do licenciado em História, bem como sua formação pedagógica e generalista. Tanto o eixo integrador quanto os três sub-eixos formativos compatibilizam-se articuladamente com a divisão em três grupos prevista no Art. 11 do Capítulo IV da Resolução CNE/CP 02/2019, respectivamente:

[...] Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica [...]

A distribuição dos componentes curriculares a partir do disposto pela referida Resolução está disposta na tabela a seguir:

Tabela 1 - Carga Horária do curso de História-Licenciatura em conformidade à distribuição de Grupos conforme a Resolução CNE/CP 02/2019

GRUPO I	
COMPONENTE	Carga Horária Teórica
Educação das Relações Étnico-raciais	45h
Políticas Públicas em Educação	60h
Língua Brasileira de Sinais	60h
Antropologia	60h
História do Processo de Hominização	45h
História e Ensino da Cultura Afro brasileira	45h
Psicologia da Aprendizagem	60h
Sociologia	60h
Didática	45h
História e Cultura Indígena	45h
Metodologia do Ensino de História	45h
Direitos Humanos e Cidadania	60h
História da América Pré-colonial e Ensino	45h
História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino	45h
Patrimônio e Museus	45h
Componente Curricular Complementar em História	45h
TOTAL:	810h

GRUPO II	
COMPONENTE	Carga Horária
Teorias da História I	60h
História do Mediterrâneo Antigo	45h
Extensão 1	150h
História da África I	45h
História Medieval	45h
Teorias da História II	60h
Extensão 2	150h
História Moderna	45h
História da América Colonial	45h
História do Brasil Colônia	45h
História da África II	45h
História Contemporânea I	45h
História da América Independente	45h
História do Brasil Império	45h
Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	60h
História do Mundo Árabe e Islã	45h
UNIPAMPA Cidadã	100h
História da América Contemporânea	45h

História do Brasil República	45h
Trabalho de Conclusão de Curso I	150h
História Contemporânea II	45h
História das Narrativas Ameríndias	45h
História do Brasil Contemporâneo	45h
Trabalho de Conclusão de Curso II	150h
TOTAL:	1600h

GRUPO III	
COMPONENTE	Carga Horária
Estágio Supervisionado I	135h
Estágio Supervisionado II	150h
Estágio Supervisionado III	150h
PCC	405h
TOTAL:	840h

Isto posto, a partir do **Eixo Integrador Saberes Formativos**, a estrutura deste curso de graduação concatena-se com o disposto acima da seguinte forma:

Tabela 2 - Eixos integrador e sub-eixos do curso de graduação em História-Licenciatura

Eixo Integrador Saberes Formativos	
<i>Sub-eixo 1</i>	Saberes pedagógicos
<i>Sub-eixo 2</i>	Saberes específicos e interdisciplinares
<i>Sub-eixo 3</i>	Vivências e enriquecimento curricular

Eixo Integrador - Saberes Formativos

O Eixo Integrador “Saberes Formativos” é composto por componentes curriculares organizados a partir de cinco Sub-eixos que remetem à articulação temática relacionada aos saberes específicos da História, aos saberes teóricos e próprios a outros campos das Ciências Humanas, e aos elementos relativos aos saberes pedagógicos. Estão dispostos entre o primeiro e o oitavo semestre do Curso, num total de **2775 (dois mil setecentos e setenta e cinco) horas**. Este eixo visa, como o próprio nome indica, a formação generalista do(a) licenciado(a) em História considerando, articulando os saberes específicos de conhecimento histórico com outros campos, como da Sociologia, Antropologia e Cultura Material, bem como com elementos necessários a seu desenvolvimento como educador(a). Igualmente, considera o contexto de inserção do curso, ou seja, uma região de fronteira, bem como a transposição didática das temáticas trabalhadas para a formação de docentes.

Sub-eixo Saberes Pedagógicos

Articulado ao Grupo I e III letra "b" da Resolução CNE/CP 02/2019, este Sub-eixo é composto por componentes curriculares que visam à formação pedagógica geral e específica do (a) futuro(a) professor(a). Seus componentes curriculares estão concentrados a partir do primeiro semestre do Curso e **totalizam 925 (novecentas e vinte e cinco) horas**, das quais 805 (oitocentas e cinco) horas são teóricas e 120 (cento e vinte) horas são destinadas às PCC's. Apresentamos a seguir como este eixo está organizado desde os diferentes temas abordados em cada componente curricular, indicando o semestre em que o componente está inserido no Curso e sua carga horária total.

Destacamos neste sub-eixo os componentes “Educação das Relações Étnico-raciais” “História e Ensino da Cultura Afro-Brasileira”, ofertados no 1º e 2º semestre do Curso, respectivamente. Eles foram pensados para contemplar tanto as problemáticas históricas a respeito de temas como relações étnico-raciais, abolicionismo, racismo e identidades negras, quanto o ensino destes, com especial atenção à produção de materiais didático-pedagógicos relativos aos mesmos, cada vez mais necessários aos educadores, contudo ainda em pouca profusão. São mais dois componentes intimamente antenados com a Lei n.º 11.645/2008 e a nova Base Nacional Curricular Comum.

A História da América é trabalhada desde o período pré-colonial até a contemporaneidade. Abordar temáticas relacionadas à História da América em geral deve-se à inserção do Curso numa região de fronteira, ou seja, num contexto social, cultural e histórico que necessita ser observado e problematizado por diferentes matizes. O componente curricular denominado “História da América Pré-Colonial e Ensino” oferece ao graduando a possibilidade de apropriar-se dos principais debates que envolvem a questão do povoamento do continente americano, bem como de conhecer atualizadas discussões sobre os diferentes grupos culturais que habitavam este continente antes da chegada dos europeus e da formação da estrutura europeia de colonização.

Destaca-se também que, ao nos referirmos à América Pré-Colonial, tratamos do continente na totalidade, incluindo o atual território brasileiro. Desta maneira, este componente curricular, juntamente com o de “História das Narrativas Ameríndias”, também contribui para o desenvolvimento dos componentes de História do Brasil e no reconhecimento e respeito à diversidade cultural e as culturas indígenas do continente americano, em consonância com as já referidas Lei n.º 11.645/2008 e Base Nacional Curricular Comum.

Os demais componentes curriculares deste sub-eixo visam contribuir para a formação geral do(a) licenciado(a) em História, considerando o contexto de inserção do Curso e a oportunidade da promoção do ensino de História também em ambientes fora da unidade escolar: a cidade de Jaguarão; seu patrimônio e o conjunto histórico paisagístico recentemente tombado pelo IPHAN; sua cultura; sua localização fronteiriça, etc. “Patrimônio e Museus” tem o objetivo de debater a construção dos patrimônios através dos diferentes espaços da cidade para o Ensino de História. Os componentes curriculares “Antropologia” e “Sociologia”, por sua vez, pretendem a formação de um historiador crítico, desnaturalizador da sociedade e das relações sociais em que vive e atua profissionalmente, que respeite e valorize a diversidade cultural. Além disso, este núcleo visa igualmente a formação interdisciplinar do(a) futuro(a) professor(a).

A oferta de “Direitos Humanos e Cidadania” respeita a Resolução 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos, buscando dar maior ênfase à valorização da diversidade étnica e cultural deste país, aos direitos humanos, a sustentabilidade e a cidadania como instrumento e prática educativa, e ampliar e aprofundar tais discussões e contribuir na formação de um docente socialmente engajado e responsável com o outro em seu fazer profissional.

Observa-se ainda que, visando efetivar o perfil do egresso desejado, o Curso de História - Licenciatura conta com o componente curricular complementar. Tal componente contempla 60 (sessenta) horas, destas 45 (quarenta e cinco) horas são de natureza teórica e 15 (quinze) horas são de natureza prática. Este componente curricular complementar oportuniza o aprofundamento de temas didático-pedagógicos, educacionais e sociais que convergem para as demandas presentes nos incisos contidos no parágrafo único do Art. 12, capítulo IV da Resolução CNE/CP 02/2019.

É importante salientar que se compreende a formação pedagógica para além dos componentes curriculares vinculados a este Sub-eixo. Neste sentido, estes saberes articulam-se especialmente com as PCC's desenvolvidas internamente nos componentes do Sub-eixo Saberes da História, explicitados anteriormente. A formação pedagógica está assim fundamentada tanto no percurso de formação teórica do(a) graduando(a) relativa ao ensino e à educação em geral quanto no exercício de elementos práticos mais voltados ao campo do ensino de História.

Sub-eixo Saberes específicos e interdisciplinares

Este sub-eixo articula-se com o Grupo II da Resolução CNE/CP 02/2019 e seus componentes estão distribuídos entre o terceiro e o oitavo semestre do Curso, correspondendo a **1860 (mil oitocentos e sessenta) horas**, das quais 1605 (mil seiscentas e cinco) horas são teóricas e 255 (duzentas e cinquenta e cinco) horas são práticas como componente curricular.

Este sub-eixo pretende tratar de temáticas relacionadas à formação básica do(a) historiador(a), e contemplar, igualmente, questões relacionadas ao ensino destas temáticas, uma vez que defendemos a indissociabilidade entre a formação prática e pesquisadora do trabalho docente. Os componentes curriculares deste sub-eixo lançam bases temáticas, contextuais e conceituais para o desenvolvimento dos demais. As temáticas são abordadas no que tange à História Geral, desde a origem da humanidade (abordada no componente curricular História do Processo de Hominização) até a história contemporânea, passando por elementos da história europeia, africana e árabe.

A oferta de dois componentes curriculares contemplando a História da África tem o intuito de proporcionar maior conhecimento sobre a história africana, e atende parte das disposições da Lei n.º 11.645/2008. A África e a diversidade cultural e histórica de suas sociedades revisitam saberes em sua especificidade e interação com elementos da história de outros contextos, e de forma não-subordinada a uma história europeia ou ocidental.

Em conjunto com o componente curricular “História do Mundo Árabe e Islã”, os dois componentes relativos à história africana fomentam um deslocamento de uma ótica eurocêntrica, de acordo com aquilo que determina a nova Base Nacional Curricular Comum para a área de História. A História do Mundo Árabe e Islã se propõe possibilitar reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre a História e Cultura árabe e o islamismo. Apresentando fundamentos para a percepção da complexidade e variedade política, religiosa e cultural do “mundo árabe” através da História, rompendo a visão monobloco, simplista e generalista fomentada nas mídias ocidentais.

Já a História do Brasil é problematizada desde a constituição da América portuguesa até a contemporaneidade, abordando o ensino - na Educação Básica - dos conteúdos discutidos. Além disso, contempla, desde a perspectiva da história regional, um componente curricular focado na História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino. Com este componente objetiva-se aprofundar as discussões sobre a história regional (espaço platino), observando igualmente o contexto fronteiriço. Desta forma, há uma significativa articulação com os componentes de História da América e Regional.

Paralelamente, fomentar a apropriação de referentes básicos da vida acadêmica na formação do historiador, até os referentes mais complexos e propositivos desenvolvidos em “Teorias da História I” e “II”, é primordial para a compreensão da produção histórica, do papel social e político da História e de suas diferentes narrativas. Entretanto, destaca-se mais uma vez que estes componentes fazem parte da formação básica de um professor/pesquisador de História. Desta forma, chamamos atenção ao fato de que estes dois últimos componentes estão diretamente relacionados aos demais sub-eixos da matriz curricular do Curso de História – Licenciatura. Por conseguinte, a apropriação de referentes básicos da vida acadêmica na formação do historiador, como o abordado em “Metodologia e Técnicas de Pesquisa Científica em História”, até os referentes mais complexos e propositivos desenvolvidos em “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II”. Estes três componentes estão localizados nos três últimos semestres do Curso, representando assim o processo culminante da trajetória do(a) licenciando(a) ao longo de sua graduação.

Conjuntamente com a aprendizagem de investigação científica realizada nos componentes vinculados à pesquisa, por meio deste eixo concretiza-se o aprofundamento de temas, problemas, metodologias e referenciais teóricos no componente curricular complementar, no sétimo semestre. Aqui, os graduandos têm a oportunidade de desenvolver debates mais complexos, aprofundando-se nas discussões apresentadas nos componentes obrigatórios, ou ainda, tendo o contato com outros debates e problematizações que escapam aos conteúdos programáticos dos mesmos. A escolha do componente curricular complementar é de total liberdade do(a) licenciando(a), o que permite construir de modo mais aberto seu percurso formativo.

Sub-eixo Vivências e Enriquecimento Curricular

Articulados com o Grupo III da Resolução CNE/CP 02/2019, este eixo é concebido para ser efetivado tanto por meio de componentes curriculares quanto através das Atividades Complementares de Graduação (ACG's). Ele **totaliza 435 (quatrocentas e trinta e cinco) horas** de componentes curriculares - os três estágios supervisionados, realizados entre o 5º e o 8º semestre, **405 (quatrocentas e cinco) horas** de Práticas como Componentes Curriculares - respectivamente distribuídas nos sub-eixos "Saberes pedagógicos" e "Saberes específicos e interdisciplinares", e **100 (cem) horas de Atividades Complementares de Graduação**, que podem ser efetivadas pelo(a) licenciando(a) ao longo de todo seu percurso formativo. O eixo propicia ao(à) graduando(a), por meio dos componentes curriculares de estágio, a experimentação da atividade prática docente e a vivência de ambientes educacionais, em especial de escolas, estabelecendo-se o contato com os alunos, o preparo para todas as etapas do processo de ensino (desde o planejamento prévio até a execução da aula), bem como a experiência junto aos profissionais de ensino (educadores, supervisores, diretores). Já as atividades complementares de graduação ampliam essas experiências práticas ao permitir a produção de outras vivências, dentro do ambiente universitário e fora dele, integradas à comunidade, e relativas a questões de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

Para obter a integralização do currículo, com vistas à colação de grau, o acadêmico deve:

- Cursar, com aprovação, todos os componentes curriculares obrigatórios, inclusive os componentes Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II;
- Cursar, com aprovação, todos os componentes curriculares de Estágios Supervisionados Obrigatórios;
- Cursar, com aprovação, a carga horária mínima de 4 créditos dos componentes curriculares complementares de graduação;
- A participação do discente, matriculado no Curso de História – Licenciatura, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é exigência para a integralização curricular, conforme Lei 10.861/2004.

Na Tabela 3, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação.

Tabela 3 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	1665h
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso	300 h
1.2 Estágio Curricular Obrigatório	435 h
1.3 Prática como Componente Curricular	405 h
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	60 h
3. Atividades Curriculares de Extensão	400 h
3.1. Atividades Curriculares de Extensão Específicas - Unipampa Cidadã	100 h
3.2. Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	300h
4. Atividades Complementares de Graduação (ACGs)	100 h
Total³⁶	3.365h

2.4.2 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na Tabela 4.

³⁶ Carga horária a ser registrada no sistema e-MEC.

Tabela 4 - Matriz Curricular do Curso

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH Extensão	CH Total	Créditos
1		Educação das Relações Étnico-raciais		45			15		60	4
1		Políticas Públicas em Educação		60					60	4
1		Língua Brasileira de Sinais		60					60	4
1		Antropologia		60					60	4
1		História do Processo de Hominização		45			15		60	4
2		História e Ensino da Cultura Afro-brasileira		45			15		60	4
2		Psicologia da Aprendizagem		60					60	4
2		Sociologia		60					60	4
2		Didática		45			15		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH Extensão	CH Total	Créditos
2		História e Cultura indígena		45			15		60	4
3		História da América Pré-colonial e Ensino		45			15		60	4
3		Metodologia do Ensino de História		45			15		60	4
3		Teorias da História I		60					60	4
3		História do Mediterrâneo Antigo		45			15		60	4
3		Direitos Humanos e Cidadania		60					60	4
3		Extensão I						150	150	10
4		História da África I		45			15		60	4
4		História Medieval		45			15		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH Extensão	CH Total	Créditos
4		Teorias da História II		60					60	4
4		Patrimônio e Museus		45			15		60	4
4		História das Narrativas Ameríndias		45			15		60	4
4		Extensão II						150	150	10
5		História Moderna		45			15		60	4
5		História da América Colonial		45			15		60	4
5		História do Brasil Colônia		45			15		60	4
5		História da África II		45			15		60	4
5		Estágio Supervisionado I	Metodologia do Ensino de História	60	75				135	9

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH Extensão	CH Total	Créditos
6		História Contemporânea I		45			15		60	4
6		História da América Independente		45			15		60	4
6		História do Brasil Império		45			15		60	4
6		Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História		60			15		75	5
6		História do Mundo Árabe e Islã		45			15		60	4
6		UNIPAMPA Cidadã						100	100	
7		Componente Complementar - História		45			15		60	4
7		História da América Contemporânea		45			15		60	4
7		História do Brasil República		45			15		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH Extensão	CH Total	Créditos
7		Trabalho de Conclusão de Curso I	Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	150					150	10
7		Estágio Supervisionado II	Metodologia do Ensino de História e Estágio Supervisionado I	60	90				150	10
8		História Contemporânea II		45			15		60	4
8		História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino		45			15		60	4
8		História do Brasil Contemporâneo		45			15		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH Extensão	CH Total	Créditos
8		Trabalho de Conclusão de Curso II	Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História e Trabalho de Conclusão I	150					150	10
8		Estágio Supervisionado III	Metodologia do Ensino de História, Estágio Supervisionado I e II	60	90				150	10
CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES									60	4
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO									400	
Carga horária total de Unipampa Cidadã									100	
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas									300	20

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH Extensão	CH Total	Créditos
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO									100	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO									3365	

Tabela 5 - Matriz Curricular em grade

1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.	7º Sem.	8º Sem.
Educação das Relações Étnico-raciais	História e Ensino da Cultura Afro-brasileira	História da América Pré-colonial e Ensino	História da África I	História Moderna	História Contemporânea I	Componente Curricular Complementar - História	História Contemporânea II
Políticas Públicas em Educação	Psicologia da Aprendizagem	Metodologia do Ensino de História	História Medieval	História da América Colonial	História da América Independente	História da América Contemporânea	História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino
Língua Brasileira de Sinais	Sociologia	Teorias da História I	Teorias da História II	História do Brasil Colônia	História do Brasil Império	História do Brasil República	História do Brasil Contemporâneo
Antropologia	Didática	História do Mediterrâneo Antigo	Patrimônio e Museus	História da África II	Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso II
História do Processo de Hominização	História e Cultura indígena	Direitos Humanos e Cidadania	História das narrativas Ameríndias	Estágio Supervisionado I	História do Mundo Árabe e Islã	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III
		Extensão 1	Extensão 2		Unipampa Cidadã		

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

A transversalidade é amplamente abordada dentro da estrutura curricular do projeto pedagógico do curso de História-Licenciatura. As disciplinas de História e Cultura Indígena e Narrativas Ameríndias discutem educação ambiental e diversidade cultural, e juntamente com História e Cultura Afro-brasileira, a Educação para as Relações Étnico-raciais, História da África I e História da África II são abordados temas transversais dentro da temática da educação étnico-racial, da diversidade, antirracismo e de conteúdos que promovam o debate contra quaisquer discriminações e violências. Esses conteúdos propostos nas disciplinas acima citadas pretendem abordar conteúdos que tratem da prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas. Buscar-se ainda, conforme a Lei 13.663/18, no ensino de Didática e Metodologia do Ensino, promover a cultura de paz nas escolas. Dentro das propostas e programas das disciplinas, assim como, nos laboratórios e projetos de docentes, o tema da violência contra a mulher (Lei 14.164/2021) será abordado. A disciplina de Libras e os projetos e conteúdos do curso de História Licenciatura visam à acessibilidade e ao desenho universal, conforme a inclusive a Lei 14.191/2021, que trata da modalidade de Educação bilíngue de surdos).

2.4.4 Flexibilização Curricular

O Curso de História-Licenciatura tem em seu Projeto Político Pedagógico a proposta de interdisciplinaridade e flexibilização curricular na sua matriz. Além disso, o Curso apresenta atividades vinculadas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por seus docentes em seus respectivos projetos. Conta também com projetos em conjunto com o Neabi Mocinha, o NUDE, o NINA entre outros laboratórios. Dentro da perspectiva da flexibilização curricular e da interdisciplinaridade, o curso desenvolve o Estágio Supervisionado I, que tem interface direto com as comunidades e organizações sociais. A concepção de formação acadêmica indicada no Projeto Pedagógico Institucional (PDI 2019-2023) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, para incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos, atividades curriculares de extensão e atividades complementares).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico, para incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos.

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA núm. 317/2021.

2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

A matriz curricular prevê um componente curricular complementar de 60h, contendo 45h teóricas e 15h práticas, definido pelo Colegiado do Curso a cada oferta. Esse componente será organizado desde os eixos integradores do curso, visando maior flexibilização e dinamicidade na formação do futuro licenciado em História. Ele visa trabalhar um tema específico do campo articulado com o campo do Ensino de História. Segue abaixo a ementa:

- ♣ Componente Curricular: Componente Curricular Complementar em História
- ♣ Semestre: 07
- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Abordagens teóricas e práticas a respeito dos métodos e fontes relacionados à produção do conhecimento histórico.

OBJETIVO GERAL: Analisar criticamente a produção do conhecimento histórico e suas características. Buscar trabalhar aspectos específicos a respeito do conhecimento histórico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Construir visão crítica e estimular outros olhares sobre a produção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – 1914-1989**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1990.

PRADO, Caio Júnior. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação (ACG) no Curso de História-Licenciatura visam proporcionar aos discentes o contato com outros saberes e formas de construção destes que não, necessariamente, são temas diretamente ligados aos componentes curriculares do Curso, mas sim de interesse na formação humanista e generalista de um professor de História. Observa-se que as atividades complementares de graduação (estágios não obrigatórios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extraclasse, participação em eventos científicos, etc.) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pela Comissão de Curso. A avaliação das ACGs é realizada pela Coordenação do Curso, conferindo os certificados e históricos, assim como, realizando a adequação das ACGs nas modalidades de gestão, ensino e pesquisa, sem obrigatoriedade de carga horária mínima em cada um dos grupos.

Observa-se também que, em relação ao indicado na Resolução n.º 29, de 2011, que institui as normas de graduação na UNIPAMPA tais atividades, estão classificadas em quatro grupos básicos, como poderá ser observado na tabela que segue.

Tabela 6 - Atividades Complementares de Graduação

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO			
Ensino	a) Componentes curriculares de graduação, desde que aprovados pela Comissão de Curso;	66h	Histórico Escolar
Ensino	b) Monitoria em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA;	66h	Certificados
Ensino/Pesquisa	c) Participação em projetos de ensino (PIBID, dentre outros);	66h	Certificados
Ensino	d) Realização de estágio não obrigatório relacionada às atividades de ensino e educacionais;	66h	Certificados
Ensino/Gestão	e) Participação na organização de eventos relacionados ao ensino e a educação;	66h	Certificados
Ensino	f) Participação (com apresentação de trabalhos) em eventos de ensino;	66h	Certificados
Ensino/Pesquisa	g) Participação (como ouvinte) em eventos de ensino, pesquisa e extensão.	66h	Certificados
Ensino/Gestão	h) Participação na equipe organizadora; Participação como público alvo;	66h	
Projetos de ensino		60	Declaração do professor responsável; certificado.
GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA			

Projeto de Pesquisa

<p>a) Componentes curriculares de graduação, desde que aprovados pela Comissão de Curso;</p> <p>a) Participação em projetos de pesquisa da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, escolas, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>b) Publicação de resumo, e/ou resumo expandido, referentes a participação em projetos de pesquisa, em anais de eventos;</p> <p>c) Participação em eventos acadêmicos (congressos, seminários, simpósios, encontros, semanas acadêmicas, etc), com apresentação de trabalho</p> <p>resultado da participação em projetos de pesquisa, em modalidades como: comunicador, simposiasta, palestrante, debatedor, painalista, conferencista, etc;</p> <p>e) Realização de estágio e práticas não obrigatórias, em atividades de pesquisa na UNIPAMPA e/ou em outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de</p>	<p>60</p>	<p>Certificado/ Atestado</p>
--	-----------	------------------------------

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	arquivos, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;		
GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO			

<p>a) Participação em projetos de extensão da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, escolas, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>b) Realização de estágios e práticas não-obrigatórios, no campo da extensão na UNIPAMPA e/ou em outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>c) Organização de eventos de extensão (cursos, minicursos, oficinas, simpósios, congressos, seminários, semanas acadêmicas, palestras , etc);</p> <p>d) Trabalho voluntário em organizações da sociedade civil;</p> <p>e) Participação, com apresentação de trabalhos, em eventos relacionados à extensão, como por exemplo em seminários, simpósios,</p>	60	Certificado
--	----	-------------

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	<p>congressos, semanas acadêmicas, etc. Em modalidades de participação</p> <p>como: comunicador, simposista, palestrante, debatedor, painelista, conferencista, etc;</p> <p>f) Publicação de resumo, e/ou resumo expandido, referentes a participação em projetos de extensão, em anais de eventos;</p> <p>h) Publicação de participação em projetos de extensão, em fontes de referência acadêmica de acesso impresso ou online, na forma de periódicos, revistas, vídeos, anais de eventos, capítulos de livros, ou outro material de cunho acadêmico;</p>		

GRUPO IV - ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	<p>a) Organização e/ou participação em atividades de cunho social, artístico e/ou cultural;</p> <p>b) Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais e/ou de publicidade de atividades de caráter social, cultural ou artístico;</p> <p>c) Premiação referente a trabalho acadêmico, de pesquisa, de extensão, de ensino, ou artístico;</p> <p>d) Representação discente em órgãos colegiados;</p> <p>e) Representação discente em diretórios acadêmicos;</p> <p>f) Participação como bolsista e/ou estagiário (não obrigatório) em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão administrativa e/ou acadêmica;</p> <p>g) Participação como bolsista e/ou estagiário (não obrigatório) em atividades culturais, sociais, artísticas.</p>	30	Certificado/ Atestado

Cabe salientar que, segundo os Artigos 104 e 105 da Resolução 29, modificada em 2022, os 10% mínimo devem ser computados nos grupos I, II e IV, sendo facultado no grupo III, da Extensão, a carga horária obrigatória mínima, pois esta será realizada durante o percurso dos componentes específicos do currículo. A carga horária mínima do total das ACGs deve ser de 100 horas, comprovadas por certificação ou atestado.

2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem, assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Entende-se que a Universidade Federal do Pampa traz em sua Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 260/2019 e na Instrução Normativa UNIPAMPA n.º 33 de 23 de dezembro de 2021, orientações e procedimentos internos para a mobilidade acadêmica de discente de graduação. Encontram-se ainda algumas formas reconhecidas de mobilidade acadêmica internacional, tais como: outgoing, incoming e virtual ou em cidades de fronteira. Ainda, os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, para abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras, bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

Conforme Instrução Normativa n. 1/2018/PROGRAD, no art. 3º, o Programa de Iniciação à Docência - PIBID e o Programa de Residência Pedagógica - PRP, os discentes poderão solicitar a equivalência das horas cursadas nos programas citados para os componentes curriculares, desde que observadas as resoluções do curso e da normativa n. 1/2018/PROGRAD.

2.4.4.5 Outras formas de flexibilização

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico. O Curso de História-Licenciatura entende que os projetos PIBID e Residência Pedagógica contemplam a flexibilização curricular.

2.4.5 Migração curricular e equivalências

Nas tabelas 7, 8 e 9 constam os componentes curriculares da versão anterior do currículo e as medidas resolutivas (*se necessárias*) para aproveitamento dos componentes no processo de migração curricular para a nova matriz.

Tabela 7 - Migração curricular A - Medidas resolutivas

Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
JH0059	História Antiga	60H	Recolocação no 2º semestre	Sem pendências
JH0087	Metodologia e Técnicas de Pesquisa em História	60H	Recolocação no 8º semestre	Sem pendências
JH0061	História Medieval	60h	Recolocação no 3º semestre	Sem pendências
JH0064	Historia Moderna	60h	Realocação no 4º semestre	Sem pendências
JH0052	História da América Colonial	60h	Realocação no 4º semestre	Sem pendências
JH0065	História do Brasil Colônia	60h	Mudança de nomenclatura História do Brasil Colonial e realocação no 4º semestre.	Sem pendências
JH0014	Teoria da História I	60h	Realocação no 2º semestre	Sem pendências
JH0050	História da América Independente	60h	Realocação no 5º semestre	Sem pendências
JH0067	História do Brasil Império	60h	Mudança de nomenclatura "História do Brasil Imperial" e realocação no 5º semestre.	Sem pendências
JH0038	Teorias da História II	60h	Realocação no 3º semestre	Sem pendências

Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
JH0068	História Contemporânea II	60H	Realocação no 8º semestre	Sem pendências
JH0069	História da América Contemporânea	60H	Realocação no 6º semestre	Sem pendências
JH0049	História do Brasil República	60h	Realocação no 6º semestre	Sem pendências
JH0070	Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia	60H	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Patrimônio e Museus (6º sem) ou de Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus (complementar)
JH0019	História e Cultura Indígena	60H	Mudança de nomenclatura: História e Narrativas Ameríndias” e realocação no 3º semestre	Sem pendências
JH0072	História da Região Platina	60H	Mudança de nomenclatura: História do Espaço Platino e realocação no 7º semestre	Sem pendências
JH0073	História do Brasil Contemporâneo	60H	Realocação no 7º semestre	Sem pendências
JH0074	Patrimônio e Museus	60H	Realocação no 5º semestre	Sem pendências

Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
JH0016	História da África e da Cultura Afro-Brasileira	60H	Extinção do Componente Curricular	Componente curricular equivalente ao de História da África I (3º semestre) ou de História da África II (6º semestre) ou ao de História e Ensino da Cultura Afro-brasileira (8º semestre)
JH0079	Trabalho de Conclusão de Curso I	60H	Aumento de 15h e realocação no 7º semestre	Sem pendências
JH0076	Direitos Humanos e Cidadania	60H	Realocação no 3º semestre	Sem pendências
JH0080	Trabalho de Conclusão de Curso II	60H	Aumento de 30h e realocação no 8º semestre	Sem pendências

Tabela 8 - Migração curricular B - Medidas resolutivas

Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
JH0062	Fundamentos da História	60h		Aproveitamento por Teoria da História I ou Teoria da História II
JH0059	História Antiga	60h		Aproveitamento por História do Mediterrâneo Antigo
JH1004	História do Mundo Atlântico	60h		Aproveitamento por História da África II
JH1008	História do Espaço Platino	60h		Aproveitamento por História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino

Tabela 9 - Migração curricular C - Medidas resolutivas

Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Medida Resolutiva
JH0047	Tópicos Especiais em História do Processo de Hominização	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
Código não existente	Tópicos Especiais em História do Mediterrâneo Antigo	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH0058	Tópicos Especiais em História Moderna	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1013	Tópicos Especiais em História Medieval	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1022	Tópicos Especiais em História Contemporânea	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1014	Tópicos Especiais em História do Brasil	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1026	Tópicos especiais em História da América	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
Código não existente	Tópicos Especiais em História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História

Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Medida Resolutiva
JC0013	História da Arte	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1021	Tópicos Especiais em Metodologias e Técnicas de Pesquisa Científica em História	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1017	Tópicos Especiais em Teorias da História	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1015	Tópicos Especiais em História da África e da Cultura Afro-Brasileira	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1023	Tópicos Especiais em História e Cultura Indígena	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1018	Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1016	Tópicos Especiais em Ciências Sociais	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JP0064	Educação e Meio Ambiente	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História

Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Medida Resolutiva
Código não existente	Tópicos Especiais em Metodologia do Ensino de História	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
Código não existente	Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas ao Ensino	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH1011	Profissão e Trabalho Docente	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História
JH0056	Cartografia como Recurso Didático	60h	Aproveitada como Componente Curricular Complementar em História

2.4.6 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC's) compõe 405 (quatrocentos e cinco) horas distribuídas em diversos componentes curriculares obrigatórios, dos eixos integradores, fomentando a transposição didática. Conforme o Parecer 15/2005, “[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiência de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como práticas como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático, relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnicos-científicos correspondentes a uma determinada área de conhecimento”.

Segundo o Cap. IV, Art. 15, S. 3º, da Resolução 09/2015, “A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado [...]”.

Os componentes curriculares que possuem carga horária de PCC's são os seguintes: Educação das Relações Étnico-raciais (15h); Metodologia do Ensino de História (15h); História da América Pré-colonial e Ensino (15h); História e Ensino da Cultura Afro-brasileira (15h); Didática (15h); História e Cultura Indígena (15h); História do Processo de Hominização (15h); História do Mediterrâneo Antigo (15h); História da África I (15h); História Medieval (15h); Patrimônio e Museus (15h); História das narrativas Ameríndias (15h); História Moderna (15h); História Contemporânea I (15h); História Contemporânea II (15h); História da América Colonial (15h); História da América Independente (15h); História da América Contemporânea (15h); História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino (15h); História do Brasil Colônia (15h); História do Brasil Império (15h); História do Brasil República (15h); História do Brasil Contemporâneo (15h); História da África II (15h); Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História (15h); História do Mundo Árabe e Islã (15h); Componente Curricular Complementar em História (15h).

2.4.7 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios

Os estágios obrigatórios estão fundamentados na Instrução Normativa n.º 213, de 17 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, que estabelece as orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 329, de 04 de novembro de 2021, dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. Conforme o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei n.º 11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei n.º 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio curricular supervisionado aos licenciandos é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), assim como é regulamentada pela Resolução CNE/CP n.º 2/2019. No curso de História - Licenciatura, o Estágio é obrigatório e compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III, que segue a normativa no Apêndice B deste PPC. O Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa tem como prioridade a formação integral do futuro profissional de História para atuar com qualidade, seja como professor e como pesquisador.

O estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (Parecer n. 15/2005, 13 de maio de 2005). Nesse sentido, os Estágios realizam-se conforme as diretrizes do Estágio Supervisionado na educação básica pública, instituição formal de ensino, com supervisão e orientação, assim como termo de compromisso firmado entre as partes envolvidas e apresentação e entrega de relatório final.

O estágio supervisionado deverá ser realizado em escolas conveniadas, preferencialmente públicas, de ensinos Fundamental, Médio e EJA, por meio da regência programada com o docente, baseada em projeto elaborado para o respectivo estágio. Nesse sentido, os estágios curriculares se configuram como componentes curriculares ímpares para a formação de um professor/pesquisador através do exercício da prática docente, em consonância com o disposto nas diretrizes institucionais que orientam os pressupostos formativos dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA.

Os estágios se caracterizam como um momento privilegiado para a formação acadêmica e profissional dos discentes, elemento articulador entre a teoria e a prática construídas durante o curso, bem como dos saberes necessários para uma atuação docente que seja reflexiva e crítica. A prática é concebida, portanto, como a etapa em que os acadêmicos, inseridos em diferentes espaços de ensino, além de realizarem essa conexão, fortalecem a construção da identidade docente ao assumirem posturas inerentes a profissão, assim como os desafios contemporâneos colocados ao campo da docência no ensino de História. Dentre eles, destaca-se a necessidade de uma formação interdisciplinar no sentido de potencializar a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem específicos da área da História e a problematização acerca do fazer docente. Tal perspectiva propõe a transposição das fronteiras de uma formação disciplinar que contribua para o planejamento e a consecução de propostas pedagógicas inovadoras nas diversas situações de estágio, visando atender um perfil de formação não só generalista, mas que, ao mesmo tempo, contemple o comprometimento com as demandas regionais e sociais que caracterizam a realidade do ensino e do exercício da docência em territórios de fronteira e a inserção do profissional habilitado em História em instituições de ensino públicas e privadas, de educação fundamental e média, órgãos públicos, privados e organizações não governamentais ligados à ciência, educação e cultura.

A fim de efetivar os objetivos propostos, o Curso prevê estágios curriculares supervisionados (obrigatórios à integralização da carga horária do curso) e estágio não curriculares (não obrigatórios) abrangendo a inserção dos acadêmicos e a vivência docente em espaços escolares e não escolares (museus, arquivos, clubes, associações de bairro, presídios, e outros), e instituições culturais mediante convênios, supervisionados pela Universidade/Curso e com o acompanhamento da instituição concedente. Os estágios não obrigatórios serão considerados ACGs.

Trata-se, portanto, de compreender os diversos espaços educativos que contribuem e influenciam a formação de um professor, diante da ampliação das demandas atuais da área de ensino de História e do seu papel político e social nos diferentes contextos de atuação profissional; a contar desde sua experiência acadêmica, antes mesmo do ingresso no curso de formação à docência, até o caminho que segue durante este. Isto endossa a importância de avaliarmos tudo o que é feito em sua formação, compondo uma “educação integral e integrada”, coerente com o desejável daquele indivíduo como profissional da área das Humanidades. Diante disso, faz-se necessário que, durante sua formação, o futuro educador possa ter experiências e contato com situações de aprendizagem mediadas em vários espaços educativos que logo em breve vivenciará como profissional, observando práticas, métodos, técnicas e funcionamento específico, o que corresponde a cada um dos estágios curriculares.

Entretanto, como pressupostos comuns, todos os estágios curriculares preveem o reconhecimento da instituição-campo, a formulação/execução de atividades e projetos pedagógicos e a avaliação processual das ações realizadas. Para tanto, os estágios terão como objetivo proporcionar o exercício de transposição didática dos conhecimentos teórico-práticos e das experiências pessoais construídas ao longo do Curso, nos espaços em que se desdobrarão as práticas docentes, através da vivência de situações concretas de trabalho que exijam o desenvolvimento de competências e o compromisso político-social com a qualificação da educação em todos os seus âmbitos, assim como na região da fronteira. Em se tratando dos estágios em estabelecimentos escolares, conhecendo o cotidiano das escolas, quando chegado o momento de exercer sua docência, o então professor/historiador não se sentirá um desconhecido na própria área, algo que pode trazer dificuldades para sua atuação profissional. Vivenciando como membro ativo os ambientes educativos e auxiliando na promoção de atividades não formais, o acadêmico ampliará seus horizontes profissionais e culturais e colaborará para o desenvolvimento de uma educação de qualidade na região em que irá atuar.

A efetivação da prática docente dar-se-á como o previsto nos documentos que a regem, no que concerne a formação do Ensino Superior nos cursos de licenciatura, por meio de estágios curriculares supervisionados (obrigatórios à integralização da carga horária do Curso) e estágios não obrigatórios. O Curso de Licenciatura em História da UNIPAMPA, Campus Jaguarão, possui estreito vínculo com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) e com a 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). A integração ocorre de várias maneiras, mas principalmente no acompanhamento dos estagiários nas escolas, bem como no compartilhamento de eventos na área de Ensino e Educação.

Sobre o Estágio Supervisionado, a Coordenação de Estágios Supervisionados do curso de História visita regularmente a SMED e as escolas para acompanhar como tem se dado o estágio, buscando melhorar a relação com os professores regentes e potencializar a aprendizagem do estagiário. Sobre os eventos, o Curso de História tem incluído os professores da Rede Básica de Ensino em seus cursos de formação continuada e aulas magnas da graduação e pós-graduação. O resultado dessa integração está no retorno dos professores à sala de aula, cursando a pós-graduação em Ensino de História, bem como a reflexão sobre seu próprio trabalho em sala de aula que, em contato com as vivências do Estágio, o que contribui para sua qualificação.

No que se refere aos estágios curriculares supervisionados, a carga horária destinada à sua realização, como apontado, está integralizada à carga horária total do curso, somando 435 horas. Conforme a Resolução 02/2019, para a formação de professores, deve ser considerada a identidade do profissional do magistério da educação básica, garantindo efetiva articulação entre teoria e prática, prevendo o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. Os conhecimentos relacionados à atuação profissional do professor deverão ser abordados no currículo do Curso a partir do seu aprofundamento e diversificação nos componentes curriculares ligados à formação docente, através da investigação de conteúdos, metodologias, processos didáticos, desenvolvimento de propostas educativas e da avaliação das mesmas.

Quanto ao cumprimento da carga horária exigida para as práticas dos estágios curriculares supervisionados, o curso entende que portadores de diploma de licenciatura, poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas, mediante comprovação documentada e avaliação da Comissão de Curso e da Coordenação de estágio do Curso de História - Licenciatura.

A inserção dos acadêmicos nas instituições campo de estágio segue o disposto na Resolução CNE/CES n.º2/2019 na qual a mesma é entendida como fruto de ação conjunta entre a Instituição Solicitante - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - e as Instituições Concedentes - as escolas do sistema de Educação Básica e demais instituições culturais e entidades e associações civis - para propiciar aos acadêmicos do Curso História – Licenciatura o contato com os diversos contextos de atuação em sua futura profissão. A orientação do estágio é feita por docente da UNIPAMPA, da área na qual será desenvolvido o estágio, que é também o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário. Quanto à supervisão, esta será feita pela Instituição Concedente através do docente titular da disciplina da escola com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. Caberá ao responsável garantir o apoio da escola/campo de estágio que o estagiário está frequentando.

Embora a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 329, de 04 de novembro de 2021 não estabeleça o número máximo de estagiários por orientador, o curso entende que deve ser até 10 (dez) estagiários simultaneamente durante o período integral de sua realização, a ser comprovado por vistos nos relatórios de atividades, de avaliação e no relatório final. Ainda, que a supervisão de estágio deve ser realizada por docente com formação ou na área de conhecimento desenvolvida no Curso. A Instituição Solicitante contará com uma Coordenação de Estágios, exercida por um docente indicado pela Coordenação Acadêmica, como atividades de ensino vinculado ao curso em que o estagiário está matriculado, para coordenar os estágios dos discentes.

Como requisitos para a realização do estágio curricular supervisionado, o estudante deverá atender o disposto na Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 329, de 04 de novembro de 2021: I - estar regularmente matriculado em componente curricular obrigatório de Estágio ou equivalente; II - ter integralizado os pré-requisitos do componente curricular de estágio obrigatório definidos no Projeto Pedagógico do Curso.

Para os componentes curriculares de Estágio Supervisionado, no Curso de História-Licenciatura, está prevista a existência de pré-requisito, conforme segue abaixo: o discente do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, para ingressar nas atividades de estágio supervisionado, deverá ser anteriormente aprovado no componente curricular Metodologia do Ensino de História. Da mesma forma, exige-se como pré-requisito para realizar o componente de Estágio Supervisionado III (8º semestre), a realização e aprovação no componente curricular Estágio Supervisionado II (7º semestre). O componente de Metodologia visa trabalhar técnicas e métodos do Ensino da História, instrumentalizando os alunos para o adequado desenvolvimento dos Estágios Supervisionados, que exigem o exercício da docência por parte dos discentes. Temas como planejamento, uso de livro didático, uso de fontes primárias, currículos, não se repetem em outros componentes curriculares.

Enquanto no Ensino Fundamental, são normalmente discentes entre 11 e 13 anos, que terão um contato básico com o ensino de História, os discentes do Ensino Médio (a partir dos 14 anos), alcançam outro nível de aprofundamento nos conteúdos, participando de discussões melhor constituídas. A existência de pré-requisito entre esses componentes garante que o futuro professor, vivenciando diferentes experiências, possa vivenciar o exercício de sua docência. Considerando a diversidade dos campos de atuação da docência, ficam estabelecidos 3 (três) componentes curriculares referentes ao Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de História – Licenciatura, cujo início se dará a partir do quinto semestre e apresenta a seguinte estruturação:

A. Estágio Supervisionado I: ofertado no quinto semestre, compreende 135 (cento e cinco) horas de trabalho teórico e prático em espaços não escolares, como instituições culturais e outras organizações da sociedade civil. A prática do Estágio I propõe a relação entre discentes do Curso, espaço-escolares e espaços não escolares, onde os estagiários desenvolvem práticas extensionistas que partem de espaços não escolares dentro de espaços-escolares. Sob a orientação de um docente do Curso e co-orientação de um docente da escola, o estagiário deve desenvolver ações que promovam a integração e atuação de espaços não escolares, com a escola, por meio de atividades educativas e culturais junto aos discentes do ensino básico. Este estágio corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias às ações educativas em História que relacionem atividades extensionistas entre ambientes escolares e não escolares; 10 (horas) horas concernentes à observação do espaço; 20 (vinte) horas concernentes ao preparo de atividades junto ao espaço não escolar de atuação; 30 (trinta) horas destinadas a planejamento e orientações com o docente responsável pelo componente; 10 (dez) horas para a realização da intervenção junto ao espaço não-escolar; 30 (trinta) horas para elaboração de um artigo reflexivo sobre a prática; 5 (cinco) horas para socialização junto aos colegas discentes de turma.

B. Estágio Supervisionado II: ofertado no sétimo semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Fundamental. Corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 10 (dez) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, subdividida em a) 5 (cinco) horas de observação do espaço escolar e leitura do PPP da escola; b) 5 (cinco) horas de observação de aulas de História na turma em que o estagiário atuará e/ou nas turmas em que o docente da escola atua; 30 (trinta) horas para planejamento das aulas e correção das atividades previstas; 20 (vinte) horas para regência na sala de aula em que atuará; 30 (trinta) horas concernentes aos seminários de socialização sobre planejamento, observação e regência do estágio; e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório final.

C. Estágio Supervisionado III: ofertado no oitavo semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Médio. Corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 10 (dez) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, subdividida em a) 5 (cinco) horas de observação do espaço escolar e leitura do PPP da escola; b) 5 (cinco) horas de observação de aulas de História na turma em que o estagiário atuará e/ou nas turmas em que o docente da escola atua; 30 (trinta) horas para planejamento das aulas e correção das atividades previstas; 20 (vinte) horas para regência na sala de aula em que atuará; 30 (trinta) horas concernentes aos seminários de socialização sobre planejamento, observação e regência do estágio; e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório final.

Por último, com relação ao aproveitamento do Estágio, consoante a Resolução CNE/CP 02/2019, Art. 11, parágrafo único, "Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei n.º 12.014, de 6 de agosto de 2009).

2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso

De modo a eliminar o já tão discutido hiato entre a pesquisa, a extensão e o ensino, o Curso de História – Licenciatura da UNIPAMPA incluiu em sua matriz curricular dois componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e conforme a Resolução n.º 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, em que aprova as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas. Desta forma, os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II visam à produção de um projeto e a execução deste através da elaboração de um trabalho monográfico, respectivamente, relacionado às temáticas e problemáticas referentes à História e/ou seu ensino, para fomentar a prática de pesquisa entre os futuros docentes, na perspectiva da formação de um docente/pesquisador.

Neste sentido, compreendemos o Trabalho de Conclusão de Curso como resultado de uma reflexão teórico-prática oriunda de leituras, debates e atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas ao longo do curso e pautadas em diferentes temas, problemáticas e abordagens da pesquisa histórica e/ou da atividade docente nesta área; estas prerrogativas serão demonstradas mediante a observação de procedimentos teórico-metodológicos, comprometimento e a responsabilidade social do fazer histórico concernente às normas de produção de um trabalho científico. Portanto, o trabalho monográfico, obrigatoriamente, terá como produto final um texto reflexivo apresentado segundo os “Manuais para normalização de trabalhos acadêmicos - 2021”. Estes manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos se encontram atualizados e disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA (SISBI) assim como a disponibilização dos trabalhos de conclusão de curso em repositório institucional próprio, acessíveis pela internet.

Na matriz curricular do Curso de História - Licenciatura, os componentes “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II” estão, respectivamente, locados no sétimo e oitavo período, de modo a dividir esta atividade em duas etapas, quais sejam: o Trabalho de Conclusão de Curso I é o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, componente curricular em que os discentes cursam uma carga horária de 75 (setenta e cinco) horas. Destas, 20 (vinte) horas são destinadas a encontros coletivos, com alunos devidamente matriculados no componente Trabalho de Conclusão de Curso I, para apropriarem-se de discussões teóricas pertinentes à elaboração de um projeto de pesquisa relacionado às temáticas na área da História e/ou de seu ensino, sob acompanhamento do docente responsável pelo componente, a quem o discente apresenta um pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

As demais 55 (cinquenta e cinco) horas são destinadas à elaboração de projeto, com acompanhamento dos respectivos orientadores. Nesta carga horária o discente realizará leituras, receberá orientações específicas mediante debates e reuniões, desenvolverá, ainda que inicialmente (para a elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso) a pesquisa bibliográfica e documental. A avaliação do projeto final de Trabalho de Conclusão de Curso I é realizada pelo orientador e pelo docente responsável, em consonância com os parâmetros avaliativos estabelecidos no documento “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II) do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão”, apresentado no apêndice I deste PPC, que, por sua vez, está consoante o estabelecido na Resolução n.º 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA.

O Trabalho de Conclusão de Curso II, ofertado no oitavo período do curso, é o componente curricular em que os discentes desenvolvem, com orientação específica, o trabalho monográfico propriamente dito. Numa carga horária de 90 horas, os discentes recebem orientações semanais, dão continuidade à pesquisa (campo, bibliográfica, documental, etc.), à análise de fontes, leituras e elaboram sua monografia, cujo resultado deverá ser aprovado por uma banca de avaliação, aberta à assistência do público. Esta, conforme aponta a Resolução 29/2011 da UNIPAMPA, em seu art. 127, deverá ser composta por “docentes lotados na UNIPAMPA ou convidados, que podem ser professores de outras instituições ou profissionais não docentes, com formação de nível superior, experiência e atuantes na área desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso”.

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso II é realizada pelos membros da banca, em consonância com os parâmetros avaliativos estabelecidos pelo curso no documento “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (- do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão”- conforme o estabelecido na Resolução n.º 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, em específico com o apresentado nos artigos 126, 127 e 128. Desta forma, ainda se destaca que, segundo a Resolução n.º 29/2011, cada orientando é acompanhado por um professor-orientador. Este, por sua vez, é corresponsável pela observação de aspectos legais e éticos da elaboração e execução dos produtos do Trabalho de Conclusão de Curso I e do Trabalho de Conclusão de Curso II, chamando-se a atenção, principalmente, aos aspectos referentes ao plágio, utilização de textos em sua íntegra ou em adequações sem a devida autoria apresentada. O Trabalho de Conclusão de Curso tem uma coordenação-geral exercida por um docente do Curso de História – Licenciatura, que terá a função de assegurar o alinhamento dos trabalhos docente e discente à Resolução 29/11 da UNIPAMPA e a “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso” (apêndice I).

Cabe ressaltar ainda que, conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328, de 4 de novembro de 2021, é facultado ao discente surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em língua portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”, bem como é facultado ao estudante surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo. Reconhece-se que a língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas usuárias de LIBRAS e os trabalhos de conclusão de curso de discentes surdos poderão conter notas de rodapé que indiquem a tradução realizada por profissional tradutor de Língua Brasileira de Sinais. É garantido ao discente surdo o acesso em LIBRAS de todos os materiais relativos à normatização de trabalhos acadêmicos, disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA.

2.4.9 Inserção da extensão no currículo do curso

O curso de História-Licenciatura incluirá a extensão em seu Projeto Político de Curso por meio de um Programa que articula projetos, ações e eventos já existentes (ou a serem criados), cursos, oficinas, eventos e também mediante componentes curriculares específicos. A concepção de extensão, consoante a Resolução n.º 7 (CNE/2018) e Resolução n.º 317 (CONSUNI/Unipampa), se caracteriza pela produção, planejamento e execução de ações que valorizem o diálogo entre a universidade e a comunidade externa. Essa aproximação busca a troca de saberes entre as partes, abordando questões complexas presentes na sociedade. Tais ações contribuirão para uma formação integral do estudante, que poderá compreender a realidade em que está inserido.

Segundo a Política Nacional de Extensão, o conceito de programa é o “conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), integrando preferencialmente as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, executado a médio e longo prazo”. O Programa de extensão incluirá projetos com estratégias guarda-chuva, que pretendem envolver todos/as docentes do curso. Segundo a Política Nacional de Extensão, o conceito de projeto é a “ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”.

O Programa se desenvolverá a partir de dois movimentos: primeiro, com dois componentes curriculares de 150 horas distribuídos no terceiro e quarto semestre, que serão ministrados a partir de um projeto conduzido por um ou mais professores/as partir dos eixos de atividades propostos abaixo: Clube de Leitura; Ciclo de Cinema; Conversa com Educadores/as das redes municipal e estadual de ensino; ferramentas digitais; Memória e Comunidade. Importante destacar que haverá um rodízio de toda a comissão de curso, para não sobrecarregar nenhum/a docente e que efetivamente todos/as possam participar das atividades extensionistas.

O segundo movimento, se constituirá no Programa Unipampa Cidadã, que terá no total 100 horas como carga horária das/dos discentes a ser desenvolvida no quinto semestre, não colidindo com as atividades de estágios, que ficarão em outros semestres, não sobrecarregando, portanto, a comunidade discente do curso. Segundo a Instrução Normativa n.º 18, de 5 de agosto de 2021, trata-se de “um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade”. Assim, pretende-se que os/as discentes realizem “trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade”.

Destacamos que serão 300 horas de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas e 100 horas de Atividades Curriculares de Extensão Específicas. Somam-se, portanto, 400 horas, conforme exige a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317, de 29 de abril de 2021.

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

Em conformidade aos princípios de ensino definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, em que pese o desafio de conciliar a qualidade do ensino, o estímulo de práticas que envolvam a metodologia ativa, o fortalecimento das tecnologias da informação e da comunicação, entre outros desafios que acompanham a garantia da qualidade educacional dentro da estrutura acadêmica de uma universidade multicampi, o projeto pedagógico do curso de graduação em História-Licenciatura visa ser parte integrante desse processo.

Nesse sentido, compreendemos que a sala de aula é um espaço de interação para a construção do conhecimento e reflexão sobre a transposição didática, em que são trabalhadas diversas formas de abordagem em relação aos temas presentes nos componentes curriculares do Curso de História - Licenciatura. As aulas podem ser desenvolvidas por meio de exposições dialogadas; debates; seminários, apresentações, produções e discussão de filmes e documentários; pesquisa bibliográfica e de campo; produção e avaliação de materiais pedagógicos; etc. Entretanto, a metodologia e os instrumentos utilizados são pensados a partir das particularidades de cada componente curricular e perfil de turma, buscando estimular o discente como sujeito de seu próprio processo de construção de conhecimento.

O projeto pedagógico do curso de História - Licenciatura prevê uma formação crítica, capaz de formar profissionais atuantes, comprometidos, aptos a relacionar teoria e prática para a transformação social. Para verificar estes processos, em primeiro lugar, as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem estar pautadas nestes princípios, com metodologias comprometidas com a integração dos conteúdos e o desenvolvimento do espírito científico. A pesquisa e a extensão devem ser balizadores e instrumentos das práticas de ensino e poderão ser avaliadas pelo envolvimento dos docentes e discentes em projetos. Além disso, em consonância com as Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da UNIPAMPA, compreendemos que:

os cursos de licenciatura da UNIPAMPA necessitam identificar as opções de concepções pedagógicas que permeiam cada área do conhecimento, conhecer os projetos em que estão inseridos, almejando passar de uma prática reprodutora para a prática reflexiva, a qual possibilite a avaliação e a reformulação dos processos pedagógicos³⁷.

³⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa, 2011, p, 22.

Neste sentido, o projeto pedagógico de curso tem como base constituinte a preocupação com a prática docente em/para ambientes educativos escolares, através da oferta de componentes curriculares que possibilitam a experimentação de práticas pedagógicas, estágios supervisionados, iniciação à docência e práticas extensionistas. Na estrutura curricular configura-se a preocupação com a formação de um docente preparado para atuar em contextos multiculturais, com respeito às diversidades, permeando questões relacionadas a aspectos centrais na formação teórica do profissional em História, sem deixar de lado a aplicabilidade prática e reflexão em sala de aula - ou outros ambientes educacionais - no que diz respeito a questões relacionadas aos contextos de fronteira, ao patrimônio e ao ensino.

Uma vez que *teoria* é concebida não como o *olhar* definitivo sobre a realidade, mas apenas como *um olhar* sobre a realidade – logo, uma das possíveis representações/interpretações dessa “realidade” –, a *prática* se constitui numa *possibilidade* de *outra(s)* interpretações/ ressignificações dessa mesma “realidade”, o que conduz a reformulações/reconstruções da própria teoria. Nesse sentido, a articulação *teoria/prática* deixa de ser um processo instaurado artificialmente para configurar-se como um processo recursivo inerente/imanente à construção de saberes. Tal aplicação teórico-prática está calcada na simetria invertida que constitui a formação de docentes. Neste aspecto, observa-se que a formação do professor é simetricamente invertida à sua atuação profissional, uma vez que é vivendo o papel de discente que ele aprende a ser professor. Isso tem como implicação primeira o fato de o processo de formação de docentes ter de, necessariamente, oportunizar ao graduando a maior gama possível de situações similares às que deverá experienciar na docência e promover a reflexão constante sobre as situações vividas, isto é, a meta-consciência do aprender-ensinar-aprender. Considera-se ao pensar criticamente as metodologias de ensino que, para ser “ensinável”, convertido em “objeto de ensino” ou em conteúdo curricular, o conhecimento científico – tal como produzido pelo cientista – precisa passar, necessariamente, por um processo de transformação/adaptação. Mesmo porque, quando produzido, não necessariamente tinha como finalidade primeira o ensino, e sim a explicação da “realidade” investigada.

Sendo assim, cabe ao professor a tarefa de transpor de forma didática o conhecimento cientificamente produzido para o âmbito do ensino, conferindo-lhe a condição de saber escolar. Esse processo de transposição requer do docente, no mínimo, sensibilidade para: recortar do conhecimento disponível o que é pertinente para a situação de ensino; contextualizar esse recorte conforme o tempo/espço de produção e segundo os objetivos de ensino; organizar/sistematizar esse recorte – valendo-se, para isso, de diferentes linguagens e do uso adequado delas à situação enunciativa pressuposta pelo processo ensino-aprendizagem; e planejar formas de tornar acessível ao discente esse recorte, avaliando sua acessibilidade.

Ou seja: o Curso de História – Licenciatura, segundo o objetivo da UNIPAMPA em seus cursos de licenciatura, tem o propósito promover metodologias de ensino e aprendizagem para a formação de docentes que respeitem as diferenças e que sejam agentes ativos na construção uma educação criativa, de uma sociedade melhor e valorizadora dos bens culturais e das histórias locais. Sob tais pressupostos, a metodologia de ensino se pautará, para orientação docente, em algumas concepções, tais como:

1. o ensino visando à aprendizagem do aluno, reconhecendo a interdisciplinaridade como elemento essencial da construção do saber;
2. o acolhimento e o trato da diversidade;
3. o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
4. o aprimoramento em práticas investigativas;
5. a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
6. o uso de tecnologias da informação e da comunicação, perpassando as várias áreas do conhecimento;
7. o uso de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
8. o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe;
9. abordagem de temas transversais como pressupostos formadores da cidadania;

10. a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica.³⁸

2.5.1 Interdisciplinaridade

Conforme o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, em que “as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição”³⁹. No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista.”⁴⁰ (p. 47)

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, para proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47). O projeto pedagógico de curso de História-Licenciatura visa também a elaboração e execução de projetos que apoiem e desenvolvam conteúdos curriculares interligados, a busca consciente de metodologias interdisciplinares, estratégias e materiais de apoio que desenvolvam hábitos de colaboração e trabalho em equipe, que tenham como instância última uma contribuição para a produção de conhecimento significativo que colabore para uma transformação consciente da sociedade.

2.5.2 Práticas Inovadoras

Segundo o PDI 2019-2023, um dos objetivos da organização acadêmica na Instituição é “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas” (p. 39-40)

Também, o documento indica, como princípio metodológico da organização didático-pedagógica da graduação, “promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades” (p. 44). Ainda, consta que “Os PPCs de muitos cursos mencionam, de forma explícita, tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira” (p. 48) como uma política inovadora de ensino.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência como, por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos. Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Os princípios do DUA

são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades, com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes a comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (mediante mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível. O Capítulo V da resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 trata da avaliação biopsicossocial ao aluno com deficiência e a determinação da equipe multidisciplinar pela UNIPAMPA para desempenhar tal tarefa. Conforme Artº 11, "as coordenações de curso deverão comunicar aos interfaces NInA sempre que identificarem estudantes com necessidades educacionais especiais, que necessitem de planejamento de acessibilidade pedagógica e que ainda não tenham passado por avaliação da equipe multidisciplinar". A partir da avaliação biopsicossocial, será trabalhado o planejamento adequado e estruturação necessária para a efetiva garantia de direitos postulada na resolução supracitada.

2.5.4 - TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) referem-se a um conjunto de recursos tecnológicos que auxiliam na comunicação, incluindo hardwares (como smartphones), softwares (com aplicativos para troca de mensagens ou teleconferências), além de outras ferramentas que podem ser acessadas por meio de redes de acesso a dados, como a internet. Atualmente, as TICs exercem um papel fundamental na forma de nos comunicarmos e aprendermos. Ampliaram as possibilidades de pesquisa e acesso dos estudantes à informação e aos conteúdos curriculares.

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) é um órgão suplementar da instituição, cuja finalidade é criar e manter o funcionamento das atividades ligadas às TICs, dando suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Entre os sistemas desenvolvidos pela DTIC destacamos o sistema Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) que permite aos estudantes, por meio de login (número de matrícula) e senha, o acesso aos planos de ensino e aos registros dos diários de classe das disciplinas em que estão matriculados, também podem acompanhar o andamento e o conteúdo ministrado em cada aula, via registro feito pelo professor no diário de classe, além de fazer o controle de suas próprias faltas. Mais ainda, neste ambiente os discentes podem consultar o seu histórico escolar, comprovante de matrícula, inscrever-se em eventos e emitir certificados de participação, e os docentes, por sua vez, tem acesso aos seus planos de ensino, emissão de relatórios, lançamento de notas e frequência dos estudantes. O sistema GURI também possui funcionalidades direcionadas ao público externo, como consulta de dados e participação em eventos e processos seletivos (incluindo SiSU/ENEM).

Os docentes e discentes contam com o Sistema MOODLE (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment), que é um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na modalidade à distância. Este sistema de gestão de aprendizagem tem por objetivo apoiar o corpo docente na criação de atividades online de qualidade, e serve de suporte ao ensino presencial, pois é possível a publicação do conteúdo apresentado na sala de aula, de materiais complementares, avaliações, entre outros. A universidade dispõe ainda do Sistema Acadêmico de Projetos (SAP), que contempla o cadastro e registro de projetos, permitindo aos servidores e alunos o acompanhamento dos trâmites dos projetos que estão sendo realizados na UNIPAMPA, além do gerenciamento de editais e bolsistas, para as áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Ações Sociais.

As salas de aula do Campus Jaguarão são equipadas com computador e acesso à rede de internet e projetor multimídia. A unidade possui dois laboratórios de informática, que auxiliam alunos de graduação e Pós-Graduação nas tarefas acadêmicas. Os Laboratórios de Informática estão localizados nas salas 106 e 108, LABTIC 1 e LABTIC 2, respectivamente. A UNIPAMPA disponibiliza para a comunidade acadêmica a Plataforma Minha Biblioteca, a qual possui um amplo acervo multidisciplinar. A plataforma de livros eletrônicos Minha Biblioteca conta com aproximadamente 9.699 títulos disponibilizados a partir do sistema de bibliotecas Pergamum, para acessar basta o usuário realizar seu login no sistema, digitar no campo de busca o nome do livro e assinalar o tipo de material “E-books”.

Com a intenção de minimizar ainda mais as barreiras de comunicação, a instituição em parceria com a Google for Education, no ano de 2019, inovou ao aderir à utilização de e-mail institucional ilimitado para a comunidade acadêmica. Todos os e-mails da UNIPAMPA são enviados para a caixa de e-mail institucional dos servidores e alunos e por lá devem ser respondidos, para encontrar o endereço de e-mail basta acessar o sistema GURI. A parceria possibilitou a utilização de novos serviços como: Google Drive ilimitado, Google Classroom e Google Meet.

2.5.5 Avaliação da aprendizagem:

O Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta que “A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é entendida como um trabalho pedagógico contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos. O conceito de avaliação como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, é percebido como interativo, crítico, reflexivo e democrático. A concepção de avaliação acompanha os princípios metodológicos, portanto a avaliação considera que o aluno é partícipe do processo de aprendizagem, de modo a ser uma estratégia que possibilite o diagnóstico das dificuldades e a construção das aprendizagens.” (p. 45).

A todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de aprendizagem promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, conforme assegura o artigo 61 da Resolução no 29/2011, em uma perspectiva de avaliação contínua e diagnóstica, apresentadas nos respectivos planos de ensino.

Contudo, as atividades de recuperação dos processos de ensino-aprendizagem, bem como as avaliações, não devem ser observadas ou praticadas pelos docentes como ações punitivas, mas sim como uma forma de promoção de construção efetiva de conhecimento e do pleno sucesso da garantia dos processos de ensino e aprendizagem. Conforme a resolução 29/2011, artigo 61, “atividades de recuperação são asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em sua perspectiva de superação da aprendizagem insuficiente”. Nota-se que a recuperação não é para reposição de notas insuficientes, mas sim da aprendizagem dos conteúdos curriculares. As atividades de recuperação primam pela recuperação da aprendizagem ao longo do ano letivo e não pela recuperação de notas.

Desta forma, assume-se outra função que não a tradicional medição e constatação de aprendizagem realizada pelo docente. A avaliação, de outra forma, serve como indicador para orientar a prática educacional, para mostrar aos professores e alunos quando é preciso realizar ajustes no processo educativo, dando elementos para fazerem e refazerem o seu plano de trabalho, determinando os conteúdos e as formas de aprofundamento de cada tema/ação/atividade.

Assim, recomenda-se que a avaliação não seja realizada apenas em momentos específicos ou no final do semestre letivo; ela precisa acontecer ao longo de todo o período de trabalho acadêmico. O Curso de História-Licenciatura conta com a disponibilidade da Plataforma Moodle, entre outras ferramentas que ampliam o contato com ferramentas tecnológicas de ensino e aprendizagem (a serem detalhadas em parte específica deste documento), e pode ser utilizada pelos docentes e discentes, para incrementar o desenvolvimento das atividades do Curso e o favorecimento ao acesso à informação e à aprendizagem.

Além disso, é garantido que educadores e alunos tenham os seus instrumentos de registros, que eles sejam coerentes com a proposta pedagógica do Curso e da instituição e, em especial, que o aluno entenda como será avaliado e que os resultados sejam discutidos com ele.

O objetivo maior da avaliação, neste sentido, não é apenas registrar dados internos, para o Curso ou a instituição, a respeito do desenvolvimento do aluno e da realidade de sua proposta de trabalho; mas reunir dados que garantam aos discentes condições reais de aprendizagem, desenvolvimento e formação profissional, num processo efetivo de reconstrução. Por ser uma proposta social e política, a avaliação não pode ficar restrita aos parâmetros de um único professor. Aqui se destaca o importante papel do NDE e da Comissão de Curso na garantia da realização constante deste perfil avaliativo no processo de ensino e aprendizagem da formação de professores de História na UNIPAMPA, Campus Jaguarão.

Em síntese, tendo como princípio básico que o aluno, no Ensino Superior, busca na instituição um processo de aprendizagem efetivo em sua formação profissional desejada, e não apenas ser aprovado, a avaliação deve traduzir o seu desenvolvimento escolar, seu desempenho como um processo global e significativo e sua caminhada na formação profissional que se objetiva neste Curso. Assim colocados, os procedimentos adotados não podem traduzir realidades estanques, fechadas, cerceando o processo construtivo e evolutivo do conhecimento.

2.5.6 Apoio ao discente

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº. 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes. Entre os programas e ações de assistência estudantil, estão: programa de bolsa permanência, Programa de Desenvolvimento Acadêmico, Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos, Programa de Apoio Emergencial, Moradia Estudantil e Restaurante Universitário.

Conforme o Art. 3º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 239, de 25 de abril de 2019, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) contempla uma equipe multiprofissional constituída por Assistente Administrativo, Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, sendo que o número de servidores e a composição podem variar segundo as especificidades e demandas do campus, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas, do apoio pedagógico e social e dos demais projetos. Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado à Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.º 7.691/2011).

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

2.6 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância de contribuírem com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para contribuírem na vida institucional, sejam participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

3 EMENTÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Educação das Relações Étnico-Raciais

♣ Semestre: 01

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Reflexões sobre as principais tendências teóricas referentes às questões étnico-raciais, no Brasil e em âmbito local. Problematizações sobre questões de Gênero; Raça; Racismo; Branquitude; Identidades; Representações sociais e culturais.

OBJETIVO GERAL: Compreender e refletir sobre as principais tendências teóricas referentes à questão étnica e racial, tanto em nível global como local. Analisar casos empíricos referentes aos temas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Entender, tensionar e problematizar os conceitos de Raça; Racismo; Branquitude; Identidades; Representações sociais e culturais, mito da democracia racial, preconceito, discriminação, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BUTLER, Kim; DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas Imaginadas: Atlântico Negro e Histórias afro-brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Lélia Gonzalez - Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DAVIS, Angela. **Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres**. In: Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOLA, N. **Feminismo negro: de Dandara à Marielle, ancestralidade presente**. Empodere. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) UFRGS, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 488 páginas. 1ª Edição.

KILOMBA, Grada. **Dizendo o Indizível. Definindo o Racismo**. In: Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Políticas Públicas em Educação

♣ Semestre: 01

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA: Estudo das principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Compreensão da atual conjuntura da organização do trabalho, da organização social, política econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.

OBJETIVO GERAL: Propiciar a apreensão de referenciais teóricos fundamentais para a compreensão do contexto social, político e econômico da educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender as políticas públicas em suas relações com a organização social e ambiental; Analisar criticamente a educação nas Constituições e Leis brasileiras; Problematizar a construção da cidadania e as políticas de inclusão; Compreender o acesso à educação como um direito humano; Compreender a estrutura didática da educação escolar; Caracterizar os diferentes níveis e modalidades de ensino; Discutir a formação de professores; Conhecer a gestão escolar e sua relação com o meio ambiente. Interpretar o uso de estatísticas e indicadores educacionais. Compreender o sistema educacional brasileiro situado em seu contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **LDB passo a passo:** lei de diretrizes e base da educação nacional comentada e interpretada por artigo. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Políticas públicas e gestão da educação:** polêmicas, fundamentos e análises. Brasília, DF: Liber Livro, 2011.

MESZAROS, Istvan. **A educação para além do capital.** São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da constituição federal e da ldb.** 3. ed. São Paulo, SP: Xama, 2007.

AZEVEDO, J. C. **Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira De. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica: gestão do trabalho da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei de educação.** Campinas: Autores Associados, 1997.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais

♣ Semestre: 01

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA: Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sócio-cultural e linguística; propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar; fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos; Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural; refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem; refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais; compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **LIBRAS em Contexto:** Curso Básico: Livro do aluno. 5ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.

GESSER, Audrei. **LIBRAS - Que língua é essa?** 1. ed. Parabola. 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. 1. ed. Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. **NOVO DEIT-LIBRAS:** Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

FLAVIA, Brandão. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.** 1. ed. Global Editora, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora UFSC, 2008

_____. **História da Educação dos Surdos.** Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2008

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Antropologia

♣ Semestre: 01

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA: Conceitos, objetos e práticas que estruturam o campo da Antropologia; Reflexão crítica sobre o campo epistemológico e metodológico da Antropologia; Antropologia da educação; Interfaces entre a Antropologia e o conceito de cultura; Articulações teóricas entre cultura, diversidade, educação, história, processos simbólicos e interação, etnocentrismo, relações étnicas e prática etnográfica.

OBJETIVO GERAL: Discutir a história da Antropologia como ciência e suas principais correntes teóricas, enfatizando os conceitos centrais desta área de conhecimento, possibilitando o olhar antropológico sobre o mundo e a aplicação no contexto da sala de aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Discutir a história da Antropologia como ciência e suas principais correntes teóricas, enfatizando os conceitos centrais desta área de conhecimento, possibilitando o olhar antropológico sobre o mundo; discernir a relevância da abordagem e dos conceitos antropológicos na análise das diversas sociedades e culturas em diferentes contextos históricos; compreender a humanidade como produto de complexas instituições simbólicas; possibilitar a reflexão crítica das diversas concepções de cultura as noções de desvio social possibilitando compreender as diferenças humanas presentes nas sociedades complexas permeadas de múltiplas culturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.
LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2010.
CASTRO, Celso (Org.) **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
ERIKSSON, Thomas H., NIELSEN, Finn S. **História da Antropologia**. Petrópolis: Jorge Zahar Ed. 2002.
MELLO, Luiz Gonzaga. **Antropologia Cultural: Iniciação, teoria e temas**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1986.
DA MATTA, Roberto. **Você sabe com quem está falando? Um estudo sobre o autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História do Processo de Hominização

♣ Semestre: 01

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Antropogênese. Transformações ambientais e o processo de hominização. Transformações biofísicas e o processo de hominização. Tecnologias, arte, cultura material e o processo de hominização. Desenvolvimento de culturas humanas anteriores à emergência das sociedades urbanas. Materiais didáticos e possibilidades pedagógicas de ensino na formação discente na área de estudos do Processo de Hominização.

OBJETIVO GERAL: Discutir as diferentes abordagens e problemáticas relativas ao processo de hominização, capacitando o corpo discente para o ensino do Processo de Hominização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Abordar a evolução humana como um processo eminentemente biocultural. Discutir e elaborar e/ou experienciar materiais didáticos e/ou práticas pedagógicas referentes à temática na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARSUAGA, Juan Luis. **O Colar do Neandertal – em busca dos primeiros pensadores**. São Paulo: Globo, 2005.
MARTÍNEZ, Víctor M. **Prehistoria: el largo camino de la humanidad**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

PENA, Sérgio D. J. **Humanidade sem raças?** São Paulo: Publifolha, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Guilhermina Rebelo de, et al. (coord. da edição portuguesa). **História da Humanidade** – a Pré-história e o início da civilização. Lisboa: Verbo, 2000. Vol1.

DIAMOND, Jared. **O Terceiro Chimpanzé: A Evolução e o Futuro do Ser Humano.** São Paulo: Recordo, 2011.

FOLEY, Robert. **Os humanos antes da humanidade** – uma perspectiva evolucionista. São Paulo: UNESP, 2003.

MITHEN, Steven. **A pré-história da mente** – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo, UNESP, 2002.

SALGADO-LABOURIAU, Maria Léa. **A História Ecológica da Terra.** São Paulo: Edgar-Blücher, 1994.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História e Ensino da Cultura Afro-Brasileira

♣ Semestre: 02

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Diáspora africana no Brasil; Cultura afro-brasileira e as relações raciais no Brasil. Estudo de nações e etnias africanas no Brasil; Debate racial no Brasil do século XIX; abolicionismos. Racismo e anti racismo. Racismos cientificistas no Brasil. Espaços, gênero, culturas e territórios negros. Religiosidades africanas e afro-brasileiras. Ações afirmativas e políticas públicas de promoção da igualdade racial. Perspectivas da história e da cultura afro no currículo escolar. Criação de materiais pedagógicos para uso na sala de aula.

OBJETIVO GERAL: Compreender os processos de constituição da história afro-brasileira a partir de resistências culturais africanas e afrodescendentes no Brasil, bem como seu ensino e elaboração de materiais que busquem a aplicação da Lei 10.639/03.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar ideias preconcebidas/preconceituosas sobre raça e etnia presentes em nossa sociedade, buscando a desconstrução do pensamento racista; debater ações afirmativas, história e conceito; elaborar materiais pedagógicos que possam ser utilizados em sala de aula com o de fortalecer a educação antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Flavio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX /São Paulo: Companhia das Letras, 2006.**

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras.** São Paulo: Perspectiva, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da Destruição.** [S. l.]: Editora Filhos da África, 2018.
FERREIRA, Thuila, MACEDO, José Rivair. **Biografias de Mulheres Africanas.** UFRGS, 2021. Link de acesso: <https://www.ufrgs.br/africanas/>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Psicologia da Aprendizagem

♣ Semestre: 02

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA: Estudo da aprendizagem por sua análise conceitual, características e fatores intervenientes. Análise de diferentes abordagens teóricas desenvolvidas no século XX referentes ao processo de aprendizagem. Estudo sobre os fatores intrapessoais e interpessoais envolvidos no processo de aprendizagem. Avaliação crítica sobre as relações entre o processo de aprendizagem e o processo de ensino.

OBJETIVO GERAL: Definir e analisar a aprendizagem, as principais abordagens teóricas e os fatores intrapessoais e interpessoais envolvidos nesse processo, reconhecendo a importância da compreensão das diferentes abordagens referentes ao conceito de aprendizagem para o ato de ensinar e para o desenvolvimento humano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Capacitar o aluno a aplicar os conhecimentos de Psicologia na prática de educador; estudar as principais teorias psicológicas evolutivas e da aprendizagem e suas relações com a educação matemática. Problematizar questões psicossociais e contemporâneas que atravessam a prática docente, tais como: diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, bullying, inclusão, entre outros temas emergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FERREIRA, Berta Weil; LA ROSA, Jorge. **Psicologia e educação: o significado do aprender.** 9. ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2007.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem.** São Paulo: EPU, 2004.

TRILLA I BERNET, Jaume. **El legado pedagógico del siglo XX para la escuela del siglo XXI.** (coord.). 4. ed. Barcelona: Grao, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

COLL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento.** Porto Alegre: Artmed, 1994.

MEIRIEU, Philippe. **Aprender...sim, mas como?** 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2015.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Sociologia

♣ Semestre: 02

♣ Carga horária total:60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA: Contextualização histórica da edificação da sociologia como ciência. Contribuição dos estudos clássicos nesta área. Métodos de análise da vida humana em sociedade, utilizando categorias sociológicas como: exclusão social, controle social, socialização, papéis sociais, criminalidade e violência. Inter-relacionar as categorias sociológicas no universo de ensino de História.

OBJETIVO GERAL: Discutir o contexto histórico do nascimento da sociologia como ciência, possibilitando o olhar sociológico na contemporaneidade e os usos no contexto da sala de aula. Refletir sobre os diferentes papéis sociais desempenhados pelos sujeitos sociais no atual ciclo da modernidade tardia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender as políticas públicas em suas relações com a organização social e ambiental; analisar criticamente a educação nas Constituições e Leis brasileiras; problematizar a construção da cidadania e as políticas de inclusão; compreender o acesso à educação como um direito humano; compreender a estrutura didática da educação escolar; caracterizar os diferentes níveis e modalidades de ensino; discutir a formação de professores; Conhecer a gestão escolar e sua relação com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico da sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

TOURAINÉ, Alain . **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2006.

YOUG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: REVAN: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Didática

♣ Semestre: 02

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Educação e didática na realidade contemporânea. Concepções de ensino e planejamento do processo de ensino aprendizagem no ensino fundamental e médio. Aprofundamento da relação entre os métodos, metodologias, técnicas e práticas de fazer-se professor de História.

OBJETIVO GERAL: Estudar os vários aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem a fim de compreender o papel da didática no desenvolvimento do trabalho docente e as dimensões pedagógicas que envolvem o planejamento, em se tratando do ensino de história no ensino fundamental e médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Conceituar 'Didática' e compreendê-la mediante uma perspectiva interdisciplinar, entre Educação, História e Pedagogia. Observar espaço escolar e pesquisar suas especificidades. Observar os processos de ensino e aprendizagem nas salas de aula do Ensino Fundamental e Médio da área de História. Problematizar as observações realizadas com postura investigativa na definição do tema gerador. Elaborar propostas e planos de ensino a partir das observações realizadas. Compreender as etapas do planejamento didático-pedagógico como observação, construção de objetivos, metodologias, avaliação e reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck & CORRÊA, Rosa Teixeira. (orgs). **A educação escolar com perspectiva histórica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CANDAU, V. M. (Org.). **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FAZENDA, I. C. A. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

MORAIS, Régis (org). **Sala de aula: que espaço é esse?** Campinas: Papyrus, 1995.

COMENIUS, João Amós. **Didática Magna**. 5. ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História e Cultura Indígena

♣ Semestre: 02

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Problemas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas inerentes às pesquisas sobre as sociedades indígenas em seus múltiplos aspectos históricos e culturais. Análise de sociedades indígenas americanas e questões concernentes ao histórico da relação entre o Estado e as sociedades indígenas. Políticas indigenistas no Brasil. Problematização do ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver as habilidades de comunicação oral e escrita, generalização de conceitos e manuseio de instrumentos de investigação e ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender as sociedades indígenas dentro de sua diversidade social, cultural e histórica; Refletir sobre a situação indígena contemporânea e sua relação com as sociedades não-indígenas; Problematizar a História e Cultura Indígena na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo & PINON, Ana. **A temática indígena na escola**. São Paulo: Contexto, 2011.

GRUPIONI, Luís Donizete, SILVA, Aracy L., (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus** – São Paulo: Global – 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 155-174.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia). São Paulo: Cosac & Naify, 2002. 551p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História da América Pré-Colonial

♣ Semestre: 03

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Povoamento do continente americano. As sociedades ameríndias no período pré-colonial em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos desde uma perspectiva histórica e arqueológica. Materiais e possibilidades pedagógicas do ensino da história pré-colonial do Continente Americano.

OBJETIVO GERAL: Possibilitar debate sobre as diferentes correntes explicativas para a ocupação do continente americano. Discutir aspectos relativos à origem da agricultura e da formação das confederações e dos estados pré-colombianos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Fomentar o debate e/ou experienciar possibilidades de trabalho com a temática América Pré-Colonial no ensino de história com vistas a promoção do respeito à diversidade cultural e do papel dos indígenas na formação da sociedade americana contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FAVRE, Henri. **A civilização Inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GENDROP, Paul. **A civilização Maia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FUNARI, Pedro Paulo e NOELI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: editora Contexto, 2005.

PROUS, André. **O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SILVA, H. P. e RODRIGUES-CARVALHO, C. (orgs.). **Nossa origem – o povoamento das Américas: visões multidisciplinares**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

SOUSTELLE, Jacques. **A civilização Asteca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Metodologia do Ensino de História
- ♣ Semestre: 03
- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Atuais perspectivas e abordagens teórico-metodológicas do campo do ensino de História. Análise e aprofundamento de conteúdos e metodologias referentes à disciplina de História no currículo escolar, no ensino fundamental e médio. Fenômenos da sala de aula e problematizações da prática docente. Orienta-se pela proposição de tematizar sobre aspectos da história regional no currículo, enfatizando a cultura, memória, patrimônio e sociedade na região de fronteira. Compreensão dos fenômenos digitais e seu uso na área de Ensino de História. Refletir sobre as mudanças do cenário educacional a partir de indicadores.

OBJETIVO GERAL: Propiciar a discussão em torno da contextualização histórica do campo do ensino de história no Brasil e suas atuais perspectivas, abordagens e metodologias, a fim de possibilitar o estudo, a análise e a problematização acerca de seus desdobramentos no cotidiano escolar e na formação docente, bem como dos desafios colocados ao ensino e à docência na contemporaneidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Perceber a trajetória historiográfica da disciplina Metodologias do Ensino de História; Compreender a construção do currículo de História; Investigar os conceitos básicos de História; Identificar o uso dos livros didáticos de História; Aprender técnicas para o Ensino de História; Pesquisar os imprevistos e o cotidiano escolar; Relacionar a História do Brasil com a História Local; Analisar as várias formas de avaliações em História. Refletir sobre o uso das tecnologias na sala de aula. Conhecimento de matemática para analisar estatísticas e indicadores educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GASPAROTTO, Alessandra. FRAGA, Hilda Jaqueline de. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Ensino de História do Conesul:** Patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: EVANGRAF/UNIPAMPA, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Editora Contexto, 1998.

STEPHANOU, Maria & SEFFNER, Fernando. De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar. In: **Teorias e fazeres na escola em mudança.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

CERRI, Luiz Fernando. **Didática de História:** uma leitura teórica sobre a História na prática. *Revista de História Regional.* Ponta Grossa: UEPG, 2010.

BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: **Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar**. Porto Alegre: EST, 2002.

GANDIN, D. & CRUZ, C.C. **Planejamento na sala de aula**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Teoria da História I

♣ Semestre: 03

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA:No que consiste a história enquanto campo autônomo do conhecimento, surgido na modernidade e sua relação com os processos de estabelecimento das instituições de produção letrada e de saber científico.

OBJETIVO GERAL: Abordar a historicidade do próprio conhecimento histórico, através do estudo do processo de estabelecimento da história como saber independente e disciplina acadêmica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender as diferentes concepções da prática historiográfica entre os séculos XVIII, XIX e XX e a que demandas atendiam. Exercitar a leitura e apreensão de textos teóricos, como parte do desenvolvimento de habilidades específicas à formação de docentes em história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

MARTINS, Estevão Rezende de (org.). **A História pensada: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BENTIVOGLIO, J. & LOPES, M. A. (org.) **A constituição da história como ciência. De Ranke a Braudel**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil. 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEGEL, Georg W. F. **Introdução à filosofia da história**. São Paulo: Hemus, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História do Mediterrâneo Antigo

♣ Semestre: 03

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Sociedades estabelecidas às margens e adjacentes ao Mar Mediterrâneo a partir do advento dos primeiros registros históricos escritos na região. Desenvolvimento das sociedades em um processo de interconexão regional. Análise ecológica, demográfica e cultural em longuíssima duração. Sociedades do Antigo Oriente Próximo, Oriente e Ocidente mediterrânicos ao Sul e ao Norte. Organizações políticas, estruturas sociais, estruturas religiosas e componentes culturais.

OBJETIVO GERAL: Análise em perspectiva das dinâmicas interacionais entre as sociedades existentes na região em sua pluralidade e diversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Análise dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais das sociedades inseridas na região. Debate de temas transversais afeitos aos aspectos mencionados. Relação entre a pesquisa das sociedades do Antigo Mediterrâneo e o Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FUNARI, Pedro Paulo A. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001.

PINSKY, Jayme. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2009.

DUBY, Georges. **História da Vida Privada volume um: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOTTERO, Jean. **No começo eram os deuses**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARTLEDGE, Paul. **Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual Editora, 2001.

GRIMAL, Pierre. **História de Roma**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

JOHNSON, Paul. **Egito Antigo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Direitos Humanos e Cidadania

♣ Semestre: 03

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA: A disciplina aborda o contexto histórico do nascimento dos Direitos Humanos no Ocidente e sua trajetória em nosso país, tendo como marco distintivo a atuação dos diversos grupos sociais organizados em oposição à exclusão social produzida pelo modo de produção capitalista. Discute as interfaces entre os Direitos Humanos e as Humanidades e estas, ganham especial relevo na análise crítica da legislação, diretrizes, resoluções, pactos e planos versando sobre a inserção dos Direitos Humanos como componente curricular transdisciplinar tendo em vista que a temática dos cursos de graduação contemplam a temática Direitos Humanos.

OBJETIVO GERAL: Analisar os direitos humanos, em seu contexto social, político, econômico e cultural de emergência e sua possibilidade de implementação. Discutir a inclusão de grupos sociais historicamente excluídos no atual ciclo da modernidade contemporânea.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Descortinar a relevância de novas abordagens e temáticas em Direitos Humanos; Conhecer a história dos Direitos Humanos; Analisar os Direitos Humanos em seu papel de alargamento do horizonte da cidadania em uma sociedade excludente; Reconhecer os direitos humanos como área transversal do conhecimento que tem como primado a efetivação da dignidade do ser humano;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. **A formação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GALLARDO, Helio. **Teoria crítica: matriz e possibilidades de direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Extensão I

♣ Semestre: 03

♣ Carga horária total: 120h

♣ Carga horária de extensão: 120h

EMENTA: Atuação em ações extensionistas vinculadas a projetos ou programas de extensão do curso de História-Licenciatura, buscando a intersecção entre a universidade e a comunidade externa.

OBJETIVO GERAL: Viabilizar a aproximação e o debate com a comunidade a partir de iniciativas que estimulem a reflexão sobre temas pertinentes a área de História.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente; aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA com a região, promovendo atividades de natureza histórica e cultural, estimulando em todos os setores da sociedade o diálogo construtivo e transformador. Desenvolver ações na área dos estudos de linguagem que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA, dialogando com diversos temas, tais como cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, comunicação, tecnologia, trabalho, e outros que estejam em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- FARIA, D. S. (Org.) **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SÍVERES, L. Universidade: **Torre ou Sino**. Brasília: Universa, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

- DURHAM, Eunice R., SAMPAIO, Helena (Org.) **O ensino superior em transformação**. São Paulo: USP / Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SILVA, M. G. M. **Extensão: a face social da universidade?** Campo Grande, MS: UFMS, 2000.
- SOUSA, A L. L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) **Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas**. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Extensão II
- ♣ Semestre: 04
- ♣ Carga horária total: 120h
- ♣ Carga horária de extensão: 120h

EMENTA: Atuação em ações extensionistas vinculadas a projetos ou programas de extensão do curso de História-Licenciatura, buscando a intersecção entre a universidade e a comunidade externa.

OBJETIVO GERAL: Viabilizar a aproximação e o debate com a comunidade a partir de iniciativas que estimulem a reflexão sobre temas pertinentes a área de História.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente; aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA com a região, promovendo atividades de natureza histórica e cultural, estimulando em todos os setores da sociedade o diálogo construtivo e transformador. Desenvolver ações na área dos estudos de linguagem que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA, dialogando com diversos temas, tais como cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, comunicação, tecnologia, trabalho, e outros que estejam em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- FARIA, D. S. (Org.) **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SÍVERES, L. Universidade: **Torre ou Sino**. Brasília: Universa, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

- DURHAM, Eunice R., SAMPAIO, Helena (Org.) **O ensino superior em transformação**. São Paulo: USP / Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SILVA, M. G. M. **Extensão: a face social da universidade?** Campo Grande, MS: UFMS, 2000.
- SOUSA, A L. L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) **Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas**. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: História da África I
- ♣ Semestre: 04
- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária de prática: 15h

EMENTA

Historiografia e pesquisa histórica em África. Cultura e sociedade núbica, kushita e axumita. Norte da África e a ocupação romana. África Índica, Atlântica e Subsaariana até o século XVIII. A formação social da escravidão na África. O Mundo Atlântico. Perspectivas do ensino de História da África.

OBJETIVO GERAL: Analisar os diferentes processos históricos de formação das primeiras sociedades africanas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Debater os horizontes de pesquisa e a historiografia produzida sobre História da África. Debater os contatos com diferentes povos externos ao continente africano. Problematizar o ensino de História da África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- KI-ZERBO, J. **História Geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.
- MOKHTAR, G. **História Geral da África II**. África Antiga. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.
- MOHAMMED, El Fasi. **História Geral da África III**. África do Século VII ao XI. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

COSTA E SILVA, Alberto da. **A África e os africanos na História e nos Mitos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2021.

_____. **África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro, Agir, 2008.

FAGE, J.D. **História da África**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2014.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e civilizações**. Tomo 1. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História Medieval

♣ Semestre: 04

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA

Mundo mediterrâneo durante o período medieval, no recorte temporal entre os séculos V e XV d.C., com ênfase no Ocidente Medieval e suas relações com o império bizantino e mundo islâmico. Constituição da sociedade feudal e ascensão da Igreja na cristandade medieval ocidental. “Crise” dos séculos XIV e XV e fortalecimento das monarquias na Europa. História Medieval e Ensino de História.

OBJETIVO GERAL: Analisar o período medieval em suas principais características, revisitando uma leitura interpretativa que realce a importância dos legados civilizacionais para a sociedade contemporânea.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Constituir debates e reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre o medievo; trabalhar o medievo a partir do conceito de uma “longa idade média”, pautada por transformações, renascimentos, continuidades e rupturas; identificar o legado do medievo nas letras, arquitetura, tecnologia, música, artes, religião; pensar e criticar o medievo a partir de conceitos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2005.

FRANCO JR, Hilário. **Idade Média: o nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANGOLD, Michael. **Bizâncio – a ponte da Antiguidade para a Idade Média**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BAKTHIN, Mikhail. **Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Teorias da História II

♣ Semestre: 04

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

EMENTA: As principais tendências e debates teórico-metodológicos do conhecimento histórico ao longo do século XX. O marxismo contemporâneo, a nova história, a micro-história, o giro linguístico, a teoria da história e as propostas teóricas de e pós-coloniais.

OBJETIVO GERAL: Debater aprofundadamente as transformações sobre a concepção e sentido do discurso e conhecimento histórico ao longo do século XX e começo deste século, e a função do saber histórico para o conhecimento docente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender a relação que a sociedade contemporânea mantém atualmente com a temporalidade, sua relação com a memória e a ampliação das possibilidades de se pensar a disciplina a partir de diversos atores sociais. Aprofundar a compreensão entre a teoria e o fazer historiográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

HUNT, Lynn (Org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MALERBA, Jurandir. **Lições de história. Da história científica à crítica da razão histórica no limiar do século XX**. Porto Alegre: FGV/EdiPUCRS, 2013.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org.: Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

WHITE, Hayden. **Metahistória: a imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Patrimônio e Museus

♣ Semestre: 04

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Discutir o papel do museu e do patrimônio na contemporaneidade, problematizando suas construções e usos. Analisar a constituição e ampliação do campo patrimonial no Brasil e as políticas de preservação. Promover uma reflexão sobre a instituição museu, seu uso educativo e seu papel na construção de narrativas e no ensino de História.

OBJETIVO GERAL: Promover a reflexão sobre o papel do patrimônio e do museu na sociedade contemporânea, analisando, sobretudo, o campo patrimonial e museal brasileiro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Fomentar o diálogo interdisciplinar por meio de um embasamento conceitual e ferramentas práticas para atuação do historiador no espaço do Museu. Estimular a utilização do patrimônio e do museu no ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FLORES, Joana. **Não Me Olhe Como Me Vê: O Não Lugar das Memórias, Narrativas e Trajetórias das Mulheres Negras Nos Museus de Salvador.** In: Cadernos de Sociomuseologia: O Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia 2013-2016. V. 53. n. 9, 2017.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre (1800-1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 2021.

CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio.** Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2a. Ed., 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu.** A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade – Unesp, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

PINHEIRO, Marcos Jose. **Museu, Memória e Esquecimento.** Um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos.** Rio de Janeiro: Garamond, MinC. IPHAN, DEMU, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História das Narrativas Ameríndias

♣ Semestre: 04

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Relações constitutivas das sociedades indígenas partindo de perspectivas próprias do mundo ameríndio; Narrativas mitológicas e cosmologias; história e traços étnico-culturais das populações ameríndias em suas conexões ao longo do território. Problemática do ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica.

OBJETIVO GERAL: Debater e problematizar a cultura indígena e os encontros culturais. Abordar perspectivas ameríndias sobre história. Compreender a história indígena como campo de ensino e pesquisa. Promover a reflexão sobre o ensino da cultura dos povos originários a partir da leitura de autores indígenas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender as sociedades indígenas dentro de sua diversidade social, cultural e histórica; refletir sobre a situação indígena contemporânea e sua relação com as sociedades não-indígenas; Problematicar a História e Cultura Indígena na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** RJ: Zahar, 2010.

MONTEIRO, John. **Negros da Terra.** Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. SP: Cia. das Letras, 1994.

_____. Os Guaranis e a história do Brasil meridional, sec. XVI-XVII. In: **História dos índios no Brasil.** Org. CUNHA, Manuela Carneiro da. SP: Cia das Letras, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Nayf, 2003.

GUAJAJARA, Sônia. **O agro não é pop**. O constante processo de dizimação indígena. In. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582188-cosmologias-indigenas-e-tema-da-ihu-on-line-desta-semana>

KOPENAWA, Davi. **Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra**" publicado originalmente no livro Povos Indígenas no Brasil 2006-2010 (ISA).

KRENAK, Ailton. **O Amanhã não está à venda**. Companhia das Letras; 1ª edição, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **“No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”**. In. <http://pib.socioambiental.org/> agosto de 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História Moderna

♣ Semestre: 05

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: O conceito de Modernidade e sua problemática de periodização. O conceito histórico de Renascimento e seus debates. A formação das monarquias centralizadoras do Ocidente Europeu. A Europa no sistema Atlântico. Reformas religiosas e movimentos iluministas. O debate sobre a formação do Capitalismo e os movimentos políticos preparatórios dos estados-nação contemporâneos na Europa. História Moderna e Ensino de História.

OBJETIVO GERAL: analisar a Idade Moderna enquanto conceito histórico em seus principais aspectos políticos, econômicos, religiosos e culturais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: debater as transformações históricas no período que compreende o final do período medieval e o início da era capitalista no ocidente europeu; analisar os fatores preparatórios do advento do capitalismo, das transformações no conhecimento humano, do surgimento do Estado Moderno e da expansão ultramarina europeia no continente europeu, africano e americano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BERUTTI, Flávio et al. **História moderna através de textos**. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTHIAGO, Theo (org). **Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica**. São Paulo: Contexto, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELUMEAU, Jean. **A história do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHAUNU, Pierre. **A Europa no século das Luzes**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

HILL, Christopher. **O século das revoluções (1603-1714)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

SKINNER, Quentin. **As fundações políticas do pensamento moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História da América Colonial

♣ Semestre: 05

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: As sociedades coloniais formadas no continente americano. As diversas Américas: formações, culturas e espaços. A “Conquista” e sua problematização: processos e versões. A agência indígena na dinâmica colonial. Relações de dominação e resistência na constituição das sociedades coloniais americanas. Uso e problematização de ferramentas digitais na História da América Colonial. A América Colonial no Ensino de História.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver habilidades de comunicação oral e escrita, produção textual, generalização de conceitos e manuseio de instrumentos de investigação e ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender a formação das sociedades coloniais americanas a partir da interação desigual entre estruturas e sujeitos ameríndios, europeus e africanos; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da América Colonial; problematizar a História da América Contemporânea no Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. A América Latina Colonial, volume II**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WASSERMAN, Cláudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BERNARD, Carmen & GRUZINSKI, Serge. **Histórias do Novo Mundo – as mestiçagens**. Vol. 2. São Paulo: EDUSP, 2006.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

KARNAL, Leandro et all. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Jaime. **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial**. São Paulo: Perspectiva, 2007

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História do Brasil Colônia

♣ Semestre: 05

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Colonização portuguesa no Brasil. A administração colonial portuguesa. Índigenas e bandeirantes; A União Ibérica e o reordenamento do mundo colonial. Protagonismos dos povos originários e africanos. O santo ofício no Brasil colonial. A economia colonial. Escravidão africana. A mineração e a expansão territorial. Fronteiras da América Portuguesa. Revoltas coloniais. A crise do antigo sistema colonial. Ensino de História e suas problematizações em História do Brasil Colônia.

OBJETIVO GERAL: Estudar e compreender a história político-econômico-social do período colonial no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: problematizar a historiografia e as diferentes formas de abordagem da experiência histórica do Brasil Colonial. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O Trato dos Viventes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOXER, Charles. **O Império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

MONTEIRO, John. **Negros da Terra**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares** : histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História da África II

♣ Semestre: 05

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA

História Geral da África no período compreendido entre os séculos XVI a XX; historiografia africana; Fontes históricas: oralidades, mitos e tradições africanas; Diáspora africana e tráfico de escravizados; colonização e descolonização; teorias Raciais e etnocentrismo; retorno de escravos brasileiros à África.

OBJETIVO GERAL: Apresentar um panorama da historiografia. Problematizar as teorias raciais. Estudar e compreender a história do continente africano entre os séculos XVI a XX. Refletir e fomentar a refl

3exão sobre as fontes históricas africanas. Estudar o tráfico atlântico, a escravização no Brasil e o surgimento das comunidades quilombolas brasileiras e de Agudás.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender e analisar a história do continente africano, sua colonização e descolonização; estudar o tráfico de escravos, a escravização no Brasil e o surgimento das comunidades quilombolas brasileiras e dos Agudás. Problematizar as teorias raciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KI-ZERBO, J. **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África.** São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico.** Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2015.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **História Geral da África V. África do século XVI ao XVIII.** São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora Negra no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

KABENGELE, Munanga. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo: Global, 2009.

LEIRIS, Michael. **A África fantasma.** São Paulo: Cosac e Naify, 2007.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da diáspora africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Ed. Revan, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Estágio Supervisionado I

♣ Semestre: 05

♣ Carga horária total: 135h

♣ Carga horária teórica: 60h

♣ Carga horária prática: 75h

EMENTA

Experiências de observação, acompanhamento e estágio de docência em espaços não-escolares, incluindo as instituições culturais e organizações da sociedade civil. Investigação, planejamento e realização de ações educativas junto aos diferentes grupos sociais contemplando aspectos da cultura, memória, patrimônio, sociedade, história local e regional, territórios e fronteira. Estratégias de ensino de história que consideram os diferentes ambientes de aprendizagem e de formação do homem como sujeito da história.

OBJETIVO GERAL: Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas; bem como elaborar propostas de ensino de História em espaços educativos não-escolares que desenvolvam a postura investigadora diante dos fatos educativos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Fomentar a reflexão da realidade do ensino de história e a elaboração de um referencial teórico próprio para o ensino de História. Experienciar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FERNANDES, Lindamir Zeglin. **A reconstrução de aulas de História na perspectiva da Educação Histórica: da aula oficina à unidade temática investigativa.** Disponível on-line:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/158-4.pdf>

SIMAN, Lana. **Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história.** Caderno CEDES. Vol. 25, n. 67, pp. 348-364, set-dez 2005. Disponível <http://www.cedes.unicamp.br>

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Ed Scipione, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BARCA, Isabel & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.) **Aprender História: Perspectivas da educação histórica.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 21-51.

CAINELLI, Marlene & TUMA, Magda. História e memória na construção do pensamento histórico: uma investigação em Educação Histórica. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, no 34, pp. 211-222, jun. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/artigos.html>

FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: **Ensino de História no Cone sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras.** Porto Alegre: Evangrad, 2012.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão de Rezende (org). **Jorn Rusen e o ensino de História.** Curitiba: UFPR: 2010. P. 79-91.

SEGANFREDO, Andréia; RIBEIRO, Gabriela de O., JUNIOR, Helio T. M.. Entre a casa e o monumento: percepções sobre patrimônio e consciência histórica. In: SILVA, Cristiani Bereta da; et. al (orgs.). **Experiências de ensino de história no estágio supervisionado.** Florianópolis: Editora UDESC, 2011. pp. 171-190.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História Contemporânea I

♣ Semestre: 06

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Principais processos históricos conformadores da época contemporânea entre o final do século XVIII e início do século XX. A Revolução Francesa. A Revolução Industrial e a afirmação do capitalismo. Os movimentos sociais, as ideias políticas e os processos revolucionários na Europa oitocentista. O imperialismo e o neocolonialismo. Problematização do ensino de História Contemporânea na Educação Básica.

OBJETIVO GERAL: Compreender os processos sociais, econômicos e políticos que conformaram a dinâmica histórica contemporânea, tendo como eixo a afirmação do sistema mundial capitalista no século XIX.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos contemporâneos; problematizar o ensino de História Contemporânea na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **As origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa (1789-1799)**. São Paulo: UNESP, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História da América Independente

♣ Semestre: 06

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: As sociedades americanas independentes a partir do século XIX. Processos de independência: projetos de autonomia e participação popular. Formação e estruturação dos Estados nacionais americanos: disputas e contradições. Relações de dominação e resistência nas Américas pós-independência. Nação, identidades e política nas Américas pós-independência. Uso e problematização de ferramentas digitais na História da América Independente. A América Independente no Ensino de História.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver habilidades de comunicação oral e escrita, produção textual, generalização de conceitos e manuseio de instrumentos de investigação e ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender os processos de independência nas Américas e a formação e estruturação dos estados nacionais americanos a partir de continuidades e rupturas com as sociedades coloniais; construir uma visão geral e crítica acerca desses processos históricos da América Independente; problematizar a História da América Independente no Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. Da Independência a 1870, volume III**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. De 1870 a 1930, volume IV**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

WASSERMAN, Cláudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. De 1870 a 1930, volume V**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

KARNAL, Leandro et all. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Jaime. **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2007.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. São Paulo: Cosac Naify, 2011

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História do Brasil Império

♣ Semestre: 06

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Independência e formação do Estado Nacional brasileiro. O período Regencial. Fronteiras e a consolidação do Estado Imperial. Revoltas no período da Regência. A Guerra dos Farrapos. As Elites e a política no Império. O Tráfico de escravizados. Experiências de cativeiro e liberdade. Protagonismos populares. A Guerra do Paraguai; Movimentos abolicionistas e Abolição. Imigração. A crise monárquica e a proclamação da República. Ensino de História e suas problematizações na História do Brasil Império.

OBJETIVO GERAL: Estudar e compreender a história político-econômico-social do período imperial no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: problematizar a historiografia e as diferentes formas de abordagem da experiência histórica do Brasil Imperial. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**. 1831-1870. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. A história do levante dos malês 1835. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras,. 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**. 1870-1889. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História

- ♣ Semestre: 06
- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Principais etapas do desenvolvimento de investigação científica em História. A história-problema e a definição do objeto de pesquisa. O historiador e suas ferramentas. As fontes e os acervos documentais. Metodologias e técnicas de pesquisa.

OBJETIVO GERAL: Identificar e executar as etapas fundamentais do desenvolvimento da investigação científica em História.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Dominar os diferentes instrumentos práticos e teóricos e tipos de produção próprios à atividade do historiador; compreender a natureza e especificidade dos diferentes tipos de fontes e metodologias na produção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro & PEREZ-BRIGNOLI, Hector. **Os métodos da História.** Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: História do Mundo Árabe e Islã
- ♣ Semestre: 06
- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: A península arábica antes do Islã; O surgimento e os fundamentos do Islã; Expansão, islamização e arabização; do Atlântico ao Indo: O “mundo árabe”; A cultura árabe e a religião islâmica no Ocidente; Al Andalus, a Europa Ocidental árabe-islâmica; A influência e o legado da filosofia, arte e cultura árabe-islâmica; conflito entre “mundos”? (Oriente e Ocidente?). Contestação dos estereótipos de radicalismo, terrorismo e barbárie; produção de material didático, com base em fontes provindas dos meios de comunicação, visando sua utilização para um ensino crítico de desconstrução de preconceitos reproduzidos sobre o Islã e árabes.

OBJETIVO GERAL: Ao final do componente o discente será capaz de uma abordagem crítica sobre a contribuição da cultura árabe para a humanidade, bem como a influência do Islã, ponderado desde suas origens, constituição e transformações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Possibilitar debates e reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre a História e Cultura árabe e sobre o islamismo. Apresentar fundamentos para a percepção da complexidade e variedade política, religiosa e cultural do “mundo árabe” através da História, rompendo a visão monobloco, simplista e generalista fomentada nas mídias ocidentais. Ao final do componente o discente será capaz de produzir aulas e materiais didáticos que possibilitem uma melhor compreensão e aceitação da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. **História Geral da África: África do século VII ao XI.** História Geral da África, Vol. III. Brasília: UNESCO, 2010.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALLEN, Mark. **Árabes.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

BISSIO, Beatriz, **O mundo falava árabe: A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LEWIS, Bernard. **Os árabes na História.** Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

LYONS, Jonathan. **A Casa da Sabedoria: Como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental.** São Paulo: Zahar, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Componente Curricular Complementar em História

♣ Semestre: 07

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Abordagens teóricas e práticas a respeito dos métodos e fontes relacionados à produção do conhecimento histórico.

OBJETIVO GERAL: Analisar criticamente a produção do conhecimento histórico e suas características. Buscar trabalhar aspectos específicos a respeito do conhecimento histórico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Construir visão crítica e estimular outros olhares sobre a produção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos – 1914-1989**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1990.

PRADO, Caio Júnior. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História da América Contemporânea

♣ Semestre: 07

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: As sociedades americanas contemporâneas no século XX. Processos revolucionários e movimentos sociais na América Latina. “Modernização” das sociedades latino-americanas e inserção no sistema capitalista mundial: problematização e contradições. Ditaduras de segurança nacional na América Latina. Uso e problematização de ferramentas digitais na História da América Contemporânea. A América Contemporânea no Ensino de História.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver habilidades de comunicação oral e escrita, produção textual, generalização de conceitos e manuseio de instrumentos de investigação e ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender os processos de “modernização” no seio das sociedades latino-americanas contemporâneas e suas interrelações dentro do contexto do sistema mundial capitalista; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da América Contemporânea; problematizar a História da América Contemporânea no Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. De 1870 a 1930. Volume V**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. América Latina após 1930: Estado e política, volume VII**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

WASSERMAN, Cláudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. De 1870 a 1930. Volume IV**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina. América Latina após 1930: economia e sociedade. Volume VI**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Jaime. **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2007.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História do Brasil República

♣ Semestre: 07

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Constituição da República brasileira. Estado Nação. Escravidão e Capitalismo. Imigração e Industrialização. Movimento operário. Modernização conservadora e crise do liberalismo oligárquico. Heranças da República Velha na República Nova. Estado e Sociedade 1930 a 1945. Autoritarismo, Populismo, Desenvolvimentismo e Movimentos Sociais e Culturais republicanos. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino.

OBJETIVO GERAL: Estimular a visão crítica sobre a História do Brasil, promovendo a reflexão e o debate sobre a formação da ordem republicana brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Problematizar a historiografia e as diferentes formas de abordagem da experiência histórica do Brasil República. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs). **O Brasil Republicano**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na primeira república**. São Paulo: Jorge Zahar, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870- 1930). 87. **Revista USP - Dossiê Liberalismo**. São Paulo, Editora da USP, 1993.

FERREIRA, Jorge. O Nome e a coisa: O populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PAMPLONA, Marco Antonio Villela. **Revoltas: repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I

♣ Semestre: 07

♣ Carga horária total: 150h

♣ Carga horária teórica: 150h

EMENTA: Organização da pesquisa científica. Construção de projetos de pesquisa. Orientação aos projetos de pesquisa. Discussão coletiva dos projetos de pesquisa.

OBJETIVO GERAL: promover a elaboração de projetos de pesquisa em temáticas relacionadas à História e/ou o seu ensino. Incentivar a construção de competências e habilidades próprias da pesquisa em história na formação do professor/pesquisador.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: desenvolver as diferentes etapas de formulação de um projeto de pesquisa científica em História, tais como delimitação do problema, escolha e definição de fontes, revisão bibliográfica e organização do cronograma. Desenvolver os requisitos formais da linguagem de um projeto de pesquisa. Estabelecer planos de trabalho entre o discente e seu orientador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 2009.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et all. **A pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

COUTINHO, Maroa Tereza e CUNHA, Suzana Ezequiel. **Os caminhos da pesquisa em Ciências Humanas.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa – Método qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Bookman Companhia, 2010.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A. (orgs.). **A Crítica e o desenvolvimento do Conhecimento.** São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1979.

POPPER, Karl Raimund. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Estágio Supervisionado II

♣ Semestre: 07

♣ Carga horária total: 150h

♣ Carga horária teórica: 60h

♣ Carga horária prática: 90h

EMENTA

Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e estágio de docência na disciplina de História em classes do ensino fundamental, Estudos e leituras sobre o ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas. Durante as atividades e conhecimentos trabalhados serão analisadas a capacidade de transposição dos aportes teórico-práticos adquiridos ao longo do curso, bem como a competência nas situações do cotidiano de sala de aula no que diz respeito: ao planejamento, execução, problematização, análise sobre o vivenciado e observado, a postura investigativa dos processos educativos, a reflexão sobre as demandas da realidade social e em específico, da área do ensino de História da escola-campo e na elaboração de um referencial teórico próprio sobre o ensino de História em territórios de fronteira.

OBJETIVO GERAL: Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas, bem como elaborar propostas e planos de ensino a fim de desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos que possibilitem o exercício de escrita sistemática e a reflexão sobre a realidade do ensino de história.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Problematizar, planejar, executar e relatar as ações em sala de aula; analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas; elaborar propostas e planos de ensino; desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos; exercer reflexão escrita sistemática; refletir sobre a realidade do ensino de História; Elaborar um referencial teórico próprio para o ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (org.). **Ensino de história:** desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST, 2010.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História.** São Paulo, Editora Scipione, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da - **Documentos de Identidade** – Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2002.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & ensino de história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINSK, Jaime - **O Ensino de História e a Criação do Fato** – 4 ed. São Paulo, Editora Contexto, 2007.

KARNAL, Leandro - **História em sala de aula** – 5 ed. São Paulo, Editora Contexto, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História Contemporânea II

♣ Semestre: 08

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Processos históricos característicos do século XX. A Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa e a emergência da União Soviética. O “entre-guerras”: falência do Estado liberal e ascensão dos regimes totalitários. A Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra: Guerra Fria, mundo bipolar e descolonização. A crise do mundo soviético, a ascensão do neoliberalismo e a globalização. O Século XXI: a emergência de novos atores globais e multipolarização. Problematização do ensino de História Contemporânea na Educação Básica.

OBJETIVO GERAL: Compreender os processos sociais, econômicos, políticos e culturais que configuraram a dinâmica histórica contemporânea.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar os debates a respeito das tensões no sistema mundial capitalista no século XX e começo do século XXI. Desenvolver uma visão geral e crítica acerca de processos históricos contemporâneos; problematizar o ensino de História Contemporânea na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – 1914-1989**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). **O século XX**. O tempo das crises. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). **O século XX**. O tempo das dúvidas. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERRO, Marc. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARQUES, Adhemar Martins & BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo. **História contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 1991.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do século XX**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino

♣ Semestre: 08

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Estudo histórico e historiográfico do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino. As experiências históricas e protagonismos dos povos indígenas e do povo negro. As relações do sul da América portuguesa com a região platina de ocupação espanhola e a formação da fronteira. O processo de integração à colônia portuguesa e ao mercado. Os processos de imigração. A formação política, econômica e sócio-cultural nos séculos XIX e XX. Problematização do Ensino de História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino na educação Básica.

OBJETIVO GERAL: Compreender o processo de ocupação e formação do Rio Grande do Sul dentro do processo mais amplo de constituição do espaço platino nas fronteiras dos impérios coloniais ibéricos, problematizando as narrativas da produção do conhecimento histórico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos pertinentes à formação social riograndense. Compreender e problematizar a produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul e do Espaço Platino. Problematizar o ensino de História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

OLIVEN, Rubem George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 2006.

PIMENTA, João P. G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828).** São Paulo: HUCITEC, 2006.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial.** São Paulo: HUCITEC, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.** O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838 – 1857.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais:** subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. P. 145-177.

OLIVEIRA, Vinícius de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na Guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). **RS negro:** cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. P.63-82.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: História do Brasil Contemporâneo

♣ Semestre: 08

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

♣ Carga horária prática: 15h

EMENTA: Nacionalismo e Desenvolvimentismo. Era Vargas. Era JK e políticas desenvolvimentistas no Brasil populista. Experiências democráticas nas sociedades de massa. Modelo Urbano industrial e metropolização. Populismo e crises democráticas. Movimentos sociais, arte e cultura popular das décadas de 1950 a 1970. Violência, liberdade e autoritarismo. Ditaduras Militares e resistência armada. Transformações políticas e sócio culturais de 1945 a 1964. Cidadania e Direitos Humanos na Constituição. Historiografia contemporânea da ditadura militar a democratização.

OBJETIVO GERAL: Estimular a visão crítica sobre a História do Brasil, promovendo a reflexão e o debate sobre a consolidação da ordem republicana brasileira, processos ditatoriais e Estado democrático de direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Promover a reflexão sobre a prática educativa na Educação Básica, no que tange aos temas e problemas estabelecidos pela historiografia discutida. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **A Invenção do Trabalho**. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virginia. **História do Brasil recente - 1964-1992**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J. (Org.). **As esquerdas no Brasil**. Vol.3 Revolução e democracia. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. **O Brasil republicano**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil - Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II

♣ semestre: 08

♣ Carga horária total: 150h

♣ Carga horária teórica: 150h

EMENTA: Organização e implementação da escrita da História. Execução dos projetos de pesquisa realizados no Trabalho de Conclusão de Curso I. Defesa pública de Trabalho de Conclusão de Curso.

OBJETIVO GERAL: Implementação projetos de pesquisa em temáticas relacionadas à História e/ou o seu ensino. Incentivar a construção de competências e habilidades próprias da pesquisa em história na formação do professor/pesquisador, bem como da apresentação oral de trabalhos acadêmicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apresentar o tema investigado como um Trabalho de Conclusão de Curso; Executar e finalizar o plano de trabalho estabelecido com o orientador, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso; Executar e finalizar o percurso metodológico frente à questão de pesquisa, sob orientação do docente orientador; identificar os tipos de abordagens metodológicas em pesquisas científicas; reconhecer cada etapa para o desenvolvimento de um trabalho científico; compreender os aspectos éticos, morais e jurídicos da propriedade intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et all. **A pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A. (orgs.). **A Crítica e o desenvolvimento do Conhecimento.** São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1979.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

POPPER, Karl Raimund. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SANTOS, Clovis Roberto. **Trabalho de Conclusão de Curso.** São Paulo: CENGAGE, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Estágio Supervisionado III

♣ Semestre: 08

♣ Carga horária total: 150h

♣ Carga horária teórica: 60h

♣ Carga horária prática: 90h

EMENTA: Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e regência na disciplina de História em classes do Ensino Médio. Ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas.

OBJETIVO GERAL: Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas, bem como elaborar propostas e planos de ensino e desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos que possibilitem o exercício de escrita sistemática e a reflexão sobre a realidade do ensino de história. Experimentar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Problematizar, planejar, executar e relatar as ações em sala de aula; analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas; elaborar propostas e planos de ensino; desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos; exercer reflexão escrita sistemática; refletir sobre a realidade do ensino de História; Elaborar um referencial teórico próprio para o ensino de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CABRINI, Conceição. **Ensino de História: revisão urgente.** São Paulo: Editora EDUC, 2009.

FONSECA, Selva Edilmar Guimarães. **Caminhos da História ensinada.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MIRANDA, Maria Irene. **Estágio Supervisionado e prática de ensino.** Brasília: Editora Junqueira e Marim, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MEINERZ, Carla Beatriz. **História viva: a história que cada aluno constrói.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. Papel do professor e função social do magistério: reflexões sobre a prática docente. In: **Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar** – GT de Ensino de História. Porto Alegre: EST, 2002.

PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

STEPHANOU, Maria. **Currículos de história: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar**. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2005.

SEFFNER, Fernando. **Teoria, metodologia e ensino de História**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

4 GESTÃO

4.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº. 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

Conforme o Parecer n.º 04-CONAES, de 17 de junho de 2010 e a Resolução n.º 01 de junho de 2010 em seu artigo primeiro, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e continua atualização do projeto pedagógico do curso. O mesmo documento ainda indica, em seu artigo terceiro, que o NDE deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso”.

Desta forma, o NDE do Curso de História – Licenciatura é, conforme portaria n.º 772 de 10 de julho de 2017, composto por 5 membros que atuam como servidores públicos em regime de dedicação exclusiva (DE), com 40h de trabalho semanal. Conforme se observa no quadro abaixo.

Tabela 10 - Membros do NDE

Docente Membros do NDE	Titulação	Regime de Trabalho/Classe
Rafael da Costa Campos (Presidente)	Doutor	40h-Dedicação Exclusiva
Débora Clasen de Paula	Doutora	40h-Dedicação Exclusiva
Renata Dal Sasso Freitas	Doutora	40h-Dedicação Exclusiva
Edison Bisso Cruxen	Doutor	40h-Dedicação Exclusiva
Gunter Tlajja Leipnitz	Doutor	40h-Dedicação Exclusiva

O NDE atua cotidianamente na implementação e consolidação do Curso, buscando maior qualificação nos processos de ensino e aprendizagem anunciados neste projeto. Além disso, é na esfera de atuação do NDE que o Projeto Pedagógico do curso é constantemente discutido, bem como as normativas e procedimentos adotados pelo curso. Entretanto, no Curso de História-Licenciatura, o NDE mantém um cotidiano diálogo com a Comissão de Curso. Isto implica em, por vezes, implementar reuniões conjuntas ou emitir convites para que os membros da Comissão de Curso participem dos encontros do NDE. Objetiva-se, com esta prática, formar um Curso que atue de forma orgânica e coletiva em suas decisões e procedimentos, visando uma prática democrática e transparente de gestão. Observa-se ainda que o NDE realize uma reunião ordinária mensal e que, quando necessário, se reúna extraordinariamente.

4.2 COORDENAÇÃO E COMISSÃO DO CURSO

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº. 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão cuja finalidade é viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discente e técnico.

Atualmente, o curso de História - Licenciatura tem como coordenador o Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam e seu substituto, Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz. O coordenador é graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O coordenador-substituto é graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A coordenação de curso (coordenador e seu substituto), por sua vez, é eleita pela comunidade acadêmica do Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com suas atribuições apresentadas no artigo 105 do Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Conforme condições instituídas pela Comissão de Curso, a coordenação de curso deve ministrar componentes curriculares no Curso e possuir formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no Curso.

O regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral (DE). O coordenador deve dedicar-se de forma excelente à gestão do Curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da Universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade às informações e pelo conhecimento e comprometimento com o Projeto Pedagógico do Curso.

O núcleo básico de decisões do Curso é a Comissão de Curso. É presidida pelo coordenador do curso, formada pelos docentes atuantes no Curso e representação dos discentes e dos servidores técnicos administrativos, ambos eleitos por seus pares, com mandatos de 1 (um) ano e de 2 (dois) anos, respectivamente. Seu funcionamento encontra, igualmente, regulamentação no regimento da UNIPAMPA. A Comissão reúne-se mensalmente (em reunião ordinária) para deliberações acerca do cotidiano acadêmico do Curso e extraordinariamente sempre que necessário.

4.3 Corpo docente

Relação do corpo docente

Prof. Dr. Edison Bisso Cruxen

Componentes Curriculares: História do Processo de Hominização; História da América Pré Colonial; História Medieval; História do Mundo Árabe e Islã.

Formação: Graduação em História UFRGS; Mestrado em História Área de Concentração Arqueologia PUCRS; Doutorado em História PUCRS.

Ensino Superior: 15 anos (Centro Universitário Metodista/IPA-POA; Faculdades Portoalegrenses/FAPA-POA; UNIPAMPA).

Prof. Dr. Jônatas Marques Caratti

Componentes Curriculares: Didática, Metodologia do Ensino de História, Psicologia da Aprendizagem, Políticas Públicas em Educação, Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II.

Formação: Licenciado em História (Unilasalle, 2007), Mestre em História Latino-Americana (Unisinos, 2010) e Doutor em História (UFRGS, 2017).

Experiências:

- Ensino Superior: Professor Substituto no curso de História da Universidade Federal do Pampa (2013-2014); Professor Efetivo do curso de História da Universidade Federal do Pampa (2015- atual)
- Educação Básica: Colégio Batista Albino Neitzke (2008-2009). Colégio Adventista Marechal Rondon (2010-2012).
- Educação a Distância: Tutor à distância do UNIAFRO-UFRGS (2014)
- Profissionais: Coordenador do PIBID-História (2018-2019). Coordenador PIBID Interdisciplinar História e Letras (2022-2024). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (2005-2007). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (2006); CEDOC da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (2006). Prefeitura de Porto Alegre/Estágio de Arqueologia Urbana DEP/DOP (2006).

Profª Drª Letícia de Faria Ferreira

Componentes Curriculares: História e Cultura Indígena; História das Narrativas Ameríndias; História da África II; Estágio Obrigatório II;

Formação: História e Antropologia.

- Experiências: Professora Adjunta da UFFS (2010-2014)
- Professora Associada II da Unipampa;
- Coordenadora do Grupo de Pesquisa Violência de Gênero e Estudos de Fronteira;

Prof. Dr. Vágner Silva da Cunha

Componentes Curriculares: Direitos Humanos; Sociologia e Antropologia

Formação: Ciências Sociais, Mestre em Política Social e Dr. em Política Social.

- Experiências:
 - Ensino Superior: 13 anos
 - Educação Básica: 17 anos e 5 cinco meses
 - Educação a Distância: 1 semestre
 - Profissionais: 10 anos de exercício da advocacia

Prof. Dr. Rafael da Costa Campos

Componentes Curriculares: História Antiga, História Moderna, História da África I, Estágio Supervisionado II e III.

Formação: Graduação em História (UFG), Mestrado em História (UFG), Doutorado em História (USP). Pós-Doutorado em História (USP).

- Experiências:
 - Ensino Superior: 15 anos
 - Educação Básica: 1 ano
 - Educação a Distância: 0 anos
 - Profissionais: 1 ano
 - Coordenação de PIBID: 2 anos
 - Coordenação de Residência Pedagógica: 2 anos

Profª Drª Renata Dal Sasso Freitas

Componentes Curriculares: Teorias da História I, Teorias da História II, Metodologia da Pesquisa Científica em História

Formação: Bacharel em História (UFRGS, 2004), Mestre em História (UFRGS, 2008), Doutora em História Social (UFRJ, 2012) com período de doutorado sanduíche na Universidade de Yale (2011), Pós-Doutorado (PPG em História, UFRGS, 2012-2015)

Experiências:

- Ensino Superior: Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (2014-2015); Professora Efetiva do curso de História da Universidade Federal do Pampa (2015-atual)
- Profissionais: Coordenadora do GT de Teoria da História vinculado à ANPUH-RS (2016-2018)

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

Componentes Curriculares: História do Brasil Colônia; História do Brasil Império; História do Rio Grande do Sul e do Espaço Platino; Estágio Supervisionado I, II e III.

Formação: Licenciatura em História pela UFPel; Mestrado em História pela Unisinos; Doutorado em História pela PUC-RS.

- Experiências:
 - Ensino Superior: Professor Substituto do curso de Museologia da UFPel (2007-2008); Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (2011-atual).
 - Coordenação do Grupo de Estudos Sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA) da UNIPAMPA (2019-atual); Coordenação do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH-RS (2022-atual); Coordenação do GT História do Crime, da Polícia e da Justiça Criminal da ANPUH-RS (2009-2011); Tutor do PET-História (2014-2015)

Prof. Dr. Guinter Tlajja Lejpnitz

Componentes Curriculares: História da América Colonial, História da América Independente, História da América Contemporânea, Estágio Supervisionado III.

Formação: Licenciatura em História, Bacharelado em História, Mestrado em História, Doutorado em História (UFRGS).

Experiências:

- Um ano de Ensino Fundamental (séries finais),
- 12 anos de Ensino Superior (Unipampa).

Profª Drª Débora Clasen de Paula

Componentes Curriculares: História do Brasil República, História do Brasil Contemporâneo, História Contemporânea I, História Contemporânea II, TCCII.

Formação: Licenciatura em História (UFPel), Especialização em História do Brasil (UFPel), Mestrado em História (UNISINOS), Doutorado em História (UFRGS).

Experiências:

- 2 anos Curso de Bacharelado em Turismo (UFPel),
- 10 anos de Ensino Superior (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Profª Drª Giane Vargas Escobar

Componentes Curriculares: Patrimônio e Museus; Educação para as Relações Étnico-Raciais; História e Ensino da Cultura Afro-Brasileira; Estágio Supervisionado III.

Formação: Licenciatura em Letras pela FIC (1988); Especialização em Museologia pela Unifra (2002); Mestrado em Patrimônio Cultural pela UFSM (2010), Doutorado em Comunicação pelo POSCOM/UFSM (2017), com estágio de Doutorado Sanduíche no Programa Doutoral em Estudos Culturais, pelas Universidades de Aveiro-Minho, em Portugal (2014).

Experiências:

- Ensino Superior: Professora Substituta do curso de Museologia da UFRGS (2015-2016);
- Professora Permanente da Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS/PPGMusPa (2021-atual);
- Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (2017-atual).
- Coordenadora do Grupo de Estudos AFRonteiiras Negras Unipampa e idealizadora de Atinúkê, Grupo de Estudos sobre o pensamento de mulheres negras (2016-atual);
- Coordenadora do PIBID História (2020-21).

4.4 Espaços de trabalho

O prédio do campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa possui área física de 5.626,53 m², com 16 salas de aula divididas pelos cinco cursos de graduação. O prédio também conta com um auditório com capacidade para cerca de 250 pessoas, uma sala coletiva de trabalho para os docentes de cada curso e uma sala coletiva para as coordenações de cursos. Além disso, o prédio do Campus Jaguarão possui outros espaços físicos, como: a biblioteca (com acervo catalogado até o momento em 29.167 exemplares); sala de reuniões com equipamento de videoconferência; sala de apoio pedagógico (NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional) que conta com Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagoga; secretaria acadêmica que concentra os serviços de registro acadêmico, encaminhamentos dos cursos de graduação e demais atividades relacionadas ao corpo discente; sala de coordenação acadêmica; salas administrativas; laboratório de informática; copa para servidores e funcionários terceirizados; salas para laboratórios de cursos.

Observa-se ainda que o prédio conta com rampa de acesso à entrada principal, bem como um elevador, visando acessibilidade de portadores de necessidades especiais a todos os andares.

4.5 Biblioteca

O funcionamento da Biblioteca do Campus Jaguarão ocorre de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h. E conta com os seguintes servidores: Edilson Calvete Blanco, Jennifer Blanco Vieira, Ruggéry da Silva Demarco (assistente em administração) e as bibliotecárias Cristiane Silva Teixeira e Tatiane Marques de Oliveira.

Abaixo segue informações de sua estrutura de funcionamento: 1. Área Total: 433,46 m². 2. Distribuição do Espaço Físico: Setor de processamento técnico/administração da biblioteca; setor de empréstimo/referência; acervo geral (periódicos, livros, monografias, dissertações e teses); 02 salas de estudo; 06 mesas para estudo; agora são 03 salas de estudos, mais duas cabines individuais; 03 computadores para acesso ao SIE e Portal da Capes. Acervo de 29.167 exemplares de livros, são 03 computadores para acesso ao *Pergamum* e Portal Capes.

4.6 Laboratórios

Visando desenvolver práticas acadêmicas articuladoras do ensino, da pesquisa e da extensão, torna-se necessário a instalação de espaços laboratoriais que possibilitem a formação de Licenciados(as) em História para além do espaço da sala de aula. Neste sentido, o Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA conta com um laboratório (sala 105) no andar térreo do prédio do campus Jaguarão, devidamente equipada, respeitando a natureza das atividades e das temáticas desenvolvidas em cada um dos espaços, bem como o perfil do público usuário dos espaços. Ainda, conta com outra sala (105) no prédio Acadêmico, que é utilizada para as reuniões dos projetos PIBID e Residência Pedagógica.

A sala do Laboratório do Curso de História, além do desenvolvimento da pesquisa e de ações extensionistas, a emergência de práticas pedagógicas relacionadas aos componentes curriculares ministradas no Curso. Portanto, antes de tudo, trata-se de espaços de ensino, na formação de professores e professoras de história. Além dos laboratórios que seguem descritos abaixo, os discentes do Curso de História - Licenciatura pode contar com os laboratórios de informática do campus, citados no item anterior. Trata-se de espaços de uso coletivo, composto por modernos computadores com acesso à internet e o atendimento de monitoria para eventuais auxílios necessários.

Laboratório de Pesquisa em Ensino de História (LAPEH) – o Laboratório de Pesquisa em Ensino de História orienta-se por uma visão de que prática educativa deva ser objeto permanente de reflexão, em todos os âmbitos, sendo assim complementada pela pesquisa que, por sua vez, não pode prescindir de sua divulgação e problematização para cumprir seu sentido. Assim, o LAPEH vem ao encontro das necessidades próprias à boa formação dos profissionais que serão graduados pelo Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA, sejam na qualidade de educadores ou pesquisadores. Ele dialoga com a prática educativa não apenas no âmbito tradicional da docência de História pensada no espaço formal da sala de aula, mas igualmente com as dimensões "não-formais", principalmente com a área da educação patrimonial. Tem como principais objetivos qualificar a formação de educadores e educadoras ligados ao ensino de História e promover pesquisas que investigam temáticas e objetos relacionados ao mesmo.

Laboratório de História Social e Política (LAHISP) – o Laboratório de História Social e Política pretende, formar e qualificar pesquisadores na área da História Social e Política, assim como promover pesquisas na mesma temática. Na UNIPAMPA, tal laboratório que contemple estes temas de pesquisa em História, possibilita, além de um diálogo com a produção acadêmica na área de pesquisa nacional e internacional, a viabilização de novos trabalhos que levem em conta a formação social e política da região. Tais contribuições, incorporadas em projetos de pesquisa e extensão, podem ser úteis para que a população reflita sobre o passado e presente da localidade, reconhecendo as continuidades, as permanências, assim como as mudanças, relativas ao mundo social e sua organização. Atualmente, o Grupo de Estudos Sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA), criado em 2019, está atrelado ao LAHISP, realizando diferentes projetos, como a Oficina Territórios Negros em Jaguarão, que realiza atividades juntos às escolas.

Laboratório de História do Mediterrâneo Antigo (LAHMEA) - Este laboratório tem o propósito de estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre as sociedades inscritas em uma definição ecológica e regional de Mediterrâneo Antigo. Esta concepção advém de uma nova leitura sobre a formação histórica das sociedades distribuídas neste território feitas por Holden e Purcell (2001), e se propõe a ressignificar a ideia de Mundo Antigo, desconstruindo uma leitura teleológica de tradição clássica eurocêntrica e que manteve academicamente marginalizadas sociedades fora do "eixo civilizatório" de gregos e romanos. Trata-se de pensar a respeito de relações integradoras e interconectadas entre sociedades às margens do Mar Mediterrâneo e suas fronteiras continentais internas.

Laboratório de Estudos do Mundo Árabe e Islã (LEMAI) – Este Laboratório objetiva possibilitar debates e reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre a História e Cultura árabe e sobre o islamismo; apresentando fundamentos para a percepção da complexidade e variedade política, religiosa e cultural do “mundo árabe” através da História, rompendo a visão monobloco, simplista e generalista fomentada nas mídias ocidentais. Objetiva-se ainda o estímulo a pesquisa, onde os integrantes do Laboratório serão incentivados e orientados a escolherem temas específicos para a produção de textos e artigos, prevendo a condução dessas experiências à construção de possíveis Trabalhos de Conclusão de Curso.

Laboratório de Pesquisas e Estudos em História Medieval (LAPEHME) - O Laboratório de Pesquisas e Estudos em História Medieval (LAPEHME), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), está constituído por discentes do Curso de História-Licenciatura e objetiva a produção de textos e atividades acadêmicas. O Laboratório promove, nas dependências do Campus Jaguarão: encontros mensais de Cine Debate; encontros bimestrais de Grupo de Leitura; Palestras mensais com professores convidados de outras universidades e Exposições semestrais, de textos e imagens. As atividades com as obras cinematográficas, historiográficas, apresentações e exposições estão abertas a participação de todo público interessado, mas suas temáticas estão relacionadas aos objetos de pesquisa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos discentes envolvidos. O LAPEHME desenvolve o Projeto de Pesquisa “Livrai-nos do Mal: Estudos sobre Demonologia, Bruxaria, Heresia e Paganismo nas Idades Media e Moderna”, do qual participam seus integrantes.

Laboratório de Estudos de Gênero - discute as diversas manifestações da violência política de gênero contra as mulheres, aprofundando temáticas e/ou perspectivas teóricas decoloniais. Aborda conceitos como cultura *queer*, poliamor, lugar de fala e tendências teóricas sobre feminismo, além de reflexões teóricas sobre o conceito de gênero; problematiza a bibliografia contemporânea referente ao pensamento feminista para compreender a diversidade social, étnica, cultural e histórica das autoras e obras objetivando as discussões acadêmicas e transdisciplinares sobre as relações de gênero.

TeoriLab - Laboratório de Teoria e História da Historiografia - constitui-se enquanto espaço de discussão de temáticas vinculadas à teoria da história e à história da historiografia, articulando-as com interesses do corpo discente e com reflexões a respeito da prática historiográfica a partir de suas próprias vivências. Dessa forma, trata-se de um ambiente para proporcionar a ampliação do repertório teórico dos discentes e contribuir para seus interesses de pesquisa enquanto pesquisadores e futuros docentes da área de história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>.

Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documento_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/quest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº. 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº. 80/2014**, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA;

_____. **Resolução CONSUNI nº. 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº. 240/2019**, a qual fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa;

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº. 246/2019**, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 –2023). Acesso em 13 fev. 2023.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 239**, de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 240**, de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: <[https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso no ensino de graduacao.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf)>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 294**, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

Resolução CONSUNI nº. 328, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf> Acesso em: 1º dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 329**, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329_2021-nova-norma-estagios.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº. 317**, de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE B – Regulamento de Estágios

APÊNDICE C – Aproveitamento do Estágio Curricular Supervisionado I, II e II no Programa Residência Pedagógica para o Curso de História-Licenciatura

APÊNDICE D - Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de História-Licenciatura

APÊNDICE E - Regulamento das atividades curriculares de extensão

APÊNDICE A - NORMATIVA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS JAGUARÃO

CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

NORMATIVA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II)

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de História – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de licenciado em História.

Art. 2º - O TCC, no Curso de História - Licenciatura, divide-se em dois componentes curriculares obrigatórios, intitulados Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), a serem realizados, respectivamente, na forma de projeto e monografia. Ambos serão desenvolvidos individualmente sob a orientação de um docente do curso de História e sobre temas de abrangência na área de História ou Ensino de História.

Art. 3º - Os objetivos gerais do TCC I e do TCC II são os de articular a pesquisa, extensão e o ensino e contribuir para a formação do (a) docente/pesquisador (a).

CAPÍTULO II DOS PRÉ-REQUISITOS RECOMENDADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE TCC I e TCC II

Art. 4º – Para matricular-se no componente curricular de TCC I e o TCC II, é obrigatório que o discente tenha integralizado os componentes curriculares obrigatórios ofertados até o sexto período do Curso.

§1º - A aprovação no componente curricular de TCC I constitui-se em pré-requisito para cursar o componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II).

§3º - O não cumprimento dos requisitos acima listados constitui em motivo para cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular.

CAPÍTULO III DO COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC I)

Art. 5º - O objetivo do componente curricular TCC I é a elaboração de um projeto de pesquisa relacionado à área da História e/ou seu ensino.

§1º - O componente curricular TCC I será ofertado com carga de setenta e cinco horas-aula. A distribuição da carga horária corresponde a encontros presenciais com o docente responsável pela disciplina (vinte horas-aula) e encontros presenciais com o docente orientador, paralelamente às atividades de pesquisa e redação discentes, contabilizando (cinquenta e cinco horas-aula).

§ 2º - A carga horária dedicada aos encontros presenciais com o docente responsável pela disciplina está assim distribuída: 1º encontro: apresentação do componente e plano de ensino pelo docente responsável; 2º e 3º encontro: preenchimento do termo de solicitação de orientação, elaboração de carta de intenção e devolução para o docente responsável pelo componente; 4º encontro: informe dos aceites de orientação decididos após reunião de comissão de curso; penúltimo encontro: entrega do projeto de pesquisa; último encontro: devolução dos projetos de pesquisa e resultados.

§3º - A escolha do professor orientador do TCC I ocorrerá a partir de uma lista tríplice de conjugação tema-professor (1ª opção, 2ª opção e 3ª opção). A Coordenação de TCC, junto à Comissão de Curso, definirá quais as orientações serão efetivadas. No Apêndice I, desta normativa, encontra-se o documento modelo intitulado “Termo de Compromisso e Solicitação de Orientação”. Tal documento deverá ser entregue ao Coordenador de curso ao final do semestre anterior a matrícula no TCC I. Estes termos serão encaminhados ao docente responsável pelo componente de TCC I no início do semestre corrente.

§ 4º - O documento “carta de intenção” corresponde à elaboração de uma síntese do projeto de pesquisa, delimitado em seu conteúdo aos seguintes aspectos: introdução, delimitação temática e justificativa, objetivos e metodologia/fontes, não devendo ultrapassar duas páginas.

§ 5º - Após o informe dos aceites de orientação aos discentes matriculados, a partir de então o docente orientador deve elaborar uma ficha de acompanhamento referente aos encontros presenciais de orientação, relatando a frequência e o desempenho do discente no que concerne às atividades de pesquisa.

Art. 6º - O discente deve elaborar seu Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com esta normativa e com as recomendações do seu docente orientador, apresentando-o juntamente com a distribuição programática adequada semestralmente pelo plano de ensino do docente responsável pelo componente.

§ único – A estrutura formal do Projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA.

Art. 7º - A estrutura básica do Projeto de Trabalho de Conclusão compõe-se de: I. Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa); II. Sumário; III. Objeto (tema, delimitação do tema, formulação do problema); IV. Justificativa; V. Objetivos: Gerais e Específicos; VI. Embasamento Teórico; VII. Metodologia (método de abordagem e procedimento); VIII. Estrutura da Monografia (Sumário Provisório); IX. Cronograma de Atividades; X. Referências.

Art. 8º - A avaliação do TCC I será realizada pelo docente orientador, que corresponde ao preenchimento de duas fichas avaliativas objetivas: 1) avaliação do projeto e; 2) avaliação de acompanhamento do discente.

§ 1.º - A nota final do componente curricular TCC I é composta pela média simples da divisão entre as duas fichas avaliativas, correspondente a um total de dez pontos.

§ 2º - Os critérios de avaliação estão indicados nas fichas padrão apresentadas no apêndice II desta normativa.

§ único – Caso haja questionamento da nota final do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso por parte do discente, um parecer deverá ser elaborado pelo docente e posteriormente apresentado à comissão de curso em reunião para apreciação.

CAPÍTULO IV DO COMPONENTE CURRICULAR TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II)

Art. 9º - O componente curricular TCC II é aquele em que o discente desenvolve, com orientação específica, o trabalho monográfico propriamente dito. Tem carga horária de noventa horas-aula em que o discente recebe orientações semanais, devidamente registradas, dá continuidade à pesquisa (campo, bibliográfica, documental, etc.), à análise de fontes e às leituras, e elabora sua monografia, cujo resultado deverá ser aprovado por uma banca pública.

Art. 10º - O Trabalho de Conclusão de Curso, também classificado como Monografia, deve ser elaborado considerando-se: I – sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA. II – seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 5.º desta normativa e a vinculação direta do seu tema com a área da História e/ou seu ensino.

Art. 11º – Para a matrícula no componente curricular TCC II, o discente deverá ter obtido aprovação no componente curricular TCC I.

Art. 12º – No TCC II o discente segue sob a orientação do docente que o orientou no TCC I, salvo haja manifestação expressa formalizada do discente orientado ou do docente orientador à coordenação de curso manifestando-se contrário a essa permanência, imediatamente durante o início do semestre letivo.

Art. 13º – O discente deverá entregar a primeira versão completa do Trabalho de Conclusão de Curso ao professor orientador em no máximo seis semanas antes do prazo fixado no calendário acadêmico da UNIPAMPA para o término do respectivo semestre. Contudo, antes deste prazo cabe ao orientador solicitar sempre que julgar necessário que o discente entregue o até então produzido em TCC II.

§ 1º – O professor orientador terá o prazo de uma semana, a partir do recebimento da mesma, para avaliar a primeira versão completa do Trabalho de Conclusão de Curso e fazer observações e sugestões pertinentes ao conteúdo e forma para serem incluídas na segunda versão.

§ 2º – O discente deverá entregar ao orientador de TCC II a versão digital (formato PDF) em até uma semana após a devolução da primeira versão final corrigida para serem organizadas as agendas de defesas. A entrega deverá ser acompanhada de uma carta do orientador com a expressão “apto para a defesa”, juntamente com o documento de marcação/agendamento de bancas apresentado no apêndice IV desta normativa.

§ 3º – O prazo de entrega do texto revisado (em sua versão final) deverá ser fixado pelo docente responsável pelo componente TCC II, visando à organização do calendário de defesas, desde que a banca examinadora receba o trabalho com no mínimo dez dias de antecedência da data prevista para a defesa pública.

§ 4º - As defesas de TCC deverão ser agendadas pelo docente responsável pelo TCC II e poderão ocorrer a partir de quinze dias contados do encerramento do prazo para a entrega da segunda versão completa do trabalho de conclusão de curso.

Art. 14º - A estrutura da TCC II em formato de Monografia compõe-se de: I. Capa; II. Folha de rosto; III. Ficha Catalográfica no padrão exigido pelo sistema de bibliotecas da universidade; IV. Termo ou folha de aprovação; V. Dedicatórias (opcional); VI. Agradecimentos; VII. Resumo seguido de três palavras-chave (apresentar, igualmente, o resumo e as palavras-chave traduzidos para língua estrangeira – inglesa, francesa ou espanhola); VIII. Epígrafe (opcional); IX. Lista de ilustrações (quando for o caso); X. Lista de tabelas (quando for o caso); XI. Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso); XII. Lista de símbolos (quando for o caso); XIII. Sumário; XIV. Introdução; XV. Desenvolvimento do trabalho (capítulos); XVI. Conclusão; XVII. Referências; XVIII. Glossário (quando for o caso); XIX. Apêndices (quando for o caso); XX. Anexos (quando for o caso);

§ 1º – O TCC II deve possuir no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas de texto (contando somente os itens XIII, XIV e XV, conforme o estabelecido no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA).

§ 2º – O Trabalho de Conclusão de Curso que extrapolar o limite máximo estabelecido no parágrafo anterior, para a apresentação, deve ter a devida justificativa encaminhada e aprovada pelo orientador que, por sua vez, encaminhará para deliberação com o docente responsável pelo componente TCC II. Este, em última instância, aprova ou não o ato de ultrapassar o limite máximo de páginas estabelecidas, cuja formalidade deverá ser encaminhada para análise da coordenação de curso em reunião.

§ 3º – O exposto acima também deverá ser observado para o caso de trabalhos que não contemplem o número mínimo de páginas estabelecidas no parágrafo primeiro.

CAPÍTULO V DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II E SUA BANCA EXAMINADORA

Art. 15º – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do discente do componente curricular (nota final) de Trabalho de Conclusão de Curso II será constituído pela média ponderada das avaliações feitas por cada um dos membros da banca examinadora.

§ 1º – A nota final do TCC II é o resultado da média aritmética das notas dos três avaliadores (orientador e os professores convidados).

§ 2º - A nota atribuída pelo trabalho escrito, monografia, tem peso 7,0 (sete), ao passo que a nota da apresentação oral tem peso 3,0 (três). No apêndice III desta normativa encontram-se as planilhas padrão contendo os critérios de avaliativos do texto e da apresentação oral.

Art. 16º – As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso deverão ser obrigatoriamente públicas.

§ único – Os membros das bancas examinadoras estão proibidos de tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Art. 17º – Mediante diálogo com os respectivos orientadores de TCC II, cabe ao Docente responsável pelo componente TCC II indicar as bancas examinadoras.

§ 1º – Será de responsabilidade do docente responsável pelo componente TCC II apresentar as bancas indicadas à Comissão do Curso que, em última instância, aprovará ou não as indicações.

§ 2º – O docente responsável pelo componente TCC II será o responsável pela coordenação dos trâmites, como a elaboração de calendários de bancas, a reserva de espaços e equipamentos necessários para a defesa.

§ 3º – É o docente responsável pelo componente TCC II quem emite as cartas convite para os membros das bancas externos ao curso e/ou à instituição, assim como os respectivos atestados de participação. Ambos os documentos deverão ser assinados por este e pela Coordenação de Curso.

Art. 18º – Ao término da data limite para entrega do Trabalho de Conclusão de Curso, o docente responsável pelo componente TCC II deverá divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local, as datas e as salas destinadas à realização das defesas.

§ 1º – Quando o texto final não for entregue no prazo estabelecido, caberá ao docente responsável pelo componente TCC II analisar a relevância ou não do motivo apresentado pelo discente.

§ 2º – Comprovada a existência de justo motivo pelo docente responsável pelo componente TCC II, e com o consentimento do professor orientador, poderá ser estabelecida outra data específica para a defesa, desde que respeitando o calendário acadêmico vigente, ou seja: ainda dentro do semestre letivo.

§ 3º – Caso o docente orientador avalie que o texto final não possui condições de ser apresentado à banca examinadora, este pode comunicar o docente responsável pelo componente curricular, que levará o caso à comissão de curso para apreciação em tempo hábil.

Parágrafo único - diante da justificativa apresentada pelo docente orientador a respeito da impossibilidade de apresentação do texto à comissão de curso, esta poderá deliberar pela reprovação do discente no componente curricular. O discente será notificado da decisão e terá 48 horas para apresentar recurso, a ser novamente apreciado pela comissão de curso.

Art. 19º – Na defesa, o discente terá até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco) a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada componente da banca examinadora terá até 20 (vinte) minutos para fazer a sua arguição, dispondo ainda o discente de 15 (quinze) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 20º – A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição apresentada pela banca examinadora.

§ 1º – Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais (apêndice III deste documento de normatização), onde cada examinador registra suas notas para cada item a ser considerado;

§ 2º – A nota final do discente é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora;

§ 3º – Será considerado aprovado, no Trabalho de Conclusão de Curso, o discente que atingir nota final igual ou superior a 6,0 (seis);

§ 4º – Para os discentes que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá atividade de recuperação. Isto é: o discente que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) será reprovado em TCC II e deverá cursar novamente o componente curricular.

Art. 21º – A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao discente que reformule aspectos de seu Trabalho.

Parágrafo único – O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 05 (cinco) dias corridos após a realização da banca.

Art. 22º – O discente que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Art. 23º – Em caso de reprovação, o discente poderá recorrer à Comissão do Curso de História – Licenciatura, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de divulgação do resultado.

§ 1º – Caso o recurso de discente seja aceito pela Comissão do Curso de História-Licenciatura, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por três professores distintos dos componentes da banca examinadora e preferencialmente da área de concentração do trabalho.

§ 2º – A Comissão revisora terá 3 (três) dias para apresentar julgamento da revisão da nota.

§ 3º - Se reprovado, fica a critério do discente continuar ou não, quando cursar novamente o componente de TCC II, com o mesmo tema do TCC I e com o mesmo orientador.

§ 4º - Optando por mudança de tema, o discente deve reiniciar o processo de elaboração do projeto, ficando previsto o prazo limite de até 15 (quinze) dias, a contar desde o primeiro dia letivo do semestre, para apresentar um novo projeto de trabalho de conclusão de curso, nos moldes vigentes do componente TCC I, ao docente responsável pelo componente TCC II. A mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos: I - Ocorrer mudança em um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo; II - Haver a aprovação do docente responsável pelo componente TCC II; III - Haver a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

§5º - Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

Art. 24º – Ao discente cujo Trabalho de Conclusão Curso tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo, ou de novo trabalho, independentemente da alegação, no semestre da reprovação.

Art. 25º – A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata, conforme modelo padrão apresentado no anexo V desta normativa.

§ 1º – Podem fazer parte da banca examinadora, além do orientador, outros docentes lotados na UNIPAMPA, docentes de outras IES, ou profissionais não docentes, desde que estes últimos tenham correlação com o referido tema proposto na monografia;

§ 2º – Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento, à exceção do próprio orientador.

Art. 26º – A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes.

§ 1º – Não comparecendo dois dos professores designados para a banca examinadora, suspende-se a avaliação final do trabalho de conclusão de curso, de modo que o orientador e o Docente responsável pelo componente TCC II deverão organizar nova banca de avaliação a ser realizada em no máximo dois dias úteis.

§ 2º – Para o caso apontado no parágrafo anterior, o Docente responsável pelo componente TCC II deverá chamar o suplente e comunicar o fato por escrito à Coordenação de Curso.

Art. 27º – Todos os professores do Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA podem ser convocados para serem orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso, bem como para participar das bancas examinadoras.

§ único – Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se, quando viável, a designação de qualquer docente para um número superior a 06 (seis) bancas examinadoras por semestre.

APÊNDICE B - REGULAMENTO DE ESTÁGIOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA
NORMATIVA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2023

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Os estágios curriculares no curso de História-Licenciatura caracterizam-se por oportunizar aos discentes diálogos mais concretos entre a teoria e a prática docente. Conforme a legislação vigente para cursos de licenciatura, os estágios devem ser realizados em instituições de ensino, ou seja, a escola, preferencialmente pública. As escolas em que forem realizados os estágios devem ser conveniadas. Estas instituições de ensino Fundamental, Médio e EJA, receberão os estagiários por meio da regência programada com o docente, baseada em projeto específico elaborado para o respectivo estágio.

Art. 2º – Esta normativa que regulamenta os componentes curriculares referentes aos estágios baseia-se na seguinte legislação:

- Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019-2023;
- Resolução n.º 329 de 4 de novembro de 2021 que aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa.

- Resolução n.º 29 de 28 de abril de 2011 que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;
- Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre os estágios de estudantes;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- Parecer CNE/CES n.º 492, de 03 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
- Parecer CNE/CES n.º 503/98, aprovado em 3 de agosto de 1998, solicita esclarecimentos da Lei 9.394/96 no que se refere às normas para realização dos estágios supervisionados dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior;
- Parecer CNE/CES n.º 232/2002, aprovado em 6 de agosto de 2002 Consulta sobre o art. 65 da LDB 9.394/96 e Parecer CES/CNE 744/97, que tratam da prática de ensino nos cursos de licenciatura.
- Parecer CNE/CEB n.º 35/2003, aprovado em 5 de novembro de 2003, aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio.
- Resolução CNE/CEB n.º 1, de 21 de janeiro de 2004 Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CEB n.º 34/2004, aprovado em 10 de novembro de 2004 Consultas sobre estágio supervisionado de alunos da Educação Profissional, do Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação Especial, e de Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CES n.º 197, de 7 de julho de 2004 Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

- Parecer CNE/CES n.º 228, de 4 de agosto de 2004 Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.
- Resolução CNE/CEB n.º 2, de 4 de abril de 2005 Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB n.º 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.
- Parecer CNE/CES n.º 15, de 2 de fevereiro de 2005 Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP n.º 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º– Objetivo geral: os estágios supervisionados objetivam a inserção dos discentes nos diversos contextos de ensino, no sentido de compreenderem, de forma ampla, os espaços educativos que contribuem e influenciam a formação docente, considerando-se o crescimento das atuais demandas no que tange ao ensino de História, bem como ao seu papel político e social nos diferentes espaços de atuação profissional.

Art. 4º – Objetivos específicos:

§ 1º – oportunizar estágio em espaços formais e não formais de ensino, a fim de propiciar práticas docentes e a experiência da rotina do trabalho escolar;

§ 2º – distinguir o estágio das demais situações de aprendizagem realizadas ao longo do curso, como um momento privilegiado da sua formação docente;

§ 3º – assumir as responsabilidades pertinentes à sua atuação profissional docente prevista nesta etapa de formação;

§ 4º - vivenciar situações de reflexão-ação-reflexão que permitam o fortalecimento da construção da identidade docente;

§ 5º – socializar aspectos relativos à sua prática com o orientador, supervisor e colegas de estágio, a fim de rever posições, compartilhar e aprimorar planejamentos na troca de experiências;

§ 6º – interagir e dialogar com os diferentes agentes do processo educativo de forma ética e profissional, considerando os limites e as possibilidades dos envolvidos;

§ 7º – articular conhecimentos específicos com as necessidades educativas detectadas nos diferentes espaços de atuação profissional.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS ESTÁGIOS

Art. 5º – Atendendo ao disposto no Art. 3 da Resolução 329/2021 que rege as normas do Estágio da UNIPAMPA, e considerando a diversidade dos campos de atuação da docência, ficam estabelecidos 3 (três) componentes curriculares referentes ao Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de História – Licenciatura, cujo início se dará a partir do quinto semestre e apresenta a seguinte estruturação:

§ 1º – Estágio Supervisionado I: ofertado no quinto semestre, compreende 135 (cento e cinco) horas de trabalho teórico e prático em espaços não escolares, como instituições culturais e outras organizações da sociedade civil. O estágio supervisionado em espaço não-escolar é uma modalidade de estágio que ocorre fora do ambiente tradicional de uma instituição educacional, como uma escola ou universidade. Sob a orientação de um docente do Curso e co-orientação de um responsável pelo espaço não-escolar, o estagiário deve desenvolver ações que promovam a integração e atuação de espaços não-escolares, por meio de atividades educativas e culturais junto a um público-alvo externo à comunidade acadêmica. Este estágio corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias às ações educativas em História que relacionem atividades extensionistas entre ambientes escolares e não escolares; 10 (horas) horas concernentes à observação do espaço; 20 (vinte) horas concernentes ao preparo de atividades junto ao espaço não escolar de atuação; 30 (trinta) horas destinadas a planejamento e orientações com o docente responsável pelo componente; 10 (dez) horas para a realização da intervenção junto ao espaço não-

escolar; 30 (trinta) horas para elaboração de um artigo reflexivo sobre a prática; 5 (cinco) horas para socialização junto aos colegas discentes de turma.

§ 3º – Estágio Supervisionado II: ofertado no sétimo semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Fundamental. Corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 10 (dez) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, subdividida em a) 5 (cinco) horas de observação do espaço escolar e leitura do PPP da escola; b) 5 (cinco) horas de observação de aulas de História na turma em que o estagiário atuará e/ou nas turmas em que o docente da escola atua; 30 (trinta) horas para planejamento das aulas e correção das atividades previstas; 20 (vinte) horas para regência na sala de aula em que atuará; 30 (trinta) horas concernentes aos seminários de socialização sobre planejamento, observação e regência do estágio; e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório final.

§ 3º – Estágio Supervisionado III: ofertado no oitavo semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Médio. Corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 10 (dez) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, subdividida em a) 5 (cinco) horas de observação do espaço escolar e leitura do PPP da escola; b) 5 (cinco) horas de observação de aulas de História na turma em que o estagiário atuará e/ou nas turmas em que o docente da escola atua; 30 (trinta) horas para planejamento das aulas e correção das atividades previstas; 20 (vinte) horas para regência na sala de aula em que atuará; 30 (trinta) horas concernentes aos seminários de socialização sobre planejamento, observação e regência do estágio; e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório final.

CAPÍTULO IV DOS PRÉ-REQUISITOS

Artigo 6º: O discente do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa deve cumprir pré-requisitos específicos para iniciar as atividades de estágio supervisionado. Com relação ao Estágio Supervisionado I, é necessário que o discente tenha sido aprovado no componente curricular "Patrimônio e Museus", uma vez que este componente traz em si discussões fundamentais sobre aprendizagem, desenvolvimento de habilidades pedagógicas e a oportunidade de promover a valorização do patrimônio cultural. Além disso, os estudantes podem explorar a educação não formal, inclusão e diversidade, bem como a integração de tecnologia.

Em seguida, é requerida a aprovação no componente curricular "Metodologia do Ensino de História" no primeiro semestre. Da mesma forma, como requisito para a realização do componente de "Estágio Supervisionado III" no oitavo semestre, o aluno deve completar e ser aprovado no componente curricular "Estágio Supervisionado II" no sétimo semestre. O componente curricular "Metodologia do Ensino de História" é fundamental para a execução dos Estágios II e III, uma vez que visa a desenvolver técnicas e métodos de ensino da História, capacitando os alunos para o desempenho apropriado dos Estágios Supervisionados, nos quais se espera que os discentes atuem como docentes. Assuntos como planejamento de aulas, utilização de materiais didáticos, análise de fontes primárias e desenvolvimento de currículos são abordados neste componente e não são contemplados em outros.

Além disso, argumenta-se que os discentes devem realizar o "Estágio II" antes do "Estágio III" pelo fato de que esses dois níveis de ensino representam contextos distintos. No ensino fundamental, lidam-se com alunos mais jovens, com idades entre 11 e 13 anos, com uma abordagem inicial ao ensino de História. Já no ensino médio, a partir dos 14 anos, os estudantes se aprofundam em discussões de conteúdos mais elaborados. Estabelecer pré-requisitos entre esses componentes garante que os futuros professores, ao vivenciarem experiências diversas, possam amadurecer gradualmente no exercício de sua docência.

CAPÍTULO V

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 7º – Segundo o Artigo 42 e 43 da Resolução 329/2021, após a construção do Plano de Atividades entre o supervisor do estágio e o discente estagiário, este último deverá preencher formulário eletrônico no SEI com as seguintes informações:

- a) Dados de identificação do discente e do orientador;
- b) Dados de identificação da Unidade Concedente;
- c) Dados de caracterização do estágio;
- d) Plano de Atividades aprovado pelo orientador, contendo a descrição das atividades a serem desempenhadas pelo estagiário, que deverá ser anexado ao Termo de Compromisso de Estágio.

Parágrafo Único. As informações utilizadas para elaboração do Termo de Compromisso de Estágio são de responsabilidade do discente.

§ 1º No fim do Estágio, os seguintes documentos devem estar relacionados em processo no SEI, gerado singularmente para cada estudante estagiário:

- a) Cópia do formulário eletrônico preenchido pelo discente;
- b) Termo de Compromisso de Estágio com Plano de Atividades anexado, assinado pelo discente, pelo orientador e pela parte concedente;
- c) Boletim mensal de frequência encaminhado pela parte concedente ou pelo orientador;
- d) Relatório de Avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor; Relatório Final ou outro instrumento previsto no PPC;
- e) Relatório de Avaliação do estágio;
- f) Termo de Renovação ou Dissolução (quando houver).

§ 2º O Termo de Compromisso de Estágio, Relatórios e demais documentos deverão ser elaborados nos modelos disponibilizados pela PROGRAD.

§ 3º É vedado o início de qualquer atividade de Estágio antes da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio.

Parágrafo único: para realizar estágio em instituições estaduais, como ocorre obrigatoriamente para o Estágio Supervisionado II – Ensino Médio, coordenadores, orientadores e estagiários devem atentar para solicitação de documentos específicos da 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), em Pelotas.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO

Art. 8º – A Coordenação de estágio responsável pela organização e funcionamento dos componentes curriculares referentes às práticas de docência segue o disposto no Título IV da Resolução n.º 329/2021, da UNIPAMPA. É exercida por um docente da Comissão de Curso, indicado pela Coordenação Acadêmica, para coordenar os estágios dos discentes matriculados, como atividade de ensino.

Art. 9º – São da competência da Coordenação dos Estágios as seguintes atribuições:

§ 1º – Zelar pelo bom andamento dos estágios supervisionados, de acordo com esta normativa;

§ 2º – Realizar o acompanhamento do estágio conjuntamente com os professores orientadores;

§ 3º – Proceder nos casos de solicitações de desligamento, de interrupção dos estágios devido a baixo desempenho e comprometimento com as atividades por parte dos estagiários e/ou em situações de mudanças de estágio;

§ 4º – Repassar à Coordenação do Curso os relatórios finais de cada componente curricular dos estágios para arquivamento.

§ 5º – Auxiliar na resolução de situações tanto pedagógicas quanto administrativas envolvendo os campos de estágios juntamente com os professores orientadores.

§ 6º – Entrar em contato com os estagiários, orientadores e supervisores sempre que se fizer necessário e/ou quando os mesmos não se comunicarem com os seus orientadores.

Art. 10º – são atribuições do estagiário:

§ 1º – Encaminhar via processo no SEI todos os documentos de oficialização do estágio: carta de apresentação, carta de aceite e termo de compromisso, antes de iniciar a fase de observação de contexto e de sala de aula.

§ 2º – Contatar com as instituições de estágio para possibilidade de abertura de vagas para a realização da prática de estágio;

§ 3º – Comunicar à Coordenação de Estágios e orientadores a instituição indicada para o desenvolvimento dos estágios;

§ 4º – Apresentar toda a documentação referente aos estágios aos orientadores;

§ 5º – Observar e cumprir as normas da administração e organização da instituição concedente de estágio;

§ 6º – Manter a assiduidade, pontualidade e postura ética em todas as situações e atividades dos estágios;

§ 7º – Cumprir com os prazos de entrega dos documentos e planos de estágio solicitados pelo orientador; A não entrega de planos de aula ao orientador dentro do prazo previsto, poderá ocasionar em desligamento do estágio.

§ 8º – Exercer as atividades de regência consoante o plano de atividades e conteúdos programáticos previstos pelo supervisor na escola e em acordo prévio e anuência do mesmo.

§ 9º – Apresentar no final de cada componente curricular de estágio o relatório das ações desenvolvidas no campo de estágio, consoante as normas previstas pela Unipampa, para a elaboração do mesmo;

§ parágrafo único - É obrigatória a entrega do relatório para conclusão do componente, pois o mesmo sintetiza as experiências do estudante ao longo do estágio, de maneira que é peça principal de avaliação do orientador e documento comprobatório do exercício da regência de estágio. A não entrega do relatório no prazo estabelecido pelo plano de ensino do componente curricular acarreta reprovação automática na disciplina.

§ 10º – Informar ao supervisor, orientador e à Coordenação dos Estágios ausências e/ou quaisquer questões que interfiram no andamento dos estágios;

§ 11º – Demonstrar postura crítica e argumentativa nas apresentações orais previstas em forma de Seminários de Socialização de Experiências Docentes acerca das experiências e projetos significativos vivenciados durante os estágios.

Art. 11º – São atribuições do professor orientador:

§ 1º – Preencher, organizar e encaminhar aos estagiários e à Coordenação dos Estágios os documentos de oficialização e realização dos estágios: carta de aceite de orientador, carta de apresentação, termo de compromisso, fichas de frequência, planos de estágio, relatórios;

§ 2º – Elaborar juntamente com os estagiários e Coordenação dos Estágios o programa de atividades do plano de estágio;

§ 3º – Acompanhar o andamento dos estágios mediante visitas às instituições e observar presencialmente, no mínimo, 1 (uma) hora-aula proferidas pelo estagiário;

§ 4º – Realizar reuniões sistemáticas de orientação e avaliação das atividades de estágios com os alunos estagiários;

§ 5º – Encaminhar à Coordenação de Estágio as avaliações finais, a carga horária cumprida pelos estagiários e relatórios finais para arquivamento;

§ 6º – Intervir nas situações de natureza pedagógica junto às escolas e aos estagiários;

§ 7º – Comunicar aos supervisores e à Coordenação de Estágios quaisquer fatos que interfiram no andamento dos estágios;

§ 8º – Proceder à avaliação processual e sistemática durante e no final dos estágios, bem como proceder com o lançamento e registros das notas finais e presenças.

CAPÍTULO VII DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 12 - Quanto ao cumprimento da carga horária exigida para os estágios curriculares supervisionados, o curso entende que portadores de diploma de licenciatura, poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas, mediante comprovação documentada e avaliação da Comissão de Curso e da Coordenação de estágio do Curso de História - Licenciatura.

Art. 13º - A carga horária do Estágio Supervisionado poderá contar como horas práticas dos discentes que participam do Programa Residência Pedagógica durante o mesmo semestre, conforme Minuta anexada no PPC como Apêndice C.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Art. 14º – A avaliação dos componentes curriculares do estágio supervisionado será construída de forma processual e sistemática durante as situações de docência e conforme os seguintes critérios:

I. participação nas aulas e responsabilidade nas apresentações de trabalhos e leituras, conforme proposto no cronograma do componente curricular;

II. assiduidade, pontualidade e postura ética nas situações que envolvem o estágio;

III. capacidade de reflexão acerca das demandas atuais do ensino de História nas modalidades de ensino fundamental e médio;

IV. elaboração de um referencial teórico próprio sobre o ensino de História a partir da experiência da docência;

V. qualidade da produção acadêmica envolvendo o planejamento de aulas, a análise sobre o vivenciado e observado, postura investigativa dos processos educativos e a elaboração de Relatório a ser apresentado ao final de cada componente curricular de estágio;

VI. argumentação crítica nas apresentações de cunho pedagógico, ou seja, de projetos de docência, nos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio, organizados no final de cada componente curricular de estágio.

VI. Execução de plano de aula, sob observação do professor, atendendo aos seguintes critérios: apropriação do conteúdo histórico; variação de metodologias e técnicas didáticas; relação educador-educando e diálogo com a turma; aplicação integral do plano de aula revisado pelo orientador; percepções de aprendizagem dos estudantes mediante variadas formas de avaliação.

VII. O estagiário receberá retorno formal do professor em relação à observação da aula e receberá a aprovação ou reprovação de sua aula. Caso for necessário, o orientador fará nova visita à aula do estagiário.

VIII. A qualquer momento, situações que configuram não-observância aos parágrafos dispostos no Art. 10º poderão ser tratados em reunião de comissão de curso e, em última instância, levar ao desligamento do discente do componente curricular de Estágio.

IX - A não entrega de planos de aula ao orientador dentro do prazo previsto, poderá ocasionar em desligamento do estágio

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º – Casos omissos a este regulamento serão analisados na Coordenação de Estágio e na Comissão do Curso de História - Licenciatura para a resolução dos mesmos. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Jaguarão, 08 de novembro de 2023.

**APÊNDICE C - APROVEITAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I, II E III
NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA O CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
COMISSÃO DE CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA**

**APROVEITAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I,
II E III NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA O CURSO
DE HISTÓRIA-LICENCIATURA
PPC 2013, 2017, 2018 e 2023.**

O aproveitamento parcial das atividades do Estágio Supervisionado no programa Residência Pedagógica está amparado pela Instrução Normativa 1/2018/PROGRAD de 20/11/2018.

Neste sentido, conforme os artigos 6º e 7º, poderá ser aproveitada parte da carga horária dos componentes de Estágio Supervisionado correspondentes à observação do espaço escolar, observação das aulas, preparação dos planos de atividades e regência. Em relação aos demais elementos do componente curricular, tais como cronograma de atividades, avaliação, assiduidade e socialização de atividades, mantém-se o compromisso do discente residente em cumpri-los.

Em que pese a diferença na carga horária de regência prevista nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado (20 horas) e Residência Pedagógica (34 horas), a mesma deverá ser integralizada *a posteriori* nos módulos de atividades deste último.

O aproveitamento parcial das atividades só será possível para o componente curricular de estágio supervisionado vigente no semestre letivo em andamento, caso haja concomitância com o módulo correspondente do programa Residência Pedagógica.

Para fins de comprovação, para a dispensa da carga horária parcial do estágio, serão observados os seguintes critérios:

1- Declaração de Participação no Residência Pedagógica assinada pelo Docente Orientador e pelo residente bolsista (a) indicando: o quantitativo de horas, escola, área de conhecimento e nível de ensino de atuação no Programa Residência Pedagógica que deverá ser anexada no relatório do componente curricular de Estágio Supervisionado.

2- Inserção do quantitativo de horas de aproveitamento parcial das ações do Residência Pedagógica no Plano de Atividades do Estagiário: Deve constar no plano de atividades no item “descrição das atividades” ou no anexo do referido relatório do componente curricular de Estágio Supervisionado.

Apreciada e aprovada pela Comissão de Curso em 07 de dezembro de 2022.

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NÚCLEO HISTÓRIA DE JAGUARÃO

Eu, _____, declaro que estou realizando o Programa Residência Pedagógica que iniciou-se em __/__/____. Entre as ações desenvolvidas estão ____ horas de atividades de ensino e aprendizagem na disciplina de História, para os anos _____ do ensino () fundamental e/ou os anos _____ do ensino médio (), na(s) escola(s)_____.

Nome do Residente

Docente Orientador

ANEXO 2

PLANO DE ATIVIDADE DO ESTAGIÁRIO

Atividade (Conteúdo, ações)	Período total	Quantitativo Total de horas	Contexto
Elaboração do plano de atividades e apropriação das etapas do estágio			Universidade
Estudo sobre a realidade escolar, planejamento de aula e regência em História, de acordo com normativa 1/2018/PROGRAD			Estagiário, docente responsável e orientador do RP
Relatório e Socialização			Universidade
Total			

Jaguarão, _____.

Assinatura do residente:

Assinatura do docente orientador do programa Residência Pedagógica

APÊNDICE D - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º - O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa.

Art.2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE), de que trata o presente Regimento, constitui-se de um grupo de docentes com caráter consultivo, responsável pela concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA:

- a) Elaborar o projeto pedagógico do curso, definindo sua concepção e fundamentos, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História - Licenciatura e outras diretrizes do CNE e MEC;
- b) Estabelecer e contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- c) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo, respeitando os eixos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História e o projeto pedagógico do curso;
- d) Analisar os planos de ensino das disciplinas que integram a matriz curricular do Curso;

- e) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular e submetê-la a aprovação pela Comissão de Curso;
- f) Propor e supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso e das disciplinas que integram a matriz curricular, definidas na Comissão do Curso de História, respeitando as diretrizes da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- g) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas ao Curso de História;
- h) Avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso de História – Licenciatura conforme a necessidade avaliada;

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído por:

- a) No mínimo 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente comprometidos com o desenvolvimento do PPC e ministram disciplinas regularmente no Curso;
- b) O NDE será presidido por um docente eleito por seus pares, com mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.
- c) O NDE deve contar com pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- d) Todos os membros devem ter regime de trabalho integral com dedicação exclusiva na UNIPAMPA.
- e) Procurar-se-á assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será realizada via deliberação e consenso em reunião da Comissão do Curso de História - Licenciatura, para um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

Parágrafo Único: Será fornecida Portaria aos membros do NDE pela reitoria da UNIPAMPA e / ou Direção do Campus da UNIPAMPA Jaguarão.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.6º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIPAMPA;
- c) Encaminhar as deliberações e propostas do NDE, aos setores competentes da UNIPAMPA;
- d) Designar um integrante do NDE para secretariar e lavrar as atas das reuniões;
- e) Indicar e apoiar representação e participação de integrantes do NDE em diferentes instâncias acadêmicas.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 7º - O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do seu Presidente, no mínimo 2 (duas) vezes no semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões ordinárias do NDE serão estabelecidas para cada semestre curricular;

Parágrafo 2º - A pauta da reunião do NDE deverá ser encaminhada por seu Presidente no prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis antes da próxima reunião.

Art.8º - As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos com base no número de presentes em reunião formalmente agendada.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Os casos omissos serão discutidos pelo NDE, encaminhados a Comissão do Curso de História - Licenciatura e, diante da limitação deste, pelo órgão superior da UNIPAMPA, conforme o que dispõe o seu Regimento Geral.

Art.10º. O presente Regimento entra em vigor após aprovação pela Comissão do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

APÊNDICE E - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º - Este regulamento visa normatizar as Atividades Curriculares de Extensão articuladas ao currículo do Curso de História-Licenciatura, em consonância com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 317/2021 e a Instrução Normativa UNIPAMPA n.º 18, de 05 de agosto de 2021.

Art. 2º - A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 3º - As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão propostas devem estar registradas previamente como programa no sistema GURI, da Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

Art. 4º - O Programa “UNIPAMPA Cidadã” caracteriza-se por ações de extensão desenvolvidas em instituições públicas, associações, ONGs que atendam, preferencialmente, população em situação de vulnerabilidade. Seus objetivos são:

- I. promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- II. estimular a autonomia dos discentes;
- III. aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;
- IV. estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Parágrafo único. É um Programa obrigatório a todos os cursos de graduação da UNIPAMPA, caracterizado como atividade curricular de extensão específica (ACEE) e deve contemplar uma carga horária mínima de 60h e máxima de 120h.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 5º As Atividades Curriculares de Extensão estão previstas no PPC, estabelecendo o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, correspondente a 400 horas.

Art. 6º Para fins de inserção curricular, as ações de extensão universitária poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

Parágrafo único. As ações realizadas nas modalidades de projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

Art. 7º As Atividades Curriculares de Extensão serão ofertadas por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEVs).

Parágrafo único. O Programa institucional UNIPAMPA Cidadã será ofertado como Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE), com carga horária total mínima de 100 horas.

Art. 8º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV), articuladas a Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação, apresentam carga horária total de extensão, discriminada na matriz curricular, e correspondem a uma carga horária total de 300 horas.

Art. 9º Os docentes responsáveis pelo componente curricular terão carga horária de 8 horas/aula semanais, perfazendo um total de 8 créditos. Os componentes Extensão I e Extensão 2 serão estruturados em encontros presenciais teóricos sobre campo da extensão (20h); encontros de planejamento e acompanhamento da execução das atividades (45h); execução das atividades (30h); elaboração do relatório (45h) e socialização dos resultados das atividades desenvolvidas (10h).

Parágrafo único. Os Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação em que serão desenvolvidas as ACEV são: Extensão I (150h) e Extensão II (150h).

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 9º A Comissão do Curso deverá indicar um(a) ou mais docentes para exercer a função de Supervisor(a) de Extensão com as seguintes atribuições:

§1º Apresentar para os(as) acadêmicos(as) a organização da oferta e desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão no curso;

§2º Apresentar, aos discentes, no início de cada semestre letivo, o Programa UNIPAMPA Cidadã, seus objetivos, e possibilidades de locais de atuação, assim como todas as outras informações relevantes para a execução e validação das atividades.

§3º Dar ciência e aprovar a proposta de trabalho comunitário que será realizado no Programa Unipampa Cidadã, tendo em vista o início das atividades pelo(a) acadêmico(a);

§4º Planejar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo(a) acadêmico(a) no Programa Unipampa Cidadã, a partir dos documentos comprobatórios apresentados;

§5º Emitir parecer favorável ou não à aprovação das atividades realizadas pelo(a) discente no Programa Unipampa Cidadã, após a avaliação dos documentos entregues pelo(a) acadêmico(a) conforme o Art. 20;

§6º Se aprovadas as atividades no Programa Unipampa Cidadã, encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica, para registro da carga horária validada, conforme os fluxos institucionais;

§7º Socializar periodicamente em reunião da comissão de curso as atividades de extensão realizadas pelos discentes.

§8º Levar para Comissão de curso e registrar em ata possíveis ocorrências de desabono, por parte dos discentes, às orientações dessa normativa.

Art. 10º Para o exercício das atribuições indicadas no art. 9º, poderão ser alocadas até 8 (oito) horas semanais de trabalho a(o) Supervisor(a) de Extensão como atividade de gestão.

Parágrafo único. A Comissão de Curso poderá designar uma comissão própria de assessoria a(o) Supervisor(a) de Extensão do Curso, alocando aos membros carga horária de até 2 horas semanais de trabalho, como atividade de gestão.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 11º O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente, e o resultado da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único. No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, a metodologia, o cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 13º Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 14º Os(as) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, conforme as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 15º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no Art. 12º, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação, seguindo os trâmites e fluxos correntes.

Art. 16º As atividades de extensão serão somente analisadas se realizadas nos períodos em que o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 17º Para participar do programa “Unipampa Cidadã”, o(a) acadêmico(a) deverá realizar trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada.

Parágrafo único. As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 18º A Comissão do Curso facultará aos discentes o direito de escolha do local da ação, além do tipo de atividade.

Art. 19º Cabe ao discente, para efeito de cumprir com parte da carga horária de curricularização da extensão:

- I. Cumprir o mínimo de 100 horas em ações previstas no Programa;
- II. As ações serão executadas em componente curricular oferecido no sexto semestre do curso, de acordo com a Matriz Curricular desse PPC;
- III. Comprovar, mediante atestados ou certificados: a ação realizada, o local, a carga horária cumprida e a população beneficiada;
- IV. Elaborar, conforme modelo anexo, relatório de atividade do discente;
- V. Iniciar a ação de extensão somente após a ciência e aprovação do supervisor da extensão;
- VI. Engajar-se, preferencialmente, em ações diversas para o cômputo mínimo de 100h;
- VII. Atuar em ações obrigatoriamente na modalidade presencial.

Parágrafo único: É facultado ao discente realizar as ações de extensão no Programa UNIPAMPA Cidadã em diferentes cidades não sedes da universidade, desde que o discente esteja devidamente matriculado no componente e que se reporte aos professores supervisores da extensão.

Art. 20º Para comprovação das atividades realizadas no programa “Unipampa Cidadã”, o(a) discente deverá apresentar os seguintes documentos ao Supervisor de Extensão:

- I. Certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;
- II. Relatório da atividade do discente, conforme modelo disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Anexo I).

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º O Curso de História-Licenciatura realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único. A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 22º Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do campus.

Art. 23º O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Curso de História-Licenciatura.

ANEXO I

MODELO DE RELATÓRIO PROGRAMA UNIPAMPA CIDADÃ

PROGRAMA INSTITUCIONAL UNIPAMPA CIDADÃ	
NOME DO DISCENTE:	
MATRÍCULA:	CURSO DE GRADUAÇÃO:
CAMPUS:	DATA DE ENTREGA:
ASSINATURA DO DISCENTE:	

DADOS DA ENTIDADE ONDE A AÇÃO FOI REALIZADA
NOME DA ENTIDADE:
ENDEREÇO:
CIDADE/ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL:
ASSINATURA:

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO REALIZADA	
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:	CARGA HORÁRIA TOTAL:
PÚBLICO DA AÇÃO:	n.º DE PESSOAS ENVOLVIDAS:
DESCRIÇÃO DA AÇÃO:	

REFLEXÕES
FALAR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO NA FORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

AVALIAÇÃO DA SUPERVISÃO DA EXTENSÃO

CONSIDERAÇÕES

APROVADO

NÃO APROVADO

NOME DO SUPERVISOR:

ASSINATURA: